

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**  
**CONAB**  
**SUREG PR**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

**CURITIBA - PR – 2013**

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB  
SUREG PR**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**CURITIBA - PR – 2013**

## Sumário

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....</b>	<b>11</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	11
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	13
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>36</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	36
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	44
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>47</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	47
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	47
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	47
3.2.2. Contratos de Opção de venda.....	48
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	49
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	50
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	51
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	56
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>57</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	57
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	57
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	57
4.2.2. Venda em Balcão.....	58
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	60
<b>5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>61</b>
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT.....	61
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>62</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	62
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	64
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>65</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela CONAB.....	65
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	71
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	74
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	77
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>78</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	78
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>80</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	80
<b>10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>82</b>
10.2. Análise dos principais resultados do Geosafas.....	82
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>87</b>
11.1. Alocação de Servidores.....	87
11.2. Comunicação na Instituição.....	91
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	91
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	92
11.5. Informações sobre recursos humanos da CONAB.....	93
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	98
11.7. Previdência Complementar (CIBRIUS).....	98

- Identificação da Unidade (Entidade).....	99
- Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência).....	99
- Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701.....	99
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>102</b>
12.1. Programas e Ações do PPA.....	102
12.2. Restos a Pagar.....	104
12.5. Demonstrações Contábeis .....	105
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	105
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES .....</b>	<b>106</b>
13.1. Controle Interno da UJ .....	106
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	107
13.3. Auditoria Interna.....	107
<b>Resultados e Conclusões.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO II – Deliberações do TCU e CGU .....</b>	<b>135</b>

## LISTA DE SIGLAS

AAD	Auxiliar Administrativo
AGF	Aquisição do Governo Federal
APAES	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
ATA	Assistente Administrativo
ATO	Assistente Operacional
AVE	Autorização de Venda
BACEN	Banco Central do Brasil
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CDA	Cadastro de Unidades Armazenadoras
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA	Companhia Estadual de Abastecimento
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CGFOME	Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate a Fome
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho de Administração da CONAB
DERAL	Departamento de Economia Rural
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPR	Célula de Produtor Rural
CPR-DOAÇÃO	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-ESTOQUE	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DAP	Documento de Aptidão ao PRONAF
DAPAA	Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos para Acampados da Reforma Agrária
DAP-P	Declaração de Aptidão ao PRONAF - Provisório
DIAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GECAP	Gerência de Capacitação
GEFAD	Gerência Financeira e de Administração
GECOB	Gerência de Cadastro e Cobrança
GEOPE	Gerência de Operações
GEROP	Gerência de Execução Operacional
GRU	Guia de Recolhimento da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LACTEC	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operações da CONAB
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NFe	Nota Fiscal Eletrônica
OOC	Operações Oficiais de Crédito
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAANET	Acesso da Internet do Programa de Aquisição de Alimentos
PDVI	Programa de Demissão Voluntária Incentivada
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Mais Brasil
PR	Estado do Paraná
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REB	Relação de Extrativistas Beneficiários
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RENAPSI	Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB
SECOM	Setor de Comercialização
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEN	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO	Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta
SEOPE	Setor de Operações Estoques
SEPAB	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SETAD	Setor Administrativo
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIGA	Sistema de Informação de Gerenciamento da Atividade Pública
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SIMAB	Sistema de Informação de Mercado de Abastecimento do Brasil
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
SINAC	Sistema Nacional de Comercialização
SINIEF	Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais
SIORG	Sistemas de Informações da Administração Pública Federal
SIRCOI	Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da CONAB
SISCOM	Sistema de Informações Setoriais de Comercialização
SUGOF	Superintendência da Gestão da Oferta
SUOPE	Superintendência de Operações Especiais
SUPAD	Superintendência de Patrimônio e Administração
SUREG-PR	Superintendência Regional do Paraná
TEC	Técnico
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
TCU	Tribunal de Contas de União
TI	Tecnologia da Informação
TNS	Técnico de Nível Superior
TVN	Termo de Vistoria e Notificação

UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UJ	Unidade de Jurisdição
UNICAMP	Universidade de Campinas
VEP	Valor de Escoamento de Produto
WA	Warrant

## LISTA DE QUADROS

QUADRO Nº	IDENTIFICAÇÃO	FLS.
2.1.1	Preços Médios Recebidos pelos Produtores no Paraná – em 2011 e 2012	37
2.1.2	Preços Médios Recebidos pelos Produtores no Paraná – em 2011 e 2012	38
2.1.3	Abates de Bovinos, Suínos e Frangos com SIF e Produção de Carne no Paraná – em 2011 e 2012	38
2.1.4	Preços Recebidos pelos Pecuaristas no Paraná em 2011 e 2012	38
3.2.1.1	Dez Maiores Operações na AGF	48
3.2.2.1	Dez Maiores Operações de Contrato de Opção	48
3.2.3.1	Demonstrativo de Comercialização de PEP	49
3.2.3.2	Dez Maiores Operações de PEP	50
3.2.4.1	Dez Maiores Operações na Modalidade de PEPRO, no Paraná	51
3.2.5.1	Aquisições por Meio da CPR-ESTOQUE (MDS e MDA)	53
3.2.5.2	Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento	54
3.2.5.3	Dez Maiores Operações na CPR-DOAÇÃO	54
3.2.5.4	Dez Maiores Operações na CPR-ESTOQUE	55
3.2.5.5	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS - 2012	55
4.2.1.1	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	57
4.2.1.2	Dez Maiores Operações de Vendas em Leilão Público	58
4.2.2.1	Dez Maiores Operações de Vendas em Balcão	59
4.2.2.2	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	59
5.1.1	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – CESAS – no Paraná	61
5.1.2	Comercialização Realizada nos Mercados Hortigranjeiros do Paraná	61
6.1.1	Estoques de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	62
6.1.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	63
7.1.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	65
7.1.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	65
7.1.3	Produtos Públicos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	66
7.1.4	Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras	68
7.1.5	Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias – Diagnóstico – Previsão 2012	69
7.1.6	Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias – Diagnóstico – Previsão 2015	69
7.1.7	Capacidade Estática X Demanda	70
7.2.1	Demonstrativo das Perdas Constatadas nas Fiscalizações nos Estoques do Governo	71
7.2.2	Dividas Relativas ao Período de 01.04.94 a 20.01.13	73
7.3.1	Demonstrativo das Remoções Contratadas	75
10.2.1	Comparativo de Área, Produção e Produtividade no Paraná – Safras 2010/11 e 2011/12	83
10.2.2	Comparativo de Área, Produção e Produtividade no Paraná – Safras 2011/12 e 2012/13	84
11.1.1	Demonstrativo do Perfil do Efetivo da Sede e sua Lotação – Exercícios de 2010 a 2012	87
11.1.2	Demonstrativo do Perfil do Efetivo das Unidades Armazenadoras e sua Lotação – Exercícios de 2010 a 2012	89
11.1.3	Demonstrativo do Perfil do Efetivo da Sede e das Unidades Armazenadoras e sua Lotação – Exercícios de 2010 a 2012	90
11.4.1	Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por área de Conhecimento – Exercícios de 2010 a 2012	92
11.4.2	Demonstrativo das Despesas Realizadas com Treinamento – Exercícios de	93

	2010 a 2012	
11.5.1	Força de Trabalho da UJ – Situação em 31.12.12	93
11.5.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31.12.12	94
11.5.3	Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	94
11.5.4	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	94
11.5.5	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	95
11.5.6	Composição do Quadro de Estagiários	95
11.5.7	Quadro de Custos de Pessoal – Exercícios de 2010 a 2012	96
11.5.8	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	97
11.5.9	Contratos de Prestação de Serviços com locação de Mão de Obra	97
12.1.1	Ações Orçamentárias	102
12.1.2	Ações de Outros Órgãos Executadas pela UJ	103
12.2.1	Situação dos Restos a Pagar – Exercícios de 2007 a 2011	104
12.7.1	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	105
13.1.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	106

## Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Paraná, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A CONAB atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da CONAB.

As principais dificuldades encontradas que influenciaram no desempenho da gestão e dos objetivos traçados pela SUREG-PR para o exercício de 2012, destacam-se:

### 1. A ESTRUTURA FÍSICA

Com o aumento das atividades da Regional, a estrutura Física não oferece espaços condizentes ao seu quadro de pessoal e ao público visitante.

Saliente-se que o Auditório foi desativado e adaptado para instalar os empregados lotados no SECOM, tendo em vista o incremento de operações e das tarefas inerentes ao setor.

Saliente-se, ainda, que o fato do imóvel da Sede não dispor de espaço para a guarda dos documentos contábeis, fiscais e operacionais, parte dos mesmos encontram-se depositados na Unidade Frigorífica de Curitiba, em espaço inadequado para tal finalidade, o que acarretará problemas a sua conservação no que se refere à temperatura, umidade, poeira, insetos e roedores.

### 2. ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Embora tenham sido adquiridos novos equipamentos de informática, de forma a substituir os obsoletos e ampliar o parque computacional, melhorando as condições de rede interna e atendendo as demandas identificadas pela gestão da SUREG-PR, existem entraves para a obtenção das informações relativas a tramitação de documentos e das operações realizadas pela Regional que poderiam ser otimizadas com a implantação/desenvolvimento de softwares adequados para o controle informatizado das áreas administrativa e operacional, evitando-se, conseqüentemente, a busca destas informações através de levantamentos em processos e documentos.

### 3. ASPECTOS BUROCRÁTICOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVO

Necessidade de realizar estudos visando a eliminação dos entraves burocráticos objetivando a agilização da execução das tarefas e dos controles com a eliminação de documentos e cópias dos mesmos

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art. 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ

<b>2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão</b>		
<b>2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios</b>		
a) Principais clientes do setor público – comercialização: No exercício de 2012 a SUREG PR não realizou comercialização com clientes do setor público.		
<b>3. Sustentação de Renda</b>		
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.2.3. Valor para escoamento do Produto – VEP - a Sureg – Pr não realizou operações de VEP		
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.2. Rede de Fortalecimento do Comercio Familiar e Produtos Básicos - REFAP		
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Classificação de Produtos	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação</b>		
<b>11. Gestão de Pessoas</b>		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.1. Programas e Ações do PPA - Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas: não ocorreram operações relativas a esta ação		
12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício: a Sureg-Pr, no exercício de 2012, não efetivou nenhum convênio		
12.4. Transferências mediante Convênio: em função do apontado no sub item acima, não ocorreram transferências de recursos		
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.7 Gestão do Patrimônio Imobiliário		
Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros: a Sureg – Pr não possui bens imóveis de uso especial locados de terceiros		
Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ: a Sureg – Pr não possui bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ		
12.8. Parecer da Auditoria Independente: o parecer constará somente do relatório da matriz		
<b>13. Governança e Controles</b>		

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

#### 1.1. Informações gerais sobre a UJ

<b>IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA</b>		
<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
<b>Código SIORG:</b> 14		
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Denominação Completa:</b> Superintendência Regional do Paraná da Companhia Nacional de Abastecimento		
<b>Denominação Abreviada:</b> SUREG-PR		
<b>Código SIORG:</b> 087.144	<b>Código LOA:</b> 22.211	<b>Código SIAFI:</b> 22.211
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Empresa Pública Federal		<b>CNPJ:</b> 26.461.699/0001-80
<b>Principal Atividade:</b> Abastecimento Agroalimentar – Administração Pública em Geral		
<b>Código CNAE:</b> 8411-6		
<b>Telefone/PABX:</b> 41-3313-2700		<b>FAXs:</b> 41-3313-2742 e 41-33132743
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:pr.sureg@conab.gov.br">pr.sureg@conab.gov.br</a>		
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.conab.gov.br">http://www.conab.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> Rua Mauá, 1.116 – Centro Cívico – Curitiba - PR – CEP 80.030.200		
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada</b>		
A Superintendência Regional do Paraná – SUREG-PR está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11.05.1.998, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 62ª Reunião Ordinária realizada em 08.05.1.998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, e considerando os Arts. 11, parágrafo 1º e 18 do Estatuto Social e os Arts. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.		
<b>Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
Lei da Armazenagem lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão aprovada em 24.03.2008) e o Art. 13, Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada em 25.11.2009)		
<b>Manuais e Publicações Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
Publicações disponíveis na página da Internet		
1 – Manual de Operações da CONAB - MOC		
2 – Publicações Especializadas		
3 – Regimento Interno		
4 – Estatuto Social		

<b>Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis</b>		
<b>Gestor</b>	<b>Função</b>	<b>Período da Gestão</b>
<b>Órgãos da Sede da SUREG-PR</b>		
Lafaete Jacomel	Superintendente Regional	01.01.2012 a 05.03.2012
Luiz Carlos Vissoci	Superintendente Regional	05.03.2012 a 31.12.2012
Valmor Luiz Bordin	Superintendente Regional - substituto	01.01.2012 a 31.12.2012
Paulo Leandro Dieter	Procurador Regional	01.01.2012 a 31.12.2012
Carolina Becker Rodrigues Lopes	Procurador Regional - substituta	01.01.2012 a 31.12.2012
Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti	Gerente de Finanças e Administração	01.01.2012 a 06.03.2012
Valdecir Sassi	Gerente de Finanças e Administração	06.03.2012 a 31.10.2012
Roseclair Araujo Martins Noguchi	Gerente de Finanças e Administração - substituta	01.01.2012 a 31.12.2012
Valmor Luiz Bordin	Gerente de Operações	01.01.2012 a 31.12.2012
Leonidas Toledo Kaminski	Gerente de Operações - Substituto	01.01.2012 a 31.12.2012
Itamar de Pires Lima Junior	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico	01.01.2012 a 28.03.2012
Erlí de Pádua Ribeiro	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico	28.03.2012 a 31.12.2012
Rosimeire Laurretto	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - substituta	01.01.2012 a 31.12.2012
<b>Unidades Armazenadoras</b>		
Sergio Roberto Piaskowski	Gerente da Unidade de Ponta Grossa	01.01.2012 a 31.12.2012
Luiz Rosa	Gerente da Unidade de Ponta Grossa - substituto	01.01.2012 a 31.12.2012
José Segundo Bosqui	Gerente da Unidade de Cambé	01.01.2012 a 27.09.2012
Agnelo de Souza	Gerente da Unidade de Cambé	28.09.2012 a 31.12.2012
Wilson Gongora Ratuchiniaki	Gerente da Unidade de Cambé - substituto	01.01.2012 a 31.12.2012
Agnelo de Souza	Gerente da Unidade de Rolândia	01.01.2012 a 27.09.2012
Mario Flor do Nascimento	Gerente da Unidade de Rolândia	28.09.2012 a 31.12.2012
Mario Flor do Nascimento	Gerente da Unidade de Rolândia - substituto	01.01.2012 a 27.09.2012
Luiz Carlos Berta	Gerente da Unidade de Rolândia - substituto	28.09.2012 a 31.12.2012

Jefferson Raspante	Gerente da Unidade de Apucarana	01.01.2012 a 22.07.2012
Jorge Luiz Silva Raposo	Gerente da Unidade de Apucarana	23.07.2012 a 31.12.2012
Antonio Paulo dos Santos	Gerente da Unidade de Apucarana - substituto	01.01.2012 a 31.12.2012
Ronaldo Viana Leite	Gerente do Armazém Frigorífico de Curitiba	01.01.2012 a 31.12.2012
James de Oliveira	Gerente do Armazém Frigorífico de Curitiba - substituto	01.01.2012 a 31.12.2012
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Atividades à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Gestora</b>		
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>	
135.265	CONAB Sede – SUREG - PR	
135.271	Unidade Armazenadora de Apucarana	
135.268	Unidade Armazenadora de Cambé	
135.544	Armazém Frigorífico de Curitiba	
135.270	Unidade Armazenadora de Ponta Grossa	
135.396	Unidade Armazenadora de Rolândia	
135.266	Estoque Estratégico	
135.267	Estoque Regulador - PGPM/PR	
135.280	Unidade de Comercialização de Curitiba	
135.437	Mercado de Opção/PR	
135.545	Unidade CONAB – PAA/PR	
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>	
135.265	Companhia Nacional de Abastecimento – Sede – Superintendência Regional do Paraná	
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>		
Código SIAFI da Unidade Gestora – 22.211		
Código SIAFI da Gestão – 22.211		

## 1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

**Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;**

O Planejamento Estratégico da CONAB, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard - BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de

alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da CONAB.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao CONAD, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a CONAB na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na CONAB e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

## **Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade**

### **MACROPROCESSO DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA**

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e/ou cooperativas e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manter a renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

**AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL – AGF:** consiste na aquisição direta dos produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preço Mínimo pelo Governo Federal. É realizada, por iniciativa dos beneficiários e, basicamente, quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo estabelecido para a safra vigente, condicionada ao repasse dos recursos pelo Tesouro Nacional para a sua operacionalização.

A regulamentação do instrumento está disponibilizada na página da CONAB no endereço <http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>, no Título 06 do Manual de Operações da CONAB - MOC e na norma específica de cada produto.

1. Os beneficiários da AGF são os produtores rurais, agricultores familiares e/ou suas cooperativas e o produto a ser vendido deve estar desonerado, limpo, seco e enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, observados os limites máximos admitidos pela CONAB e depositado em armazém credenciado (próprio ou de terceiros). Excepcionalmente, a CONAB poderá realizar a compra de produto com remoção simultânea.

2. O beneficiário para manifestar seu interesse em vender o produto deve apresentar seu cadastro à Superintendência da CONAB do seu Estado, de acordo com o modelo disponibilizado no site da CONAB, Título 6 do MOC, Documento 1, Anexos I e II, devendo, no caso de pessoa jurídica, estar regular junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedoros – SICAF, ao Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da CONAB – SIRCOI e ao Cadastro Informativo de Crédito – CADIN e no caso de pessoa física estar regular junto à Secretaria da Receita Federal.

A SUREG, após a análise dos documentos relacionados no item 2, se regulares, solicita à equipe de fiscalização, vistoriar os estoques a serem adquiridos, emitindo o Termo de Vistoria e Notificação – TVN com parecer favorável ou não à concretização da operação.

3. Para a formalização da operação é exigida a seguinte documentação do beneficiário:

3.1. Declaração com as seguintes especificações:

3.1.1. Para produtor rural ou do agricultor familiar: que o produto é de produção própria, estando desonerado de penhor ou de qualquer outro gravame;

3.1.2. Para cooperativa: que o produto é de produção própria ou foi recebido/adquirido de produtores enquadrados como beneficiários por preço não inferior ao mínimo vigente à época da operação, sem deduções, estando desonerado de penhor ou qualquer outro gravame;

3.2. Certificado de Classificação emitido por entidade credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e contratada pela CONAB;

3.3. Comprovante de Depósito: “Recibo de Depósito” (em nome da CONAB);

3.4. Nota Fiscal de Venda;

3.5. Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP, ou Extrato da DAP, quando se tratar de produtor da agricultura familiar;

3.6. Outros documentos exigidos nas normas específicas de cada produto, que poderão ser solicitados pela CONAB.

4. O beneficiário receberá o pagamento do seu produto até 10 dias, a contar da data de emissão da Nota Fiscal de entrada pela CONAB.

Para visualizar a cartilha de Aquisição do Governo Federal, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/f70c4d5eb82e352a8922ca0854ec5270..pdf>

**CONTRATO DE OPÇÃO** - é uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado em leilão. Serve para proteger o produtor rural e/ou sua cooperativa contra os riscos de queda nos preços.

1. É lançado quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo e o Governo tem interesse de sinalizar preço futuro para o mercado, garantir renda ao produtor, estimular a produção para atender o consumo interno e melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno, tornando-se instrumento alternativo à PGPM na época da colheita.

2. As operações com os contratos de opção de venda obedecerão ao Regulamento de Venda de Contratos de Opção de Venda de Produtos Agropecuários n.º 002/2009 ([http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_26\\_19\\_45\\_47\\_regulamentocov\\_002\\_2009..pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_26_19_45_47_regulamentocov_002_2009..pdf)), ao Título 03 do Manual de Operações da CONAB – MOC (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>) e Avisos específicos, divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e disponíveis para consulta no portal na internet ([www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)).

3. Os produtos amparados por esse mecanismo são os contemplados pela Política de Garantia de Preços Mínimos. E o valor a ser pago pela CONAB, denominado Preço de Exercício, será estabelecido através de Aviso específico.

4. Para participar do leilão o produtor rural e/ou sua cooperativa deverá dirigir-se a uma Bolsa de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros e autorizar um corretor, por escrito, a fazer as negociações dos contratos em seu nome. O corretor deverá providenciar o cadastramento do produtor rural e/ou sua cooperativa na Bolsa para qual opera, sendo necessária à comprovação do efetivo exercício de sua atividade, por meio de Registro no INCRA, Declaração de Imposto de Renda ou outra comprovação legalmente reconhecida.

O leilão será realizado por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC ([http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_27\\_09\\_38\\_08\\_regulamentosec02\\_04..pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_27_09_38_08_regulamentosec02_04..pdf)), onde todas as Bolsas credenciadas ficam simultaneamente interligadas.

A CONAB divulgará por meio das Bolsas e da Internet, com antecedência mínima de cinco dias úteis, o Aviso específico contendo todas as condições da operação.

5. Os Contratos oferecidos em cada leilão serão arrematados pelos produtores rurais e/ou sua cooperativas que fizerem, por meio de seus corretores, lances de maior valor para os Prêmios. Além do prêmio, o produtor incorrerá, nas seguintes despesas fixas: Registro do contrato no Sistema de Registro e Liquidação Financeira de Títulos; Corretagem (livre negociação entre o produtor/cooperativa e o seu corretor).

6. Caso o prêmio não seja pago, o titular do Contrato ficará inadimplente e perderá o direito de operar com o Governo pelo período de até (2) dois anos. Os valores referentes ao prêmio, taxa de registro e corretagem não serão devolvidos (caso a opção não seja exercida), nem indenizado (na hipótese de venda do produto ao Governo).

7. Se até a data de vencimento do contrato o preço do mercado estiver abaixo do fixado no Contrato de Opção, o titular do Contrato poderá vender o produto ao Governo, pelo preço

previamente contratado.

8. Exercício (decisão de entregar o produto ao Governo) ou Desistência da Opção: no intervalo de cinco dias úteis antes do vencimento da opção, o titular do Contrato, deverá comunicar, por escrito, à Bolsa que intermediou a operação, a sua decisão de vender o produto ao Governo, isto é, de exercer a opção de venda, para que esta proceda o registro na CETIP.

Não fazê-lo até a data de vencimento da opção implica abdicar dos direitos previstos no Contrato de Opção.

9. Prazo para entrega do produto:

9.1. Caso decida exercer a opção (vender o produto ao Governo), deve indicar o armazém onde pretende depositar o produto. Somente poderá ser escolhido um armazém credenciado constante da lista divulgada pela CONAB, por meio do Aviso específico.

9.2. O titular do Contrato terá até 15 (quinze) dias, corridos e contados da data do vencimento do contrato, para depositar a mercadoria e entregar a CONAB os documentos previstos no Regulamento de Venda de Contrato de Opção de Venda de Produtos Agropecuários nº 02/09 e no Aviso específico.

9.3. Deverá apresentar a CONAB a documentação comprobatória da existência e qualidade do produto (Certificados de Classificação/Recibos de Depósito) e esteja inscrito e em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. Toda a documentação exigida deverá ser entregue diretamente na Superintendência Regional da CONAB que jurisdiciona a UF ou Região de plantio do produto.

9.4. As despesas de armazenagem do produto correrão por conta da CONAB a partir da segunda quinzena subsequente ao vencimento da opção. As despesas de transporte do produto até o armazém onde será exercida a opção correrão por conta do titular do Contrato.

10. Pagamento da Operação: O valor da venda do produto ao Governo (Preço de Exercício) será depositado na conta do titular do Contrato, no prazo de trinta dias corridos e contados da data de vencimento do contrato.

As despesas com a classificação oficial da mercadoria, recolhimento do ICMS e o valor da sacaria (no caso de produtos ensacados e de acordo com o valor estabelecido e divulgado pela CONAB) serão ressarcidos/absorvidos, sem acréscimos, após a respectiva comprovação.

11. Opções do Governo: antes da data do vencimento do exercício da opção, se o governo não tiver interesse em formar estoques ou se preferir poupar recursos, poderá fazer leilões específicos de recompra ou repasse dos contratos, desde que haja interesse por parte dos titulares dos Contratos.

Na **Recompra**: o titular do contrato é quem participa diretamente do leilão de prêmio e recebe a subvenção para desistir de vender o produto ao Governo Federal, obrigando-se a vendê-lo ao segmento consumidor definido na operação.

No **Repasse**: o segmento consumidor definido na operação é quem participa diretamente do leilão de prêmio e recebe a subvenção, desde que assuma a obrigação do governo Federal em adquirir o produto dos titulares dos Contratos de Opção, ao preço de exercício estabelecido.

Para visualizar a cartilha de Contrato de Opção de Venda, acesse o link:

[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9f7587d8c3f8af18cb02f6bb48b72993\\_.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9f7587d8c3f8af18cb02f6bb48b72993_.pdf)

**PRÊMIO PARA ESCOAMENTO DO PRODUTO – PEP**: é uma subvenção econômica concedida àqueles que se dispõem a adquirir o produto indicado pelo Governo Federal,

diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor do preço mínimo fixado, promovendo o seu escoamento ou destinação na forma definida no Aviso específico. É lançado quando o preço de mercado de um produto estiver abaixo do Preço Mínimo.

1. Regulamentação do Instrumento: as operações com o PEP obedecem ao Regulamento para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto n.º 002/10 ([http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_26\\_19\\_43\\_02\\_regulamentopep\\_002\\_2010..pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_26_19_43_02_regulamentopep_002_2010..pdf)), ao Título 16 do Manual de Operações da CONAB – MOC (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>) e aos Avisos específicos, divulgados pela CONAB e disponíveis para consulta no portal da Internet - <http://www.Conab.gov.br>.

2. Os beneficiários do PEP são os segmentos definidos no Aviso específico divulgado pela CONAB e que se disponham a pagar ao produtor rural e/ou sua cooperativa o valor fixado pelo Governo Federal. Para participar do leilão, os interessados devem dirigir-se a uma Bolsa de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros e autorizar um corretor, por escrito, a fazer as negociações em seu nome.

O corretor providencia o cadastramento do cliente na Bolsa para a qual opera, bem como o preenchimento do Demonstrativo da Lavoura Cultivada, conforme modelo divulgado no Comunicado DIRAB/SUOPE/GEROP n° 042 de 5/3/10 e fica encarregado de fazer os lances de acordo com o interesse pactuado com o interessado, sendo esse (o corretor) seu representante legal em todas as etapas da operação.

3. Exigências e restrições para participação no leilão: como se trata de uma operação de subvenção, a legislação exige que o interessado esteja, na data do leilão, em situação regular no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); a correta inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; a regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; e a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4. A CONAB divulga por meio das Bolsas e no portal na Internet, com antecedência mínima de cinco dias úteis, o Aviso específico contendo todas as condições da operação.

5. O leilão é realizado por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB (SEC - [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_27\\_09\\_38\\_08\\_regulamentosec002\\_04..pd](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_27_09_38_08_regulamentosec002_04..pd)), na modalidade de cartela, onde todas as Bolsas credenciadas ficam simultaneamente interligadas.

6. Prêmio a ser recebido: existem dois tipos de operações: a de valor fixo e a de valor máximo do prêmio estabelecido no leilão, sendo esse valor ajustado posteriormente, de acordo com as oscilações de mercado, tendo como teto o valor de fechamento do leilão, sendo que as cotações serão ofertadas de forma percentual decrescente (prêmio máximo igual a 100 %).

7. Providências do Arrematante do Prêmio após o leilão:

- 7.1. Observar rigorosamente as condições e as datas estabelecidas no Aviso específico;
- 7.2. Efetuar o pagamento correspondente à quantidade arrematada, na conta corrente do produtor rural e/ou sua cooperativa, observado o limite de tolerância previsto no Aviso específico;
- 7.3. Apresentar a CONAB, os documentos que comprovam o pagamento ao produtor e a destinação do produto, conforme estabelecido no Aviso específico.

8. O recebimento do prêmio ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a apresentação completa e correta dos documentos comprovando a colocação do produto na região de destino e na forma constante do Aviso Específico. O prêmio será pago proporcionalmente à quantidade efetivamente comprovada.

9. Penalidades: O arrematante que não comprovar o pagamento ao produtor rural e/ou sua cooperativa de no mínimo a 95% do total arrematado, ficará inadimplente no que exceder a 5% e receberá prêmio proporcional à quantidade efetivamente comprovada.

Para visualizar a cartilha do Prêmio para Escoamento do Produto - PEP, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/be89e510efd3cef55fdd7687215b1dcc.pdf>

**PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR - PEPRO:** é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. É lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

1. Regulamentação do Instrumento: as operações com o PEPRO obedecem ao Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO n.º 001/008 (<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3bde7a4235549e6703d06c9c114e9d2c.pdf>), ao Título 26 do Manual de Operações da CONAB – MOC (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>) e aos Avisos específicos, divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e disponíveis para consulta no portal na Internet ([www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)).

2. A CONAB divulgará por meio das Bolsas e no portal na Internet, com antecedência mínima de cinco dias úteis, o Aviso específico contendo todas as condições da operação.

3. O leilão será realizado por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC ([http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_27\\_09\\_38\\_08\\_regulamentosec02\\_04.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_27_09_38_08_regulamentosec02_04.pdf)), na modalidade de cartela, onde todas as Bolsas credenciadas ficam simultaneamente interligadas.

4. Para participar do leilão o interessado deverá dirigir-se a uma Bolsa de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros e autorizar um corretor, por escrito, a fazer as negociações em seu nome. O corretor providenciará o cadastramento do cliente na Bolsa para a qual opera, sendo necessária a comprovação do efetivo exercício de sua atividade ( por meio de Registro em Entidade de Classe, Registro no INCRA, Declaração de Imposto de Renda ou outra comprovação legalmente reconhecida).

Como se trata de uma operação de subvenção, a legislação exige que o interessado esteja, na data do leilão, em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da CONAB – SIRCOI e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

Em conjunto com o seu corretor, o interessado deverá encontrar interessado em adquirir seu produto por, no mínimo, a diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

5. O prêmio equalizador a ser recebido é fixo e corresponderá ao do fechamento em leilão.

6. Após o leilão, o arrematante do prêmio equalizador deverá observar rigorosamente as condições e as datas estabelecidas no Aviso específico, e efetuar:

6.1. A emissão da Nota Fiscal de Venda, no mínimo, pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecendo a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação.

6.2. A entrega do produto.

6.3. O envio da Declaração de Produção (Anexo II ou III – conforme o caso) e a apresentação da comprovação de colocação do produto na região de destino junto à Superintendência Regional da CONAB que jurisdiciona a UF de origem do produto, mediante a apresentação de toda documentação exigida no Aviso específico.

6.4. O arrematante que não efetuar a comprovação da venda do seu produto correspondente, no mínimo, a 95% do prêmio arrematado, ficará inadimplente perante a CONAB pela diferença, dando-se prosseguimento à quantidade efetivamente comprovada.

7. O arrematante receberá o prêmio no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a apresentação completa e correta dos documentos comprovando a colocação do produto na região de destino ou na forma constante do Aviso específico. O prêmio será pago proporcionalmente à quantidade efetivamente comprovada.

Para visualizar a cartilha do Prêmio Equalizador pago ao Produtor- PEPRO, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/f96401d39edbdc51b3c0d399086e0ea9..pdf>

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA:** Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do de Desenvolvimento Agrário – MDA.

É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

**1. CDAF – COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR:** é a aquisição efetuada diretamente de agricultores familiares ou de associação de agricultores, de produtos como arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo, ou outros que sejam previamente autorizados pela CONAB.

É realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço de Referência.

1.Regulamentação do Instrumento: Disponibilizada na página da CONAB (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>), no Título 27 do Manual de Operações da CONAB – MOC.

2. Os beneficiários da CDAF são os agricultores enquadrados no PRONAF, inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 47, de 26/11/2008), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela CONAB).

3. Limite de venda: até o valor da produção própria, não podendo ultrapassar R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos mil reais) por unidade familiar beneficiária/DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB/ano civil, não sendo cumulativo com a modalidade CPR-Estoque com liquidação financeira (Título 33 do MOC). Acima deste limite, somente com autorização da CONAB Matriz.

Nas modalidades CPR - Doação e CPR - Estoque com liquidação em produto, serão deduzidos, deste limite, a participação nas demais modalidades.

Nas operações de compras da agricultura familiar para alimentação escolar com recursos do FNDE, os limites não têm vínculo com o PAA.

4. Condições do produto a ser vendido:

- a) produto in natura: deverá estar limpo, seco e enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo MAPA, comprovados pelo Certificado de Classificação, consoante o Título 09 do MOC;
- b) produto beneficiado: acondicionado e nos padrões estabelecidos pelos Órgãos competentes.
- c) além disso o produto deverá estar acondicionado em embalagem de juta/malva nova ou usada (resistente, limpa, sem furos ou remendos) ou de polipropileno nova ou usada (resistente, limpa, sem furos ou remendos), desde que não tenha sido utilizada no acondicionamento de adubos, produtos tóxicos ou nocivos à saúde humana e animal. A entrega do produto processado/beneficiado poderá ser em fardos, sacos ou caixas.

5. Manifestação de interesse do beneficiário em vender seu produto: quando o preço de mercado dos produtos amparados estiverem abaixo do preço de referência, a CONAB divulgará amplamente na região, que instalará um pólo de compra (Unidades Armazenadoras próprias ou credenciadas, depósitos ou outros locais indicados pela CONAB), para onde os agricultores interessados deverão se deslocar de posse de seus produtos bem como da documentação exigida.

6. Documentação exigida para que seja formalizada a operação:

- a) “Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP”, na forma prevista na Portaria MDA n.º47, de 26/11/08, consoante o Documento 1 – Anexo I, do Título 27 do MOC, sendo aceito o extrato da DAP obtido eletronicamente;
- b) para os acampados: “Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos para Acampados da Reforma Agrária – DAPAA”, na forma prevista no artigo 3.º da Portaria MDA N.º 111, de 20/11/03, consoante o Documento 1 – Anexo II, do Título 27 do MOC;
- c) para os agricultores que não tenham sua Demanda Qualificada atendida: Declaração de Aptidão ao PRONAF Provisória – DAP–P, consoante Portaria MDA N.º 29, de 29/05/09, constante no Documento 1 – Anexo III, do Título 27 do MOC;
- d) para os extrativistas não atendidos pelo Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA: Relação de Extrativistas Beneficiários – REB, consoante Portaria MDA N.º 62, de 27/11/09, constante no Documento 1 – Anexo IV, do Título 27 do MOC;
- e) “Declaração” com as seguintes especificações:
  - e.1) agricultor familiar: que o produto é de produção própria, estando desonerado de penhor ou de qualquer outro gravame, consoante o Documento 2 do Título 27 do MOC, devendo ser preenchida individualmente;
  - e.2) grupo formal:
    - e.2.1) para produto in natura: que o produto foi recebido/adquirido de agricultores enquadrados como participantes, à vista, por preço não inferior ao de referência vigente à época da operação, sem deduções, estando desonerado de penhor ou qualquer outro gravame, consoante o Documento 3 – Anexo I, do Título 27 do MOC;
    - e.2.2) para o produto processado/beneficiado, próprio para o consumo humano: que o produto in natura foi recebido/adquirido de agricultores enquadrados como participantes, à vista, por preço não inferior ao de referência vigente à época da operação, sem deduções, estando desonerado de penhor ou qualquer outro gravame, consoante o Documento 3 – Anexo II, do Título 27 do MOC;
- f) Nota Fiscal de venda, consoante Títulos 20 e 21 do MOC;

g) Certidões Negativas:

- g.1) Pessoa Jurídica: do INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal;
- g.2) Pessoa Física: estar regular junto à Secretaria da Receita Federal.

7. A CONAB analisará a documentação e providenciará a classificação do produto. Se tudo estiver em conformidade com as exigências constantes do Título 27 do MOC, emitirá Nota Fiscal de aquisição.

As despesas absorvíveis/indenizáveis pela CONAB são:

- a) o recolhimento do INSS e ICMS nas aquisições de agricultor e de associações de agricultores;
- b) a indenização do INSS e ICMS, mediante apresentação do comprovante do recolhimento, nas aquisições de cooperativas ou associações de agricultores.

8. Pagamento do Produto:

- a) será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data da emissão da Nota Fiscal pela CONAB, devendo o participante indicar a instituição bancária, o número da conta corrente e da agência, para o recebimento do valor referente à venda do produto. Na eventual inexistência de conta bancária, a CONAB realizará o pagamento por meio de “Ordem de Pagamento”, devendo o participante dirigir-se à instituição bancária indicada, de posse do CPF e dos documentos oficiais de identificação;
- b) quando a compra for de Grupo Formal (Pessoa Jurídica), a CONAB fará a retenção na fonte do Imposto de Renda e Contribuições na forma da legislação vigente.

Para visualizar a cartilha da Compra Direta da Agricultura - CDAF, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/7a3003d43a72b74682a9df39084e4cef.pdf>

**2. CPR DOAÇÃO - COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA:** é a modalidade do PAA na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção para o Governo, via CONAB, e entrega o alimento diretamente em rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) ou em rede sócio assistencial (asilos, APAES e Abrigos), governamentais ou não, responsáveis pelo atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta modalidade pode ser realizada durante o ano todo.

A quantidade de produto a ser vendida depende da limitação dos recursos disponibilizados e do limite de aquisição estabelecido por produtor.

1. Regulamentação do Instrumento: disponibilizada na página da CONAB (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>), no Título 30 do Manual de Operações da CONAB – MOC.

2. O produto a ser vendido deve estar em consonância com as instruções contidas nos itens 9 e 14 do TÍTULO 27 do MOC. Os produtos de origem animal devem ainda estar de acordo com as normas do Serviço de Inspeção Federal – SIF, Estadual – SIE ou Municipal – SIM. No caso de sementes, apresentar declaração de entidade governamental ou não-governamental, de reconhecida atuação no setor agrícola, atestando tratar-se de cultivar local, tradicional ou crioula, conforme a Lei n.º 10.711 de 05/08/2003. Para os produtos orgânicos serão observadas as disposições do Decreto n.º 6.323, de 27/12/2007. Os demais produtos devem seguir as normas da vigilância sanitária.

3. Para manifestar seu interesse em vender o produto a organização dos fornecedores deverá preencher a proposta de participação no PAA Net e entregar na Superintendência Regional da CONAB juntamente com os documentos constantes no item 7 do Título 30 do MOC.

A CONAB analisa a documentação e aprova ou não o Proposta de Participação, solicitando, se for o caso, os ajustes necessários.

4. Documentação exigida para a formalização da operação:
  - 4.1. Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP;
  - 4.2. Especificamente para os acampados: Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos Para Acampados da Reforma Agrária – DAPAA;
  - 4.3. Especificamente para os agricultores que não tenham sua Demanda Qualificada atendida: Declaração de Aptidão ao PRONAF Provisória – DAP-P;
  - 4.4. Especificamente para os extrativistas não atendidos pelo Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA: Relação de Extrativistas Beneficiários – REB;
  - 4.5. Proposta de Participação (Documento 1 – Anexo I, do Título 30 do MOC);
  - 4.6. Aprovação da Proposta de Participação na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR - Doação assinada por todos fornecedores do projeto, por meio de um dos seguintes documentos:
    - 4.6.1. ata de assembleia ou memória de reunião da entidade fornecedora (associação ou cooperativa), declarando, ainda, que conhecem as regras no do Título 30 do MOC;
    - 4.6.2. “Declaração Individual” de aprovação da “Proposta de Participação” e de conhecimento das regras aqui contidas, consoante Documento 2 (do Título 30 do MOC);
    - 4.6.3. Certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal (ou respectivos extratos) da cooperativa ou associação;
    - 4.6.4. Estatuto e Ata de eleição/posse da atual diretoria da cooperativa ou associação;
    - 4.6.5. Nota Fiscal de Venda à CONAB, emitida pela cooperativa ou associação, consoante TÍTULOS 20 e 21 do MOC, destacando, no campo “Informações Complementares”, a consumidora, o local de entrega da mercadoria e que está sendo efetuada nos termos do Ajuste SINIEF n.º 10/2003;
    - 4.6.6. Nas operações com sementes apresentar, também, uma “Carta de Apresentação da Proponente” (Documento 1 – Anexo II, do Título 30 do MOC);
    - 4.6.7. No caso específico de atendimento às escolas públicas, exige-se:
      - 4.6.7.1. Declaração da autoridade competente pela gestão dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (“Declaração de Aplicação de Recursos”, Documento 4, do Título 30 do MOC) de que aplicará integralmente os recursos liberados, na alimentação escolar;
      - 4.6.7.2. Parecer do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e justificativa da necessidade de complementação alimentar por meio do PAA.
  - 4.7. Despesas indenizáveis pela CONAB: ICMS, INSS e Classificação, quando houver. O beneficiário receberá o pagamento do seu produto até 10 dias, após a entrega, na CONAB, da nota fiscal de venda, do termo de recebimento e aceitabilidade e do relatório de entrega.

Para visualizar a cartilha da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR DOAÇÃO, acesse o link: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/63dc985117c4d154786f6900d96af65c..pdf>

**3. CPR ESTOQUE – FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR:** é uma das modalidades do PAA, operadas pela CONAB, que possibilita às organizações da agricultura familiar obter recursos para a aquisição de produtos da safra vigente, próprios para o consumo humano, com o objetivo de formar estoques, tanto do produto “in natura” como do produto processado/beneficiado/industrializado e, assim, criar condições para melhor comercializá-los de acordo com os movimentos do mercado.

O beneficiário pode vender todo o seu produto em até 12 (doze) meses, a contar da data da

assinatura da Cédula de Produtor Rural (CPR), a ser estabelecido na “Proposta de Participação para Formação de Estoque pela Agricultura Familiar.

O produto a ser vendido deve estar de acordo com o descrito na Proposta de Participação.

3.1. Regulamentação do Instrumento: está disponibilizada na página da CONAB (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>), no Título 33 do Manual de Operações da CONAB.

3.2. Quando a liquidação da CPR for física, a cooperativa deverá entregar o produto na CONAB na data acordada na proposta de participação. Quando a liquidação for financeira, a cooperativa deverá vender seu produto no mercado e quitar a CPR com a CONAB.

3.3. Documentação exigida para que seja formalizada a operação:

3.3.1. “Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP” Beneficiário Especial – ou “Declaração do Representante Legal” de que, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos participantes da organização são agricultores familiares, na forma da portaria MDA N.º 47, de 26/11/09;

3.3.2. “Proposta de Participação” (PAA Net);

3.3.3. Certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal ou respectivos extratos;

3.3.4. Estatuto e Ata de eleição/posse da atual diretoria da cooperativa ou associação, ou Contrato Social para os demais participantes;

3.3.5. Ata de assembleia geral ou extraordinária contendo autorização para formalização de propostas de CPR - Estoque e declarando que conhecem as regras do instrumento ou memória de reunião da organização assinada por todos agricultores participantes do projeto, aprovando a proposta de participação na modalidade formação de estoque e declarando que conhecem as regras contidas no Título 33 do MOC.

No caso de associações ou outras instituições, cujo estatuto demonstre que a responsabilidade dos associados é limitada, deve-se apresentar, ainda, documento de aval solidário assinado pelos associados;

3.3.6. “Declaração” da organização de que mantém arquivada pelo prazo de 5 (cinco) anos, a seguinte documentação:

3.3.6.1. Cópia da DAP ou do extrato da DAP;

3.3.6.2. Notas de compra, ou congênere, dos produtos dos participantes. Nas Notas Fiscais e recibos de compra deverão constar assinatura e o nome do participante, com os respectivos números da DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB e CPF;

3.3.6.3. Nas operações com sementes, apresentar, também, duas “Cartas de Apresentação da Proponente”, assinadas por entidades governamentais ou não governamentais, de reconhecida atuação no setor agrícola, apoiadoras da proposta;

3.3.6.4. “Declaração” das organizações dos participantes de que a produção é própria ou que foi adquirida/recebida de agricultores familiares por preço igual ou maior que o preço de referência definido pelo Grupo Gestor do PAA ou acordado entre a organização e a CONAB, na “Proposta de Participação”.

3.4. A CONAB então analisará a documentação exigida e aprovará ou não a Proposta de Participação. Após aprovação do projeto pela SUREG o valor é depositado na conta da cooperativa/associação em até 10 dias de acordo com o cronograma da proposta de participação.

Para visualizar a cartilha da Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5722b649e43920a708cafa40fc34f928..pdf>

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

Analisando cada instrumento utilizado para atingir o objetivo de manutenção da renda dos produtores, tanto no âmbito da PGPM quanto do PAA, observa-se que a participação da SUREG no macroprocesso ocorre somente na fase de execução dos instrumentos, representada pelas etapas 1.2 a 1.6 do diagrama do macroprocesso, ou seja, a partir do recebimento da documentação, formalização da operação, análise da documentação de comprovação e autorização do pagamento. Salientando que na fase de formalização, etapa 1.3, há interação com o macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.

Observa-se, ainda, que em função da deficiência de pessoal, da infraestrutura de TI e da quantidade de documentos exigida para formalizar e/ou comprovar as operações, o prazo de 10 dias úteis para pagamento aos produtores acaba por não se cumprir integralmente.

Salientando, ainda, que a situação se agrava na Aquisição do Governo Federal e no Contrato de Opção, pela necessidade de vistoria do produto “in loco”.

## **MACROPROCESSO DE PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO**

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas.

Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

### **1. VENDAS EM LEILÃO**

1.1. Regulamentação do instrumento: as operações de venda obedecerão ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos N.º 004/ 04 ([http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_26\\_20\\_12\\_21\\_regulamentovendas\\_004\\_2004..pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_26_20_12_21_regulamentovendas_004_2004..pdf)) e ao Título 27 – Venda de Produtos e Embalagens da CONAB - do Manual de Operações da CONAB – MOC (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>) e aos Avisos específicos, divulgados pela CONAB e disponíveis para consulta no portal da Internet – <http://www.Conab.gov.br>.

Tendo por objeto a venda de produtos agropecuários dos estoques públicos, com ou sem subvenção, cuja divulgação ocorre por meio de Aviso específico, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis antecedentes ao leilão eletrônico.

O Aviso específico contemplará todo o detalhamento da operação e as condições necessárias ao seu pleno cumprimento.

1.2. O leilão poderá ser realizado nas modalidades “cartela”, “viva - voz” ou “misto”, quando utilizado o Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC, que obedece ao Regulamento para Operacionalização do Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC N.º 002/04 ([REGULAMENTO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE COMERCIALIZAÇÃO DA CONAB – SEC N.º 002/04](#)), com interligação

das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros.

Os participantes devem atender as condições previstas no Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos e, estar enquadrados no segmento previsto no Aviso específico, devidamente cadastrados perante a Bolsa por meio da qual pretendam realizar a operação, e que estejam em situação regular no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da CONAB – SIRCOI.

Na operação de venda com subvenção, o interessado deverá ainda estar em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

Cada participante só poderá ser representado por meio de uma única Bolsa e de um único corretor.

1.3. O preço de abertura para a venda do produto será definido pela CONAB, sem ICMS, e será divulgado com antecedência de, no mínimo, dois dias úteis da data do leilão.

Quando prevista subvenção, o seu valor será divulgado pela CONAB junto com o preço de abertura. O preço do produto para a negociação será ofertado de forma crescente. Sobre o preço de fechamento da venda haverá a incidência do ICMS e/ou outros tributos, de responsabilidade do adquirente, pautando-se na legislação tributária vigente na Unidade da Federação depositária do produto.

1.4. A confirmação da operação ocorrerá mediante a emissão de Autorização de Venda - AVE, que será gerada pelo SEC contendo todas as informações referentes ao fechamento da operação. Será emitida uma única AVE, para cada adquirente, por Bolsa, para um mesmo lote, ou na forma definida no Aviso específico.

1.5. O pagamento deverá ser realizado: à vista, integralmente, individualizado por AVE, obedecidos o prazo e condições ali estipulados. O valor correspondente ao total da operação terá que estar disponível, na conta bancária indicada pela CONAB, até a data limite para o pagamento, constante da AVE.

1.6. A liberação para a retirada do produto ocorrerá até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao efetivo crédito. A retirada do produto ocorrerá mediante a apresentação ao armazenador da Nota Fiscal de venda da CONAB e respectiva AVE, pelo adquirente ou preposto devidamente autorizado.

1.7. As despesas de armazenagem verificadas na quinzena correspondente à data de emissão da Nota Fiscal de Venda correrão por conta da CONAB. Após essa quinzena, as despesas de armazenagem correrão por conta do adquirente.

1.8. A reclamação por divergência de qualidade e/ou quantidade do produto deverá ser feita na Superintendência Regional da CONAB que jurisdiciona o local de depósito do produto ofertado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados a partir da data de transferência de propriedade do produto, ou seja, da data de emissão da Nota Fiscal de Venda e desde que o produto não tenha sido retirado do armazém.

Findo esse prazo, a CONAB não acatará quaisquer reclamações a respeito da qualidade do produto, devendo o adquirente acertar com o armazenador envolvido acerca das diferenças por acaso existentes.

Havendo indícios de que a real qualidade do produto não corresponda àquela consignada no Aviso

específico e na AVE, poderá o adquirente, promover a classificação / análise do produto, por meio da entidade de classificação credenciada no MAPA e com contrato firmado com a CONAB (relação disponível no site [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)), cujas despesas inerentes correndo as suas expensas.

Por ocasião da coleta de amostra, o adquirente deverá exigir a presença de representante do armazenador, devidamente credenciado, para aferir todas as etapas do processo e autenticar as amostras coletadas.

Caso o Certificado de Classificação/Análise caracterize a divergência de qualidade do produto em relação àquela consignada no Aviso específico e na AVE, a CONAB analisará a questão, podendo exigir nova classificação ou cancelar, no todo ou a parcela objeto da constatação, procedendo à devolução de seu valor, sem quaisquer acréscimos, ou aplicar tabela de ágio / deságio, se prevista em Aviso específico.

Para fins de recebimento da diferença deverá o adquirente apresentar à CONAB que jurisdiciona o estoque, no prazo previsto os seguintes documentos:

- a) Original da primeira via do Certificado de Classificação/Análise ou
- b) Cópia da Nota Fiscal de Venda.
- c) Nota Fiscal de Devolução do adquirente à CONAB referente à quantidade do produto questionado.
- d) Os dados bancários (banco, agência e conta corrente).

Para a falta de produto devidamente comprovada, será devolvido ao adquirente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o valor correspondente à quantidade faltante, sem quaisquer acréscimos.

**2. PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO:** o objetivo é viabilizar o acesso dos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio de vendas diretas, a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos, com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural e, também, às entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor, o acesso a esses estoques.

1. Amparo Legal: o Programa de Vendas em Balcão tem o seu ordenamento e amparo legal nos seguintes instrumentos:

- a) Portaria Interministerial N.º 182, de 25/08/94 (em seu artigo 19, estabelece as condições para as vendas diretas dos estoques públicos), resoluções BACEN N.ºs 2.641 e 2.656, respectivamente de 25/08/99 e 06/10/99, e deliberações da Diretoria Colegiada da CONAB e/ou outro instrumento legal que venha alterar ou revogar o disposto em tais resoluções e Título 22 do Manual de Operações da CONAB – MOC (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>);
- b) Artigo 19, da Lei N.º 10.696, regulamentada pelo Decreto N.º 4.772, ambos de 02 de julho de 2003 e deliberações da Diretoria Colegiada quanto às ações do Programa de Aquisições de Alimentos – PAA;
- c) Portaria Interministerial N.º 38, de 09 de março de 2004.

2. Clientela:

- a) pequenos criadores (suinocultores, avicultores, bovinocultores, caprinocultores, ovinocultores, bubalinocultores, e coturnicultores) e agroindústrias de pequeno porte (moinhos coloniais, indústria de derivados do milho e fracionadores de arroz) cuja escala de produção e/ou localização impedem que tenham acesso aos estoques públicos comercializados em bolsas de mercadorias;
- b) federações de agricultura e pecuária, sindicatos rurais, associações de classe e cooperativas

- (todos prepostos dos beneficiários diretos: criadores e agroindústrias de pequeno porte), voltadas para o atendimento do público alvo descrito na alínea “a” anterior, para o caso exclusivo de retirada do produto vendido;
- c) varejistas filiados à Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP;
  - d) secretarias estaduais e municipais de agricultura, universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa voltados para a pesquisa e desenvolvimento do setor no qual se insere o público alvo descrito na alínea “a” anterior.
3. A operacionalização do Programa de Vendas em Balcão aos beneficiários ficará sob responsabilidade da CONAB. As vendas serão realizadas nas unidades armazenadoras da CONAB, as quais além de armazenarem os produtos, também coordenam as atividades de cadastramento do cliente, expedição da GRU – Guia de Recolhimento da União e emissão da Nota Fiscal Eletrônica (Nfe) de venda.
4. Preço da Venda – compatível com o mercado, posicionando-se em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído.

A forma de pagamento, por tratar-se de operação direta será para pagamento à vista, mediante prévio recolhimento dos valores correspondentes em conta corrente específica, indicada pela CONAB quando da emissão da Guia de Recolhimento da União – GRU.

5. Exigências Prévias – para participar do Programa, o cliente é previamente cadastrado pela CONAB. Nesta ocasião, além de manifestar sua intenção de compra, preenche o formulário denominado “Sistema de Cadastro Técnico – Programa de Vendas em Balcão”, parte integrante do Título 22 do MOC, identificado como Documento 1.
6. Retirada do Produto – de posse da Nota Fiscal de venda, o cliente se apresenta ao armazém indicado para retirada do produto adquirido, a qual será processada pelo registro da entrega na primeira via e retenção da segunda via do documento fiscal.

**3. VALOR PARA ESCOAMENTO DE PRODUTO – VEP:** é um Instrumento de Comercialização Governamental, concedido àqueles que se dispõem a adquirir produto do Governo Federal e promover o seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante o recebimento de uma subvenção econômica definida com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis anteriores à realização do leilão eletrônico.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado, os localizados em regiões distantes.

É lançado quando o preço de mercado está acima do preço mínimo.

1. Regulamentação do Instrumento: as operações com o VEP obedecerão ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04 ([http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_26\\_20\\_12\\_21\\_regulamentovendas\\_04\\_2004.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_26_20_12_21_regulamentovendas_04_2004.pdf)), e aos Avisos específicos, divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e disponíveis para consulta na internet ([www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)).

A SUREG - PR não realizou em 2012 operações de VEP.

Para visualizar a cartilha da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos com ou sem

Subvenção – VEP, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/1501d79cbae78ac732fe3c058e580413..pdf>

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

Analisando cada instrumento utilizado para o atendimento aos consumidores, observa-se que a participação da SUREG no macroprocesso ocorre na fase de execução dos instrumentos, representada pelas etapas 2.3 a 2.8 do diagrama do macroprocesso, a partir da venda/faturamento – Venda em Leilão e VEP (2.3), entrega/liberação do produto – Venda em Leilão e VEP (2.4), formalização e/ou comprovação da documentação de escoamento - VEP (2.5), autorização do pagamento - VEP (2.6), realização da remoção – Programa de Vendas em Balcão (2.7) e realização da venda – Programa de Vendas em Balcão (2.8). Salientando que na fase de entrega/liberação do produto (2.4) da operação há interação com o macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.

Observa-se, ainda, que para o cumprimento dos objetivos deste macroprocesso há o envolvimento de duas SUREGs, de origem e destino, além da CONAB Matriz, uma vez que as autorizações para emissão de notas fiscais de venda (2.3) são realizadas pela Matriz. As etapas 2.3, 2.4 e 2.7 estão vinculadas à SUREG de origem e as etapas 2.5, 2.6 e 2.8 estão vinculadas à SUREG de destino.

## **MACROPROCESSO DE ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO**

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela CONAB no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP.

O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização - SINAC que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a REFAP foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

A SUREG PR não realizou em 2012 operações com PROHORT e REFAP.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

## **MACROPROCESSO DE ATENDIMENTO A PARCEIROS**

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos.

Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional.

Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

**AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL** - estratégia que visa, em caráter emergencial, prover de alimentos os países irmãos, acometidos por catástrofes de quaisquer naturezas, particularmente aqueles localizados na América do Sul, Central, Caribe e na África, a

título de assistência humanitária internacional, a partir de pedidos pontuais dos seus governos ou por iniciativa brasileira (<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=558&t=2>).

A CONAB atua diretamente na aquisição dos alimentos, armazenagem e participa na logística para distribuição.

Tem como gestor a Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) do Ministério das Relações Exteriores – MRE, do Brasil.

Maiores informações poderão ser obtidas no MRE ou pelo *site*: [www2.mre.gov.br/cgfome/](http://www2.mre.gov.br/cgfome/).

**ATENDIMENTO INSTITUCIONAL** - na forma consignada na [Portaria Interministerial MAPA/MDS nº 1.128, de 19 de novembro de 2008](#), a CONAB realiza diversificados procedimentos operacionais, visando favorecer o apoio logístico requerido no contexto da Estratégia Fome Zero.

Com esse propósito, a CONAB recebe, guarda, conserva e transporta mercadorias doadas à Estratégia Fome Zero, abrangendo produtos repassados pela Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, decorrentes de apreensões por ilícitos fiscais e ambientais, e alimentos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo sua venda por meio de leilão público, com o direcionamento dos recursos auferidos para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e/ou distribuição a entidades de interesse social (<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=562&t=2>).

A destinação das mercadorias recebidas em doação ou venda é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, cabendo à CONAB adotar os encaminhamentos requeridos.

Quanto aos produtos adquiridos de produtores familiares, após o atendimento das demandas para a composição das “cestas de alimentos” destinadas a comunidades específicas, previamente definidas pelo MDS, são canalizados para doação à entidades públicas e às de interesse social, visando suplementar a oferta de alimentos para segmentos carentes da comunidade.

Para a doação desses alimentos, são observados os seguintes critérios:

- o beneficiário seja órgão público, banco de alimentos ou entidade de interesse social, devidamente identificado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, constante da sua ficha no CNPJ, que executam programas ou ações de suplementação alimentar e nutricional;
- a entidade requerente, por meio de representante legal, deve formalizar à superintendência da CONAB em seu estado, o seu pedido de doação de alimentos, fazendo uso de formulário próprio;
- a quantidade a ser doada é definida em função do número de pessoas assistidas pela entidade beneficiária, considerando a tipificação do comensal e o consumo *per capita* correspondente, conforme Tabela de Consumo de Alimentos;
- o beneficiário deve reunir condições para a retirada do produto doado, no armazém indicado pela CONAB, observado o prazo previamente fixado;
- o beneficiário, ao receber o produto em doação, deve se comprometer a guardá-lo em condições adequadas, promover sua distribuição no prazo estabelecido e assegurar o seu uso de acordo com os propósitos sociais consignados no seu pleito inicial. Para isso, deve formalizar, no ato de retirada do alimento, declaração pública intitulada “Compromisso de Conservação Adequada e Uso Social de Produto Doador”, onde estarão incluídos dados da

doação, obrigações do beneficiário e franquia à CONAB para vistoriar o depósito, verificar documentação e acompanhar a distribuição e uso do produto doado;

- a entidade beneficiária, concluída a utilização do produto recebido em doação, deve apresentar relatório à superintendência da CONAB em seu estado, configurando o seu uso social.

**ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS:** visa fornecer, em caráter emergencial, alimentos básicos às comunidades afetadas por adversidades climáticas ou catástrofes de quaisquer naturezas e que ficam submetidas à situação de insegurança alimentar e nutricionais.

Tais atendimentos decorrem de deliberações e comandos da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC à CONAB, que é a executora operacional, tendo como função principal a aquisição dos alimentos e armazenagem e, ainda, contribui na logística de distribuição juntamente com os demais órgãos envolvidos na ação (<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=563&t=2>).

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente na SEDEC ou pelo *site*: [www.defesacivil.gov.br](http://www.defesacivil.gov.br).

**DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS:** trata-se de uma ação governamental integrada que visa garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade social (<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=564&t=2>).

São beneficiários as famílias acampadas que aguardam a sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, as comunidades indígenas, quilombolas, presentes em terreiros, atingidas por barragem e pescadores artesanais.

A indicação dos beneficiários, em articulação com os seus órgãos representativos, é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

A CONAB atua na aquisição, armazenagem e distribuição dos alimentos.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no MDS ou pelo *site*: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

As compras realizadas para o atendimento a parceiros ocorrem por meio de leilão eletrônico, utilizando o Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC, que obedece ao Regulamento para Operacionalização do Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC N.º 002/04 ([REGULAMENTO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DECOMERCIALIZAÇÃO DA CONAB – SEC N.º 002/04](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_26_19_46_55_regulamentocom_pra_003-2004..pdf)), e obedecem ao Regulamento para Operacionalização da Compra de Produtos Destinados a atender as Atividades Finalísticas da CONAB n.º 003/04 ([http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10\\_10\\_26\\_19\\_46\\_55\\_regulamentocom\\_pra\\_003-2004..pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_10_26_19_46_55_regulamentocom_pra_003-2004..pdf)).

No exercício de 2012 a SUREG - PR teve atuação na Ajuda Humanitária Internacional, com a doação de feijão para a República Democrática Popular da Coreia, República da Nicarágua e República da Guiné-Bissau, bem como no Atendimento Institucional e Distribuição de Cestas de Alimentos com a remoção de feijão, arroz e leite em pó, além da compra de óleo de soja, macarrão, açúcar, farinha de trigo e fubá de milho.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

A participação da SUREG neste macroprocesso ocorre na fase/etapa de verificação da disponibilidade de produtos (6.4), na compra (6.5) ou reserva do estoque (6.8), no atendimento à demanda contratada (6.6) e na comprovação do atendimento ao contrato (6.7) e, no caso de atendimento à demanda do PAA, na CPR Especial com Doação Simultânea (6.9), conforme diagrama do macroprocesso.

## MACROPROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Este macroprocesso envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros e do Governo, vinculados aos programas institucionais, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

A prestação de serviços de armazenagem compreende os procedimentos de recepção, pesagem, secagem, limpeza, dentre outros.

Os serviços de armazenagem estão disciplinados em legislação específica, que pode ser encontrada na página da CONAB na internet - <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=508&t=2>

- Decreto Lei nº 1.102/1903 – Estabelecimento de Armazéns Gerais (<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/417dc07c83a0146d4c2e d353f546084a..pdf>);
- Lei nº 8.171/1991 – Política Agrícola (<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/cce4da1397fb30b928e83 d7a9265d644..pdf>);
- Decreto Lei nº 3.855/2001 – Regulamentação da Lei 9.973/2000 (<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17209755c14dfce595a8f 56ba12579f0..pdf>);
- Lei nº 9.973/2000 – Armazenagem de Produtos Agrícolas;
- Lei nº 11.076/2004 - Dispõe sobre CDA e WA.

As Unidades Armazenadoras da CONAB possuem regulamentos específicos para:

- Armazenagem em ambiente natural - armazéns convencionais e graneleiros (<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/1f4d0512b5973cba49e39 16f4cee87f5..pdf>);
- Armazenagem em ambiente artificial – armazéns frigoríficos (<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/30e1192e381b1748921bf 86fe08b65ad..pdf>).

A SUREG PR não atuou no exercício de 2012 na prestação de serviços de leilões privados (de terceiros) e de classificação de produtos.

A participação da SUREG neste macroprocesso, através das Unidades Armazenadoras e Gerência de Operações (Setor de Operação de Estoques), conforme diagrama do macroprocesso, atua nas etapas de recebimento do produto (4.2), avaliação prévia da qualidade (4.3), processamento (4.4), avaliação da qualidade do produto (4.6), documentação e assinatura do contrato de depósito (4.7), manutenção do estoque (4.8), fiscalização do estoque (4.9) e faturamento do serviço (4.10).

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddedf..pdf>

## MACROPROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos e de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da CONAB. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a CONAB disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados, credenciados e com contratos de prestação de serviços em vigor.

Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

A formação de estoques públicos tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, a administração e manutenção destes para regular o abastecimento interno, comercializando estoques na entressafra para atenuar as oscilações de preços.

A administração de Estoques Públicos envolve, entre outros procedimentos a fiscalização de estoques e, também, a transparência da gestão dos estoques.

A fiscalização dos estoques (<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1115&t=2>) tem por finalidade apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias. É realizada periodicamente pela CONAB na forma das orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais – título 12 do Manual de Operações da CONAB – MOC (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>) ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia, nas seguintes situações:

Previamente à formalização das operações de formação dos estoques governamentais: visa avaliar as condições quantitativas dos produtos objetos das operações e o cumprimento pelas depositárias quanto às normas e procedimentos básicos para o armazenamento, previstos no TÍTULO 08 do MOC (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>).

Durante o período de armazenamento dos estoques: será executada em consonância com o calendário preestabelecido, nos casos de suspeitas ou indícios de irregularidades e nas ocasiões julgadas oportunas.

Na transparência da gestão dos estoques públicos, é simples e rápido consultar o Portal da Transparência da Gestão dos Estoques Públicos, o qual permite o acesso à informações atualizadas, inerentes à posição, aquisição, remoção, venda e doação dos estoques públicos, bem como eventuais perdas quantitativas e desvios em armazenagem apurados.

As consultas dinâmicas de informações, consolidadas e detalhadas, contemplam as operações dos estoques públicos de produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC), assim como os estoques estratégicos de apoio aos programas sociais, nos seguintes instrumentos e operações: Aquisição do Governo Federal (AGF); Contrato de Opção de Venda efetivamente exercido; compra de produtos para atendimento a programas sociais ou de abastecimento; venda de produtos dos estoques públicos sem subvenção e com subvenção como o Valor para Escoamento do Produto (VEP); venda e compra simultânea (troca) para atendimento aos programas sociais; doação para atendimento emergencial, programas sociais e de ajuda humanitária; venda em balcão; venda REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos) e de movimentação dos estoques públicos.

Além disso, permite o acesso às operações de apoio à segurança alimentar realizadas no âmbito do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que envolvem instrumentos como a compra direta, Cédula de Produto Rural (CPR) nas modalidades CPR - Doação e CPR - Estoque.

É possível consultar (<http://consultaweb.conab.gov.br/transparencia/>) as operações realizadas pelo nome, CNPJ/CPF do produtor rural, cooperativa e demais agentes econômicos como adquirente, beneficiário, fornecedor, consumidor, entre outros, com as correspondentes quantidades de produtos e valores financeiros envolvidos.

As informações disponíveis são relativas a janeiro de 2011 em diante, a partir das notas fiscais lançadas e emitidas pela Companhia na gestão dos estoques públicos.

A participação da SUREG no macroprocesso ocorre em todas as etapas (de acordo com o diagrama do macroprocesso), desde a realização da vistoria do produto no recebimento (7.1), classificação do produto pelo órgão de classificação (7.2), geração de documentação (7.3), fiscalização dos estoques públicos (7.4), encaminhamento para pagamento dos serviços de armazenagem nas UAs de terceiros, liberação do produto – em caso de venda ou remoção (7.6), classificação para saída – remoção (7.7), quando se tratar de UAs de terceiros há também o cadastramento e/ou credenciamento da UA (7.8) e, em caso de irregularidade na fiscalização dos estoques a adoção de providências se necessário (7.9).

É importante salientar que há forte interação com os macroprocessos de Sustentação de Renda e Prestação de Serviços.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cddbdf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f.pdf>

## **MACROPROCESSO DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS**

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia para tornar a CONAB uma empresa de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia. É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos, já tradicionalmente definidos pela Companhia, ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Envolve a produção e divulgação dos trabalhos de ([www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)):

1. Conjuntura Agropecuária – conjunturas semanais, mensais, especiais, de prospecção e de apresentação;
2. Geotecnologia – projeto Geo Safras e projeto SIGA Brasil;
3. Safras - Levantamentos de Safra, Cronograma de Divulgação de Safras, Série Históricas;
4. Indicadores da Agropecuária;
5. Balança Comercial do Agronegócio;
6. Custos de Produção;
7. Importações e Exportações;
8. Impostos de Importação;
9. Indicadores Econômicos;
10. Índices e Insumos Agrícolas;
11. Preços da Agropecuária;
12. Preços dos Insumos Agropecuários;
13. Quadro de Suprimentos.

A participação da SUREG no macroprocesso ocorre somente nas fases de coleta de dados (8.3) e tratamento de dados / atualização da base de dados (8.4), conforme diagrama do macroprocesso.

Deve-se salientar que a geração e disseminação de informações e conhecimentos é realizada pela Matriz.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

### **Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios**

A CONAB, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da CONAB; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social - CIBRIUS. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a CONAB deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## **2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO**

### **2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão**

A principal fonte de receita das unidades armazenadoras da CONAB é oriunda da prestação de serviços de armazenagem e processamento de produtos agrícolas a terceiros, cuja demanda está estreitamente relacionada à conjuntura de mercado. Há que se destacar o significativo volume de grãos depositados nas unidades armazenadoras da CONAB vinculado a estoques públicos, sobre os quais não há receita faturada. Nas safras em que os preços dos grãos são favoráveis aos produtores, ocorre redução da demanda por estes serviços, devido à rápida comercialização e escoamento da produção, afetando de forma negativa o faturamento das unidades armazenadoras da Companhia, ocorrendo o inverso quando os preços são desfavoráveis.

No estado do Paraná a CONAB dispõe de 1 unidade armazenadora para ambiente artificial e 4 para ambiente natural, das quais 2 para estocagem de produtos na modalidade a granel e 2 na modalidade convencional.

Os principais grãos destinados aos armazéns da CONAB no Estado são o trigo, milho, soja, feijão e café.

Em decorrência das dificuldades na comercialização de trigo pelos produtores rurais e suas cooperativas no ano de 2011, este cereal foi o principal produto, em volume, recebido pelos armazéns da Companhia naquele ano, que estocaram na modalidade a granel, nas unidades localizadas nos municípios de Ponta Grossa e Cambé. No ano de 2012, em função da redução da produção mundial e brasileira, a intervenção do governo no mercado ocorreu apenas nos primeiros meses do ano. Após, a elevação dos preços recebidos pelos produtores tornou desnecessária a intervenção do governo no mercado do cereal.

Também, devido aos preços elevados, não se verificaram intervenções do governo nos mercados do milho, feijão e do café. Em 2011 foi significativa a intervenção na comercialização do feijão, através das compras governamentais.

Na prestação de serviços de armazenagem a CONAB, no Paraná, sofre a concorrência da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, empresa estatal estadual, e dos armazéns particulares.

As cooperativas, detentoras da maior capacidade de armazenagem, podem ser consideradas parceiras da CONAB, haja vista que para poderem receber as safras de seus associados efetuam a transferência dos estoques remanescentes para outros armazéns, quando boa parte é destinada aos armazéns desta Companhia.

### **Comportamento do mercado agrícola**

Os preços médios recebidos pelos produtores, nos anos 2011 e 2012, estão indicados nos quadros abaixo.

**QUADRO 2.1.1 - PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO PARANÁ  
EM 2011 E 2012**

Produtos	Exercícios		%
	2011	2012	
Algodão em caroço (arroba)	26,47	18,97	-28,3
Amendoim (sc 25 kg)	50,00	48,38	-3,2
Arroz Irrigado (sc 60 kg)	28,91	38,94	34,7
Arroz Sequeiro (sc 60 kg)	29,77	40,60	36,4
Feijão de Cor (sc 60 kg)	78,06	137,70	76,4
Feijão Preto (sc 60 kg)	64,28	95,72	48,9
Milho (sc 60 kg)	22,41	23,52	5,0
Soja (sc 60 kg)	42,08	59,41	41,2
Aveia (sc 60 kg)	17,16	18,58	8,3
Canola (sc 60 kg)	44,10	67,62	53,3
Centeio (sc 60 kg)	35,00	26,21	-25,1
Cevada (sc 60 kg)	28,36	27,67	-2,4
Trigo (sc 60 kg)	25,52	28,60	12,1
Triticale (sc 60 kg)	15,85	17,55	10,7

FONTE: SUREG-PR/SEGEO

Os valores dos preços recebidos pelos produtores em 2012, comparativamente aos preços mínimos estabelecidos pelo governo, revelam a não necessidade da intervenção do governo no mercado, através dos instrumentos da PGPM, para todos os principais produtos da lavoura paranaense. No ano de 2011 ocorreu a intervenção no mercado do arroz, feijão e trigo. Nos primeiros, os preços ficaram abaixo do mínimo durante o primeiro semestre e no último durante o segundo, o período de colheita e de comercialização. Os menores preços recebidos pelos produtores de trigo ocorreram no final do ano e foram influenciados pela baixa taxa de câmbio que favoreceu as importações de cereal. A intervenção ocorreu basicamente no feijão e no trigo mediante a compra direta (AGF e Compra Direta da Agricultura Familiar), PEP e PEPRO.

Os baixos preços recebidos pelos produtores de café influenciaram na redução de 11% na área cultivada com a rubiácea e 18% na produção. O ano favorável à produção brasileira, o principal fornecedor mundial do produto, influenciou na redução dos preços recebidos pelos produtores e do produto beneficiado.

A área cultivada da cana-de-açúcar aumentou 1% atingindo 652,0 mil hectares. A produção não registrou crescimento, ficando em 49,8 milhões de toneladas. O não crescimento da produção é explicado pela falta de renovação dos canaviais nos anos anteriores e pelo efeito do clima adverso sobre a produção.

A área cultivada da mandioca, devido ao excesso de produção do ano anterior, reduziu em 14% e a produção em 7%, atingindo 3,87 milhões de toneladas.

**QUADRO 2.1.2 – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM 2011 E 2012**

Produto	Exercícios		%
	2011	2012	
Café em coco (kg renda)	6,59	5,75	-12,7
Café beneficiado (60 kg)	417,09	359,75	-13,7
Cana de Açúcar (t)	46,79	53,53	14,4
Mandioca (t)	225,70	248,77	10,2

FONTE:SUREG-PR/SEGEO

Na pecuária, os abates com SIF e a produção de carne estão registrados na tabela abaixo.

**QUADRO 2.1.3 - ABATES DE BOVINOS, SUÍNOS E FRANGOS COM SIF E PRODUÇÃO DE CARNE NO PARANÁ, EM 2011 E 2012**

Animais	Em cabeças	Produção de Carne (t)
<b>BOVINOS</b>		
2011	939.521	211.392,2
2012	994.169	223.688,0
<b>SUÍNOS</b>		
2011	6.083.231	547.490,8
2012	6.589.184	593.026,6
<b>FRANGOS</b>		
2011	1.399.571.587	2.702.613,6
2012	1.403.522.683	2.807.045,4

FONTE:SUREG-PR/SEGEO

Apesar do embargo russo às exportações de carne suína e do elevado custo da alimentação, devido aos altos preços do milho e do farelo de soja, os abates e a produção de carne suína e de frango mantiveram em 2012 o Paraná como o primeiro produtor de frango e terceiro em suínos.

Os preços recebidos pelos produtores do boi gordo registraram leve queda em 2012 e do frango e suíno leve recuperação, conforme mostrado no quadro a seguir.

**QUADRO 2.1.4 – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PECUARISTAS DO PARANÁ EM 2011 E 2012**

Produtos	Exercícios		%
	2011	2012	
Boi Gordo (arroba)	95,57	93,38	-2,3
Frango de Corte (kg)	1,76	1,94	10,2
Suíno Raça (kg)	2,24	2,38	6,3

FONTE:SUREG-PR/SEGEO

Neste segmento da pecuária, a ação da CONAB se restringiu a venda do remanescente do estoque governamental de milho, através da venda em balcão para os pequenos criadores (4.905 t) e das vendas em bolsa (1.445 t). O baixo volume de vendas é explicado pela inexistência do produto, devido às remoções e vendas efetuadas em 2011.

## **Instrumentos para Sustentação de Renda**

A CONAB responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado ficam em níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM a CONAB leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades do consumo interno e de importação e exportação, os custos de produção e as características socioeconômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para cada produto, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo e indireto, ou seja, escolhendo a região e o produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

### **Intervenções Realizadas em 2012**

Para os produtos amparados pela PGPM tradicionalmente a CONAB realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva.

O cenário exposto anteriormente demonstra o por que da baixa intervenção do governo no mercado durante o ano de 2012, através dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos.

Ocorreram intervenções apenas na comercialização do trigo e do arroz. Do trigo, nos primeiros meses do ano, onde ainda restavam 15% da safra de 2011 não comercializada pelos produtores, e nos seguintes volumes: 45.500 t. via AGF, 240.000 t via PEP e 30.000 t. via PEPRO. Do arroz, nos volumes de 1.080 t. através de Contratos de Opção de Venda e Compra Direta da Agricultura Familiar, de uma cooperativa, no montante equivalente a R\$ 5,0 milhões.

Os maiores volumes de operações ocorreram na movimentação dos estoques de milho e de feijão, internamente e para outros Estados, e na colocação destes no mercado, atendendo ao objetivo de regularização do abastecimento.

### **Estratégias de atuação da SUREG no Parana**

#### **Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM**

Realiza acompanhamento e análise do mercado agrícola estadual em consonância com as ações da Matriz, sistematicamente, apontando os instrumentos a serem utilizados e informando a previsão do volume de recursos orçamentários/financeiros necessários para desenvolvimento esta atividade no Estado, visando à formação de estoques públicos ou o escoamento da produção por meio de subvenção econômica.

Em 2012 foram realizadas dentro desta política 45.000 toneladas de contratos de opção, 1.080 toneladas de arroz, PEP/PEPRO num volume de 43.000 toneladas. Visando equilíbrio nos preços de mercado houveram intervenções com os leilões de trigo e feijão num volume de 337.000 toneladas.

#### **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF**

Tem por objetivo assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros, com estímulo a diversificar a produção agropecuária e a articulação das diversas políticas de crédito e de comercialização.

Em 2012 houve necessidade de subvenção para a cebola no meses de janeiro e fevereiro, trigo (janeiro a junho) e triticale (janeiro a setembro). Já para os demais produtos amparados, os preços de mercado se mantiveram acima dos preços de garantia.

#### **Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento**

As informações do agronegócio prestadas pela CONAB no Paraná se traduzem em importantes

tópicos que influenciam no desenvolvimento da agricultura no estado em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento estadual, pois cria oportunidades de bons investimentos, especialmente para produtores rurais, consumidores e cidadãos, que conseguem melhor avaliar as políticas públicas.

Os técnicos da Companhia disponibilizam dados ao Sistema de Informações Agropecuárias (SIAGRO), proporcionando às entidades vinculadas ao agronegócio e instituições de apoio à segurança alimentar estadual o acompanhamento de preços dos novos produtos incorporados aos programas de apoio aos agricultores.

Foram realizados 12 procedimentos de avaliações de safras de grãos, 03 pesquisas da safra de cana-de-açúcar e 04 de café. As informações sobre o mercado de insumos agropecuários e sobre o comércio internacional, com destaque para o agronegócio, abrangeram milhares de mercadorias, além de dados sobre crédito rural disponíveis, junto às fontes do seguimento agrícola, ou seja, produtores rurais, cooperativas, secretarias de agricultura, órgãos de assistência técnica e extensão rural e, agentes financeiros.

### **Geotecnologia**

Neste seguimento busca-se acompanhar a dinâmica do processo produtivo na agricultura com o uso de modernas técnicas agrícolas, visto a evolução de pesquisas voltadas a analisar as condições agrometeorológicas e espectrais em parceria com SIMEPAR, INNMET, gerando mapas de condição da vegetação nas principais regiões produtoras do Brasil e dos países exportadores de commodities agrícolas. Evidenciou-se a necessidade de participando com conteúdos de apoio a publicação informes e Boletins Agrometeorológicos, Espectrais e Agroclimáticos com atualizações mensais.

Sistematicamente apresenta a disponibilidade de imagens de alta resolução para o mapeamento ou pré-validação de grãos, cana-de-açúcar, café e outras culturas temporárias, e permanentes, além de manter atualizado o banco de dados das usinas de cana de açúcar.

Foram realizados mapeamentos de café em 2012 estado do Paraná, com imagens de aerofotogramétrica, disponibilizadas pelo INMET - Instituto Nacional de Meteorologia Latis - Laboratório de Análise e Tratamento de Imagens de Satélites.

### **Distribuição de Cestas de Alimentos**

A SUREG PR seguindo orientação da MATRIZ, e em apoio ao desenvolvimento dos planos de trabalhos, provenientes dos convênios desenvolveu articulações institucionais com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

### **Ajuda Humanitária Internacional**

Conforme o estabelecido na Lei 12.429, de 20 de julho de 2011, que autoriza o Poder Executivo a

doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional, no exercício de 2012 foram removidos para o estado de Santa Catarina o quantitativo de 5.020 toneladas de feijão com o objetivo de atender ao Programa de Doação Humanitária de Alimentos do Brasil à República Democrática Popular da Coreia, à República da Nicarágua e à República Guiné-Bissau. As doações ocorrem por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas -PMA, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo que as doações são efetivadas por meio de termo firmado pela CONAB e ocorrem por conta de dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

### **Apoio Institucional a Estratégia Fome Zero**

A implementação das ações de caráter social, trabalhou de modo a promover a segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome, fornecendo o apoio necessário de logística à estratégia Fome Zero do governo federal, por meio da disponibilização dos estoques em regiões vulneráveis, efetuando a guarda e conservação dos produtos até a sua distribuição. De acordo com as demandas do programa, a CONAB recebe, guarda, movimenta e distribui os produtos doados, o material informativo/pedagógico, além de doar os alimentos originários das aquisições da Agricultura Familiar.

### **Apoio ao Comércio Varejista de Pequeno Porte**

A necessidade de se preservar a diversidade do micro comércio de produtos básicos das periferias das pequenas e grandes cidades, de forma a satisfazer as demandas de suas comunidades circunvizinhas com mercadorias de qualidade e preços condizentes com o mercado, levou a CONAB a desenvolver ações para modernizar e fortalecer esse sistema de comércio.

Assim, é necessário criar mecanismos eficazes, com um significativo teor de informações, organizou o Comércio Varejista de Pequeno Porte, com a finalidade de promover, mediante prévia seleção e capacitação das unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

### **Formação dos Estoques Públicos**

No Seguimento da agricultura comercial, é passiva. Ou seja, o governo apenas intervém no mercado adquirindo produtos, quando os preços de mercado são superiores ao preço mínimo ou ao preço de intervenção e os produtores, optam por vender o produto ao governo. Em 2012, devido a quebra da safra sul-americana 2011/2012 e americana 2011/2012 e 2012/2013 os preços de mercado se situaram em patamares superiores aos preços mínimos, exceto no trigo no início do ano. NA agricultura familiar, a compra de estoques dentro dos programas com doação simultânea não compõem efetivamente os estoques governamentais, e no caso da compra direta, a intervenção

somente ocorre quando os preços de mercado forem inferiores ao preços de garantia. Esta é a razão porque não formou-se estoques durante este período.

### **Formação de Cestas Básicas**

Continuando as ações de anos anteriores de apoio aos programas assistenciais desenvolvidos pelo Governo Federal, para a formação de cestas básicas a serem distribuídas as comunidades carentes/necessitadas ou sob risco e por demanda do MDA e do MDS, no exercício de 2012, foram removidos 554 toneladas de feijão e 3.102 toneladas de arroz para diversos estados brasileiros, a fim de compor as cestas de alimentos. Para atender a este mesmo objetivo, a SUREG-PR recebeu 29 toneladas de leite em pó do estado do Rio Grande do Sul.

### **Contratação de bens e serviços**

Em face de a CONAB não possuir uma rede armazenadora própria com capacidade suficiente para abrigar todo o estoque público, formado pela aquisição de grãos de produtores rurais e suas cooperativas, a Companhia contrata armazéns de terceiros para esta finalidade, mediante a formalização de contratos de depósito. Previamente à assinatura deste Instrumento é realizado o cadastramento da unidade armazenadora, ocasião em que é avaliada sua estrutura física e equipamentos existentes, devendo, para ser considerada apta tecnicamente, atender a todos os requisitos estabelecidos em normas específicas da CONAB, não podendo a armazenadora, seus dirigentes e fiel depositário terem quaisquer pendências fiscais nas esferas municipal, estadual e federal.

Os contatos de depósito formalizados entre a CONAB e os armazenadores seguem “modelos-padrão”, elaborados pela matriz, e utilizados pela Companhia em todas as Unidades da Federação.

Para o armazenamento dos estoques públicos a CONAB paga, quinzenalmente, aos armazenadores pelos serviços de armazenagem, de acordo com sua tabela de preços, publicada no Oficial da União, e, ainda, um adicional intitulado “Sobretaxa”, que tem como consequência a obrigatoriedade dos armazenadores restituírem à Companhia quaisquer perdas porventura ocorridas durante o período de estocagem, sejam elas qualitativas ou quantitativas.

### **Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios**

A SUREG esta sujeita a vários fatores de risco no desenvolvimento de suas atividades, pois a mesma possui um processo de gestão que depende na maioria dos casos de definições centralizadas na MATRIZ Brasília. Outrossim, não se descarta os riscos existentes de acordo com sua natureza:

a) Natureza Sistêmica: referente ao ambiente político e econômico em que a instituição está inserida, ou seja um ambiente variável, dependente de definições elencadas no plano Plurianual, com grande dependência orçamentaria centralizada, outras ações são tomadas a partir de variações climáticas ou calamidades publicas, busca se nesta área reduzir através do aprimoramento das informações obtidas via previsão de safras entre outros mecanismos de pesquisa;

b) Risco de fraude ou de corrupção: referente à má verção dos recursos públicos, ou seja, como trabalha-se em varias frentes, via acordos e cooperação, há necessidade de fiscalizar e monitorar os desempenhos de cada programa desenvolvido, criando controles e ou mecanismos eficazes para reduzir a possibilidade deste risco;

c) Risco Legal: referente à possibilidade de se contrariar qualquer determinação legal ou regulamentar a que a instituição esteja sujeita, buscando treinar, capacitar o corpo funcional para o desenvolvimento de cada atividade especifica envolvida;

d) Risco de Tecnologia: referente ao risco de defasagem, subutilização ou utilização inadequada dos recursos tecnológicos disponíveis, a busca por atualização dos sistemas tecnológicos e instrumentos de TI, com a

aplicação do Plano de Modernização Tecnológica da Companhia;

e) Risco de Recursos Humanos: referente a disponibilidade e qualificação dos recursos humanos existentes, por ser empresa advinda de fusão, necessita oxigenar o corpo funcional, valorizando o quadro atual, como resposta aos anseios dos advindos da fusão passada, bem como abrindo-se as portas para o novo via concurso. Este risco é sempre presente devido o alto índice de insatisfação funcional, com as políticas de pessoal aplicadas na atualidade;

f) Risco Operacional e de Gestão: referente à eficácia e eficiência das atividades operacionais desenvolvidas, bem como a ação exercida pelos gestores sobre estas atividades, neste caso demanda estudo aprofundado do Mapa Estratégico da companhia, com a finalidade de redefinir seu papel no sentido de governança e governabilidade, buscando atualizar os procedimentos, e normativos, manuais de operações, bem como impetração de ações de modernização da rede estratégica de armazéns, para atender as demandas da produtividade crescente;

g) Riscos de informação e da tomada de decisão: tratam da relevância e da confiabilidade das informações que suportam o processo decisório, que somente pode ser reduzido via investimentos em equipamentos, e recurso humano especializado, investimentos em pesquisa.

## 2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

### Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

A demanda por serviços de armazenagem está estreitamente relacionada à conjuntura de mercado dos produtos agrícolas que, por sua vez, é influenciada pela oferta destes nos mercados interno e externo. No ano de 2012, o milho, a soja e o trigo, que tem o Paraná entre os maiores produtores, tiveram rápida comercialização e escoamento, favorecidos pelos elevados preços nos mercados nacional e internacional, fato que impactou negativamente na taxa de ocupação dos armazéns da CONAB e, conseqüentemente, em receitas abaixo das expectativas iniciais, porém, mitigada pela existência de estoques públicos. Há que se destacar que a tarifa de armazenagem não é reajustada desde o ano de 2009.

Os principais clientes das unidades armazenadoras que operam com produtos a granel foram as indústrias, que destinam seus produtos principalmente à exportação.

Quanto aos armazéns convencionais, os principais produtos depositados em 2012 foram o feijão, vinculado a AGF, café dos estoques públicos e de produtores e cestas de alimentos. As dificuldades para recebimento de produtos pelas unidades armazenadoras convencionais é comparativamente maior em relação aos armazéns graneleiros, haja vista que o maior volume de grãos produzidos no Paraná é comumente armazenados a granel.

Aproximadamente 75% do total, de 555.600t, da capacidade estática dos armazéns da CONAB neste estado são para estocagem de produtos na modalidade a granel.

### Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da CONAB

a) Principais empresas que prestam serviços análogos aos da CONAB na área de armazenagem

Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (t)
Cooperativa Agrária Agroindustrial	77.890.846/0027-08	426.631
Bunge Alimentos S/A	84.046.101/0284-46	353.407
COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial	79.114.450/0017-22	331.594

COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial	79.114.450/0017-22	329.770
Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A	47.067.525/0097-50	318.207
USAÇUCAR Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	75.717.355/0001-03	306.356
ENAR – Empresa Nação de Armazéns Gerais	80.575.459/0021-04	296.150
APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	79.621.439/0001-91	269.710
CPA Armazéns Gerais Ltda.	03.836.990.0003-52	235.542
Cooperativa Agraria Agroindustrial	77.890.846/0001-79	230.301

Fonte: SUARM/GEARM

b) Principais empresas que prestam serviços análogos aos da CONAB na área de comercialização – não há no estado do PR prestação de serviços análogos aos serviços da CONAB, uma vez que a sua atuação ocorre em função da regularidade do abastecimento.

c) Principais empresas que prestam serviços análogos aos da CONAB na área de classificação – embora a CONAB, no estado do Paraná não preste serviços de classificação, pode-se citar as empresas que são credenciadas pela CONAB no Estado para a classificação de produtos agrícolas

Agente Classificador	Produtos habilitados a classificar
CODAPAR – Cia de Desenvolvimento Agropecuário do PR	arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, mamona, milho, óleo de soja, produtos amiláceos derivados da raiz da mandioca, sorgo e trigo
Grão Limpo – C. Finck e Cia	arroz, feijão, mamona, milho, sorgo e trigo
Instituto Gênesis - Geneslab	arroz, feijão, mamona, milho, sorgo e trigo

Fonte: SUREG PR/ SECOM

**Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)**

1. A SUREG-PR somente auferiu receitas oriundas da cobrança de serviços de armazenagem e sobretaxa incidentes sobre os estoques de terceiros depositados nas Unidades Armazenadoras localizadas sob a sua jurisdição.
2. Os totais das receitas arrecadas, abaixo relacionadas, referem-se ao valor líquido das mesmas, isto é deduzidos os encargos incidentes sobre as mesmas, a saber:
  - 2.1. Exercício de 2010: R\$8.178.646
  - 2.2. Exercício de 2011: R\$7.058.655
  - 2.3. Exercício de 2012: R\$4.153.868
3. Saliente-se que as reduções das receitas são reflexos das saídas terem superado as entradas, dos estoques de terceiros, com destaque as ocorridas nas Unidades de Ponta Grossa (129.743 t em 2010 para 30.359 t em 2012) e Rolândia (2.338 em 2010 para 2.061 t em 2012), bem como, incorpore-se as constantes reduções nos estoques depositados no Armazém Frigorífico de Curitiba, iniciando em abril/2012 e concluindo em setembro 2012, objetivando o encerramento das suas atividades.

## Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

### b) Principais clientes do setor privado – comercialização

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
84.046.101/0370-03	Bunge Alimentos S A	Trigo	34.756	19.081.355,62
14.998.371/0041-06	J Macedo S A	Trigo	32.614	16.614.564,00
07.054.279/0002-16	Moinho Regio Alimentos S A	Trigo	26.939	13.461.956,00
81.442.014/0001-67	Moinho Globo Alimentos S A	Trigo	17.211	9.144.518,72
60.728.029/0002-05	Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais Ltda	Trigo	14.250	7.925.550,00
82.490.434/0001-81	Indústria de Alimentos Tradição Ltda	Trigo	12.559	6.224.220,18
05.444.083/0001-21	Moinho Cidade Bella Ltda	Trigo	12.371	6.568.170,00
87.274.817/0006-40	Moinho do Nordeste S A	Trigo	10.210	5.328.640,00
79.114.450/0009-12	Cocamar Cooperativa Agroindustrial	Trigo	9.100	4.766,00
77.863.223/0001-07	C Vale Cooperativa Agroindustrial	Trigo	7.860	3.843.927,63

FONTE:SUREG-PR/SECOM

### c) Principais clientes do setor público – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produtos	Peso movimentado (t)	Valor (R\$)
26.461.699/0233-93	Companhia Nacional de Abastecimento - PGP	(1)	144.927.632	96.887.242,99
26.461.699/0344-09	Companhia Nacional de Abastecimento – Mercado de Opções	(2)	114.626	77.191.478,69
26.461.699/0450-10	Companhia Nacional de Abastecimento - PAA	(3)	4.975.576	8.139.914,75
26.461.699/0258-41	Companhia Nacional de Abastecimento – Estoque Estratégico	(4)	2.362.351	3.465.338,87

FONTE/SUARM/GEARM

#### OBSERVAÇÕES:

- (1) Refere-se aos produtos embalagens, feijão e trigo armazenados nas Unidades de Rolândia, Apucarana, Cambé e de Ponta Grossa
- (2) Refere-se aos produtos embalagens, café, trigo e milho armazenados nas Unidades de Rolândia, Cambé e Ponta Grossa
- (3) Refere-se aos produtos embalagens, arroz, feijão, açúcar, laticínios e óleos vegetais e produtos industrializados/manufaturados armazenados nas Unidades de Rolândia, Apucarana e Ponta Grossa
- (4) Refere-se aos produtos Óleos vegetais, farinhas, açúcar, milho e outros produtos alimentícios armazenados nas Unidades de Rolândia e Ponta Grossa

### d) Principais clientes do setor privado – armazenagem (por volume movimentado)

CNPJ	Razão Social	Produto	Peso movimentado (t)	Valor (R\$)
84.046.101/0370-03	Bunge Alimentos S/A	Trigo	56.004.255	32.528.256,60
76.107.770/0019-29	Batavo Cooperativa Agroindustrial	Trigo	51.111.778	20.417.126,40
14.998.371/0041-06	J. Macedo S/A	Trigo	26.869.450	13.706.080,61
05.444.083/0001-21	Moinho Cidade Bella Ltda.	Trigo	16.518.610	9.847.781,50
00.993.264/0049-38	Integrada Cooperativa Agroindustrial	Trigo	13.408.190	5.634.158,65
17.159.518/0001-75	Domingos Costa Industrias Alimentícias S/A	Trigo	12.592.847	7.099.359,16
60.728.029/0002-05	Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais	Trigo	12.000.000	6.740.050,01
04.834.285/0001-17	Big Safra Ltda.	Trigo	8.948.140	4.474.070,00
75.904.383/0063-24	Coamo Agroindustrial Cooperativa	Trigo e Soja	7.459.311	5.406.670,75
81.442.014/0001-67	Moinho Globo Alimentos S/A	Trigo	7.382.400	3.948.088,00

FONTE:SUARM/GEARM

### **3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA**

#### **3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção**

##### **Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País**

Conforme relatado no item 2 “Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão”, em função das quebras de safras no Brasil, nos Estados Unidos em outras regiões, os produtos que foram adquiridos pelo governo dentro da Política de Preços Mínimos, visando a sustentação de rendas dos produtores, foram o trigo e o arroz, em pequena escala.

O critério adotado para a intervenção do governo no mercado foi a relação de preço de mercado e o preço mínimo ou o preço de intervenção.

A definição do instrumento de ação dentro da PGPM é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola do MAPA. De forma geral, considerando a escassez de recursos os instrumentos PEP, PEPRO e Contrato de Opção de Venda mobilizam menor volume de recursos do que a aquisição direta. Já dentro do programa PRONAF, a compra direta da Agricultura Familiar e os demais instrumentos tem o enfoque básico na sustentação dos preços e na agregação de valor, visando a melhoria da renda das famílias.

##### **Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado**

O **arroz** e o **trigo** apresentaram, no início do ano, preços de mercado abaixo do preço mínimo, mas logo se recuperaram, havendo pouca necessidade de intervenção do governo através da AGF.

Através do relato no item 2.1 “Análise sobre o Ambiente de Gestão”, destaca-se os fatos que motivaram as intervenções da CONAB no mercado dos produtos abaixo relacionados.

#### **3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda**

##### **3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF**

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

##### **Volume físico e financeiro por tipo de produto no Estado do Paraná**

Através da modalidade AGF foram adquiridos, em 2012, 445.577 t. de trigo, com um desembolso de R\$ 21.508.739

**Dez maiores operações na modalidade****QUADRO 3.2.1.1 - DEZ MAIORES OPERAÇÕES NA AGF**

Ordem	Produto	CPF/CNPJ	Fornecedor	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
1	TRIGO	76.098.219/0051-04	COOPAVEL COOPERATIVA	11.000.000	5.247.000,00
2	TRIGO	79.863.569/0001-30	COASUL COOPERATIVA	7.800.000	3.573.540,00
3	TRIGO	79.863.569/0002-14	COASUL COOPERATIVA	4.800.000	2.289.600,00
4	TRIGO	79.863.569/0025-08	COASUL COOPERATIVA	4.800.000	2.289.600,00
5	TRIGO	79.863.569/0035-80	COASUL COOPERATIVA	4.800.000	2.289.600,00
6	TRIGO	79.863.569/0024-27	COASUL COOPERATIVA	4.200.000	2.003.400,00
7	TRIGO	79.114.450/0008-31	COCAMAR COOPERATIVA	3.000.000	1.431.000,00
8	TRIGO	08.691.821/0001-23	COOPAFI STO ANTONIO	3.000.000	1.431.000,00
9	TRIGO	76.098.219/0003-07	COOPAVEL COOPERATIVA	2.176.590	953.999,40
<b>Total</b>				<b>45.576.590</b>	<b>21.508.739,40</b>

FONTE: DIRAB/SUOPE

**3.2.2. Contratos de Opção de venda**

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

**Volume físico e financeiro por tipo de produto no Estado do Paraná**

Na execução do Programa Contrato de Opção foi concretizada a operação envolvendo 1.080 t de arroz com um desembolso de R\$637.200,00

**Maiores operações na modalidade****QUADRO 3.2.2.1 - DEZ MAIORES OPERAÇÕES DE CONTRATO DE OPÇÃO**

Ordem	Produto	CPF/CNPJ	Fornecedor	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
1	ARROZ	004.559.899-15	ALCIDES BELTRAME	540	318.600,00
2	ARROZ	038.859.238-90	ELCIO O.BELTRAME	540	318.600,00
<b>Total</b>				<b>1.080</b>	<b>637.200,00</b>

FONTE: DIRAB/SUOPE

Como opções do Governo, antes da data do vencimento do exercício da opção, se não houver interesse ou necessidade em formar estoques ou para poupar recursos, o Governo pode fazer leilões específicos de recompra ou repasse dos contratos, desde que haja interesse por parte dos titulares dos Contratos.

Na **Recompra**, o titular do contrato é quem participa diretamente do leilão de prêmio e recebe a subvenção para desistir de vender o produto ao Governo Federal, obrigando-se a vendê-lo ao segmento consumidor definido na operação.

No **Repasse**, o segmento consumidor definido na operação é quem participa diretamente do leilão de prêmio e recebe a subvenção, desde que assuma a obrigação do governo Federal em adquirir o produto dos titulares dos Contratos de Opção, ao preço de exercício estabelecido.

No ano de 2012 além da aquisição de 1.080 t de arroz através do exercício do contrato de opção de venda, houve também a operação de recompra, na qual foram comercializadas 8.424 t de produto, com um pagamento de subvenção no valor de R\$ 638.549,22, referentes a 312 contratos de 27 t cada.

### 3.2.3. Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

#### Volume físico e financeiro por produto no Estado do Paraná

##### QUADRO 3.2.3.1 - DEMONSTRATIVO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PEP

Produto	UF Origem	Quantidade (t)			UF Destino	Valor da Subvenção	
		Ofertada	Negociada	Comprovada		Previsto	Pago
Trigo em grãos	PR	810.000	367.654	253.259	Mercado Externo e Interno	38.779.235,70	26.792.722,22
<b>Total</b>		<b>810.000</b>	<b>367.654</b>	<b>253.259</b>		<b>38.779.235,70</b>	<b>26.792.722,22</b>

FONTE: DIRAB/SUOPE

Da análise do quadro acima observa-se que há uma diferença de 114.396 t entre a quantidade negociada e a quantidade comprovada, essa diferença é referente a documentos cuja análise não foi concluída em 2012 devido a apresentarem divergência com itens dos editais de leilão e regulamento da operação de PEP. Deve-se considerar que há uma quantidade de 14.260 t sob suspeição de fraude, cuja documentação dos arrematantes (Carvalho, Marques & Souza e Cia Ltda e Comercial de Produtos Alimentícios Rodritrigo Ltda) foi encaminhada à Polícia Federal com a denúncia de tentativa de burla ao tesouro nacional, para investigação.

A diferença entre o valor da subvenção previsto e pago refere-se às quantidades que ainda não foram comprovadas, devendo-se ressaltar que o valor de R\$ 16.695.343,02 foi pago durante o exercício de 2012 e o valor de R\$ 10.097.378,86 foi enviado para pagamento em 2012, porém foi efetivamente pago no início de 2013. Considerando o valor pago referente à quantidade efetivamente comprovada, existe um saldo financeiro de R\$ 7.556.162,40, o qual é atribuído à quantidades que foram glosadas, em virtude de apresentarem alguma divergência em algum item do edital do leilão, ou diferença de peso referente às quantidades efetivamente escoadas.

O destino do produto escoado foi tanto o mercado externo como mercado interno, exceto para as UF's que compõem as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste.

## Dez maiores operações na modalidade

## QUADRO 3.2.3.2- DEZ MAIORES OPERAÇÕES DE PEP

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	126.519	16.719.933,87
2	COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	19.000	2.850.000,00
3	ADM DO BRASIL LTDA.	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	15.000	2.250.000,00
4	BELAGRICOLA COM. E REP. DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	15.000	2.160.000,00
5	COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	39.000	1.915.000,00
6	CARVALHO MARQUES & SOUZA & CIA LTDA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	8.726	1.136.846,56
7	COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTICIOS RODRITRIGO LTDA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	5.534	695.701,44
8	PERON FERRARI S/A	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	3.000	412.600,00
9	S A MOAGEIRA E AGRICOLA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	14.600	378.680,00
10	MOINHO CIDADE BELLA LTDA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	15.567	338.522,41
<b>Total</b>			<b>261.946</b>	<b>28.857.284,27</b>

FONTE: DIRAB/SUOPE

## 3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Em 2012, com o produto trigo, depositado no Estado do Paraná, foram ofertadas 70.000 t., das quais foram negociadas 23.100 t., com dispendidos na ordem de R\$ 880.330,00 a título de subsídios

### QUADRO 3.2.4.1 - DEZ MAIORES OPERAÇÕES NA MODALIDADE DE PEPRO NO PARANÁ

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (t)	Total da Operação
1	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	TRIGO	3.800	192.809
2	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	TRIGO	3.000	112.900
3	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	TRIGO	3.000	112.900
4	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	TRIGO	2.500	125.563
5	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA	TRIGO	1.600	81.498
6	COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	TRIGO	1.000	51.000
7	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA	TRIGO	1.000	19.300
8	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA	TRIGO	1.000	19.300
9	ANTONIO A. C. BULLE	TRIGO	600	30.600
10	COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	TRIGO	600	11.280
<b>Total</b>			<b>18.100</b>	<b>757.150</b>

FONTE: DIRAB/SUOPE

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela SUGOF, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

#### Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

#### 3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O PAA é interministerial, coordenado pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede sócioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

Destino dos produtos comprados pelo PAA: doação simultânea para escolas, creches, hospitais e outras entidades cadastradas no Fome Zero; reforço ao trabalho desenvolvido pelos bancos de sementes; doação a bancos de alimentos; composição das cestas de alimentos doadas a pessoas em situação de insegurança alimentar, reduzindo custos e aumentando o número de cestas entregues; vendas em Balcão para pequenos criadores e pequenas agroindústrias; venda em leilões públicos do excedente que não tem encaminhamento social.

Beneficiários do PAA: o agricultor, que recebe preço justo para seus produtos e se torna agente do processo, passando por um aprendizado sobre o funcionamento do mercado e como vender melhor sua produção; as pessoas atendidas por entidades beneficentes e comunidades em situação de risco alimentar que recebem uma alimentação mais nutritiva e de acordo com os hábitos alimentares regionais; o comércio local, que conta com consumidores com melhor poder aquisitivo; o município, que arrecada mais impostos com a geração de renda; o governo, que gasta menos e atende mais pessoas, pois elimina principalmente despesas de transporte ao adquirir do agricultor familiar aquilo que teria que buscar em outro mercado para atender seus programas sociais; toda a sociedade, pela melhoria das condições sociais da população.

### **Volume físico e financeiro por tipo de produto no Estado do Paraná**

A Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no PRONAF, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais de acordo com o Decreto nº 6.040, de 07.02.2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados definidos de acordo com a Portaria MDA Nº 111, de 20.11.2003, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela CONAB). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (Cooperativas ou Associações).

No exercício de 2012, a SUREG-PR adquiriu 5.302.341 kg de arroz beneficiado de 1.453 agricultores dos assentamentos da reforma agrária da Região de Querência do Norte, com recursos do MDS (R\$8.764.769,62), cuja destinação do produto foi para o atendimento da formação das cestas de alimentos a serem distribuídas às famílias acampadas de todo o País, conforme CI/SUPAB nº 658, de 03.09.2012.

Em relação as operações do ano anterior (2011) houve aumento das aquisições da ordem de 1.750 kg, consequentemente beneficiou 45% a mais de agricultores. Cabe destacar, que em anos anteriores, tradicionalmente este tipo de aquisição pela CONAB era efetuada por meio de leilões públicos cujo acesso na participação, pelas suas características, era permitido somente às grandes empresas. Na medida em que as entidades da Agricultura Familiar foram se organizando, tais aquisições gradativamente estão sendo executadas destas Associações e Cooperativas por meio do PAA.

A ação de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CAFDS, tem como finalidade o atendimento das demandas locais de suplementação alimentar, incentiva a produção local e atende as necessidades de complementação alimentar das entidades da Rede Socio assistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e a Rede Pública Educacional. As aquisições são realizadas dos agricultores familiares organizados em Associações e/ou Cooperativas, consequentemente, gerando renda, trabalho e estímulo a diversificação da produção beneficiando a dieta/hábito alimentar, inclusive do produtor rural.

Através do desembolso de R\$31.967.992,94, oriundos do MDS, foram adquiridos, através do programa Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, 16.494.410 kg de diversos produtos, produzidos em 77 municípios, atendendo 8.351 produtores.

No exercício de 2012, através da CPR Doação, no estado do PR houve a participação de 132 entidades fornecedoras (associações, cooperativas) e 1290 entidades consumidoras (escolas, creches, hospitais, bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, entre outros) com produtos diversos entre hortifrutigranjeiros, lácteos e processados (pães, biscoitos, bolos, massas).

#### QUADRO 3.2.5.1– AQUISIÇÕES POR MEIO DA CPR-ESTOQUE (MDS E MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
MDS	10	Diversos	890	1.132.554	3.988.398,90
<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	-	<b>890</b>	<b>1.132.554</b>	<b>3.988.398,90</b>
MDA	10	Diversos	1.466	6.592.566	7.151.177,92
<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	-	<b>1.466</b>	<b>6.592.566</b>	<b>7.151.177,92</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	-	<b>2.356</b>	<b>7.725.120</b>	<b>11.139.576,82</b>

FONTE: DIPAI/SUPAF/GECAF

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Conforme exposto no item 2 (ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO) os preços recebidos pelos produtores em 2012, comparativamente aos preços mínimos estabelecidos pelo governo, bem como a redução da produção mundial e nacional demonstraram a não necessidade da intervenção do governo no mercado, através dos instrumentos da PGPM, para os principais produtos paranaenses.

Ocorreram intervenções apenas na comercialização do trigo e do arroz. Do trigo, nos primeiros meses do ano, onde ainda restavam 15% da safra de 2011 não comercializada pelos produtores, e nos seguintes volumes: 45.500 t. via AGF, 240.000 t via PEP e 30.000 t. via PEPRO. Do arroz, nos volumes de 1.080 t. através de Contratos de Opção de Venda e Compra Direta da Agricultura Familiar, no montante equivalente a R\$ 5,0 milhões.

É importante salientar que a quantidade de 240.000 t de trigo escoada via PEP refere-se exclusivamente aos avisos lançados no ano de 2012, porém, a SUREG PR durante o exercício de 2012 efetuou a análise e encaminhou para pagamento o equivalente ao escoamento de 720.000 t de trigo, referentes a avisos de 2009, 2010, 2011 e 2012, sendo 5.000 t referentes a 2009, 255.000 t referentes a 2010 e 240.000 referentes a 2011. Isso se deve ao fato de nos anos de 2009 a 2011 ter ocorrido intervenção maciça do Governo Federal por meio dos instrumentos da PGPM, em virtude de os preços praticados pelo mercado estarem abaixo dos preços mínimos estabelecidos pelo Governo.

A diferença observada entre os valores apresentados nos quadros **Demonstrativo de Comercialização de PEP e Volume físico e financeiro por produto no Estado do Paraná (PEPRO)** e os valores informados na ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE

GESTÃO ocorre em função de que nos quadros os valores informados referem-se às quantidades negociadas em leilão e os valores informados na análise referem-se às quantidades cujo efetivo escoamento foi comprovado na SUREG.

### Resultado financeiro geral

Através da CPR Estoque houve a participação de 1 fornecedor com açúcar e, através da CDAF também houve a participação de 1 fornecedor com arroz. O montante de recursos utilizados em todas as modalidades do PAA foi superior a R\$ 50.000.000,00, oriundos do MDA e MDS e a receita obtida com a venda dos excedentes de estoques foi em torno de R\$ 4.000.000,00, comprovando que o cumprimento dos objetivos do Programa não leva à geração de receita em virtude de se tratar de um programa social cujo foco é a distribuição de alimentos.

Em relação ao exercício de 2011 houve um crescimento das aquisições da ordem de R\$ 9.610.000,00, beneficiando 30% a mais de agricultores, proporcionando igual aumento para as entidades consumidoras.

### QUADRO 3.2.5.2– QUANTIDADES E RECURSOS DISPENDIDOS POR INSTRUMENTO

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	Arroz	5.302.341	8.764.769,62
	MDA	Não ocorreram operações		
CPR Doação	MDS	Diversos	16.494.410	31.967.992,94
	MDA	Não ocorreram operações		
CPR Estoque	MDS	Diversos	1.132.554	3.988.398,90
	MDA	Diversos	6.592.566	7.151.177,92
<b>Total MDS</b>			<b>22.929.305</b>	<b>44.721.161,46</b>
<b>Total MDA</b>			<b>6.592.566</b>	<b>7.151.177,92</b>
<b>Total Geral</b>			<b>29.521.871</b>	<b>51.872.339,38</b>

FONTE: DIPAI/SUPAF/GECAF

### Dez maiores operações em cada modalidade

A SUREG-PR realizou apenas uma operação através da Compra Direta da Agricultura Familiar, com a aquisição de 5.302.341 kg de arroz, com recursos oriundos do MDS na ordem de R\$ 8.764.769,92. Referida operação foi realizada com a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda de Querência do Norte-PR

### QUADRO 3.2.5.3 – DEZ MAIORES OPERAÇÕES NA CPR – DOAÇÃO

Origem do Recurso	Produto	Valor (R\$)	Beneficiários
MDS	Diversos	1.500.000,00	Coop.de Comer.e Ref.Agrária Avante de Querência do Norte
MDS		1.000.000,00	Coop.da Agricultura Familiar Integrada – Cerro Azul
MDS		992.264,00	Coop.da Agricultura Familiar Integrada – Cerro Azul
MDS		819.584,60	Coop.Agroindustrial. do Litoral Paranaense – Morretes
MDS		817.833,40	Coop.de Comer.e Ref.Agrária Avante de Querência do Norte
MDS		638.347,39	Coop. Agroindl. dos Prod. Rurais de Paranaví e Região-Paranavá
MDS		628.411,75	AOPA-Assoc. para o Desenvolvimento da Agroecologia - Colombo
MDS		593.946,21	Coop. Agroindl. e Com. Terra Livre – Terra Livre
MDS		557.868,84	Coop. Da Agric. Familiar Integrada de Capanema-Capanema
MDS		555.364,75	Coop.Regional de Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Agricultores Familiares -Nova Laranjeiras
<b>Total</b>		<b>8.103.620,94</b>	

FONTE: DIPAI/SUPAF

**QUADRO 3.2.5.4- DEZ MAIORES OPERAÇÕES NA CPR - ESTOQUE**

Origem do Recurso	Produtos	Valor (R\$)	Beneficiários
MDA	Queijo	1.498.495,04	Coop. de Comercializ. e Ref. Agrária União Camponesa -Arapongas
MDA	Arroz	1.495.486,26	Coop. de Comercializ. e Ref. Agrária Avante – Querência do Norte
MDA	Polpa de Frutas	799.500,00	COAPROCOR-Coop.Agroindl. de Produtores de Corumbataí do Sul e Região – Corumbataí do Sul
MDS	Queijo	751.396,80	Coop.Central de Leite da Agricultura Familiar com Interção Solidária-Francisco Beltrão
MDA	Erva Mate	672.000,00	Coop. de Produtos Agroecológicos Florestais e Artesanais de Turvo - Turvo
MDA	Polpa de Frutas	600.002,00	COAPROCOR-Coop.Agroindl. de Produtores de Corumbataí do Sul e Região – Corumbataí do Sul
MDS	Semente de Milho	597.935,70	Coop. Agrop. Familiar Construindo Caminho para Desenvolvimento Regional Sustentável – Ortigueira
MDA	Café	552.378,34	Coop. de Comercialização e Reforma Agrária Norte pioneiro -São Jerônimo da Serra
MDS	Farinha de Trigo	452.764,50	Coop. da Agric. Familiar Integrada de Capanema - Capanema
MDA	Trigo	440.999,83	Coop. de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro – São Jerônimo da Serra
<b>Total</b>		<b>7.860.958,47</b>	

FONTE: DIPAI/SUPAF

**QUADRO 3.2.5.5 – ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – MDS – EM 2012**

BENEFICIÁRIOS	NUMERO DE FAMILIAS	NUMERO ATENDIMENTOS	ALIMENTOS ENTREGUES (KG)
ACAMPADOS	6.829	25.467	730.262
QUILOMBOLAS	120	256	9.356
COMUNIDADES TERREIROS DE	100	500	13.600
MAB	610	3.050	82.960
INDIGINAS	1.900	9.777	269.610
<b>TOTAL</b>	<b>9.559</b>	<b>39.050</b>	<b>1.105.788</b>

FONTE: MATRIZ/GEPAB

## 3.3. Principais indicadores de desempenho

1	<b>Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	7,07		
<b>Análise do Resultado:</b> Não há informações referentes aos indicadores dos anos de 2010 e 2011. Em relação ao resultado de 2012, utilizou-se a estimativa de 50.000 produtores de trigo no Estado do Paraná, com base nos dados referentes ao censo agropecuário de 2006 - IBGE/IPARDES, cuja informação é de 168.000 estabelecimentos agropecuários com lavouras temporárias no Estrado				
2	<b>Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	0,61		
<b>Análise do Resultado:</b> Não há informações referentes aos indicadores dos anos de 2010 e 2011. Em relação ao resultado de 2012, utilizou-se a estimativa de 50.000 produtores de trigo no Estado do Paraná, com base nos dados referentes ao censo agropecuário de 2006 - IBGE/IPARDES, cuja informação é de 168.000 estabelecimentos agropecuários com lavouras temporárias no Estrado				
3	<b>Nome do Indicador: N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o tempo utilizado para a conferência da documentação até a etapa da liberação para pagamento	4,93	4,50	5,71
<b>Análise do Resultado:</b> O volume médio de produto, por DCO, é de 1.000 t. Tendo em vista que existe DCO's com volumes de 1.000 t a 20.000 t e que cada técnico tem seu ritmo de trabalho, motiva as diferenças no tempo média de conferência da documentação comprobatória				
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	29,75	32,91	21,21
<b>Análise do Resultado:</b> Observa-se que houve uma grande variação no número de projetos com valores elevados de 2010 para 2011 e uma pequena redução de 2011 para 2012, tendo-se priorizado o atendimento de maior número de projetos com valores menores				
5	<b>Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	25,66	19,53	18,49
<b>Análise do Resultado:</b> Observa-se que de 2010 para 2012 houve um aumento significativo no atendimento aos agricultores com menor renda.				
6	<b>Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	24,27	19,94	19,16
<b>Análise do Resultado:</b> Observa-se que de 2010 para 2012 houve um aumento significativo do percentual de recursos destinados aos agricultores com menor renda.				
7	<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	39,67		
<b>Análise do Resultado:</b> As informações de Supervisão referem-se somente ao ano de 2012, devido a não existência de informações sobre os anos anteriores				
8	<b>Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar a abrangência do PAA no Estado	21,55	17,29	21,55
<b>Análise do Resultado:</b> Apenas em 2011 houve uma pequena redução no número de municípios atendidos pelo PAA no Estado do Paraná, mantendo-se o atendimento estável nos anos de 2010 e 2012				
9	<b>Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	20	21	19
<b>Análise do Resultado:</b> Observa-se que o número de mulheres produtoras atendidas pelo PAA ainda é pequeno no Estado do Paraná, tendo em vista a cultura do Estado ser de que o chefe da família é o homem				

## 4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

### 4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

#### Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

Os produtos que foram objeto de intervenção no mercado através da venda dos estoques públicos formados por AGF, Contrato de Opção e Compra Direta da Agricultura Familiar, foram feijão e trigo, cujos preços praticados pelo mercado durante o ano de 2012 estiveram bem acima dos preços mínimos estabelecidos pelo Governo Federal.

#### Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Conforme descrito nos sub itens abaixo, detalha-se os meios utilizados e o vínculo de cada produto, visando a intervenção no mercado, considerando, à época, a conjuntura de cada produto.

### 4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

#### 4.2.1. Venda em Leilão Público

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**QUADRO 4.2.1.1 – DEMONSTRATIVO DA COMERCIALIZAÇÃO DE VENDAS EM LEILÃO PÚBLICO**

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
TRIGO	MDA	7.181	6.901	3.217.160,72
	AGF	155.752	129.501	65.813.754,10
	C Opção	265.718	152.471	81.194.229,62
FEIJÃO	MDA	891	844	959.701,39
	AGF	503.125	47.432	30.475.529,08
<b>Total</b>		<b>932.667</b>	<b>337.149</b>	<b>181.660.374,91</b>

FONTE: DIRAB/SUOPE

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

As vendas de trigo e feijão oriundos de estoques da PGPM (AGF e Contrato de Opção) e PAA/MDA adquiridos a partir de 2008 até 2011, período em que foi necessária intensa intervenção do Governo Federal devido aos baixos preços recebidos pelos produtores rurais. Já durante o ano de 2012 com os preços elevados desses produtos houve a necessidade de liberação dos estoques públicos no mercado, para equilibrar o abastecimento e os preços pagos pelo consumidor.

As diferenças apresentadas entre as quantidades de produto ofertadas em leilão e as quantidades negociadas devem-se às conjunturas de mercado no momento dos leilões e também à disponibilidade de produto de safra nova no mercado.

**Dez maiores operações na modalidade****QUADRO 4.2.1.2 – DEZ MAIORES OPERAÇÕES DE VENDAS EM LEILÃO PÚBLICO**

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	J MACEDO S/A.	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	39.585	20.358.685,79
2	BUNGE ALIMENTOS S/A	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	36.746	20.177.855,62
3	MOINHO REGIO ALIMENTOS S/A	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	28.319	14.182.856,00
4	MOINHO GLOBO ALIMENTOS S/A	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	17.211	9.144.518,73
5	COMERCIO DE CEREAIS CABO VERDE LTDA	FEIJÃO	4.450	3.298.390,18
6	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ÁGUAS FRIAS	FEIJÃO	3.789	2.499.062,90
7	ARBAZA ALIMENTOS LTDA.	FEIJÃO	2.118	1.897.464,96
8	GELSON ANTONIO MEOTI	FEIJÃO	2.372	1.525.863,89
9	BIAZZE ALIMENTOS LTDA.	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	936	682.992,30
10	CLAUDETE PEREIRA CIRINO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	825	232.950,00
<b>Total</b>			<b>136.350</b>	<b>74.000.640,36</b>

FONTE: DIRAB/SUOPE

**4.2.2. Venda em Balcão**

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela CONAB, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Os normativos que disciplinam o programa constam do Título 22 do MOC – Manual de Operações CONAB.

**Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação**

No âmbito da jurisdição SUREG-PR foram atendidos 220 beneficiários com a venda de 4.905 t de milho, auferindo uma receita de R\$ 1.720.197,06 (um milhão setecentos e vinte mil cento e noventa e sete reais e seis centavos)

**Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

A ação da CONAB se restringiu a venda do remanescente do estoque governamental de milho,

através da venda 4.905 t em balcão para 220 pequenos criadores auferindo uma receita de R\$ 1.720.197,06. O baixo volume de vendas é explicado pela inexistência do produto, devido às remoções e vendas efetuadas em 2011.

### Dez maiores operações na modalidade

#### QUADRO 4.2.2.1– DEZ MAIORES OPERAÇÕES DE VENDAS EM BALCÃO

Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
DIRCEU BONIN	MILHO	27	9.450,00
ELIZANDRO SCHREINER	MILHO	27	9.450,00
MARCIO ANESIO MARCON	MILHO	27	9.450,00
MILTON KRAMPITZ	MILHO	27	9.450,00
ARNALDO CORTEZ	MILHO	27	9.390,50
ODIDE MASAR SODA	MILHO	27	9.390,50
JOSÉ ROBERTO CORTEZ	MILHO	27	9.390,50
LUIZA YOUKO KADOWAKI	MILHO	27	9.380,00
MAURICO KIYOSHI KADOWAKI	MILHO	26	9.345,00
HITOMI KADOWAKI	MILHO	26	9.331,00
		<b>268</b>	<b>94.027,50</b>

FONTE: DIRAB/SUPAB

### Resultado financeiro geral

#### QUADRO 4.2.2.2 – DEMONSTRATIVO GERAL DAS AQUISIÇÕES E VENDAS DOS ESTOQUES

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Trigo	45.577,0	21.508.739,00
	Contrato de Opção	Arroz	1.080,0	637.800,00
Subvenção	Leilões de PEP	Trigo	341.532,0	37.071.152,28
	Leilões de PEPRO	Trigo	23.100,0	880.330,00
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>411.289,0</b>	<b>60.098.021,28</b>
Venda	Venda em Leilão Público	Feijão, milho, trigo	337.149,0	181.915.916,00
	Venda em Balcão	Milho	4.905,0	1.720.197,06
<b>Total das Vendas</b>			<b>342.054,0</b>	<b>183.636.113,06</b>

FONTE: SUREG PR / X-FAC

Os maiores volumes de operações ocorreram na movimentação dos estoques de milho, trigo e feijão, internamente e para outros Estados, e na colocação destes no mercado, atendendo ao objetivo de regularização do abastecimento.

Observa-se que em volume as aquisições/subvenções foram ligeiramente superiores às vendas, o que se deve primeiramente ao baixo volume de milho disponível nos estoques, à safra dos produtos ofertados para venda (2008 a 2011) e também ao fato de que as subvenções apresentam-se mais atrativas aos produtores/comerciantes, uma vez que os mesmos podem vender/escoar o produto no mercado para as regiões onde há falta de produto e receber um prêmio do Governo Federal, não havendo assim, a necessidade de formação de estoques.

### 4.3. Principais indicadores de desempenho

<b>Nome do Indicador: Percentual de Cobertura do Programa Vendas em Balcão</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores	220	1.200	209
Os números destacados referem-se aos beneficiários, domiciliados no Paraná, efetivamente atendidos pelo Programa. Destaque-se que a CONAB e, em especial da SUREG-PR, não possui cadastro dos beneficiários do Programa, valendo-se na época da execução de cada operação de venda das informações fornecidas pelos beneficiários e avaliadas pelos correspondentes sindicatos.			

## 5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo PROHORT, embora executada pela CONAB, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

### 5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

O banco de informações da CONAB/PROHORT sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do PROHORT [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br).

– **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas CEASAS brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;

– **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do PROHORT;

– **SISCOM:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;

– **SIMAB:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

#### QUADRO 5.1.1 - DEMONSTRATIVO DOS MERCADOS HORTIGRANJEIROS – CEASAS NO PARANÁ

CEASAS EXISTENTES	Mercados Hortigranjeiros - CEASAS			
	Integrados ao Banco de Dados	Atualização Preços Diários e Médios	SISCOM	SISMAB
5	2	2	5	5

FONTE:DIRAB/SUPAB/GEHOR

#### QUADRO 5.1.2 - COMERCIALIZAÇÃO REALIZADA NOS MERCADOS HORTIGRANJEIROS DO PARANÁ

CEASAS	Quantidade (kg)		variação	Valor (R\$)		Varição
	2011	2012	%	2011	2012	%
Cascavel	57.427,1	59.620,8	3,82	94.876.254,85	110.237.589,07	16,19
Curitiba	686.009,2	708.205,8	3,24	857.411.388,22	960.263.900,47	12
Foz do Iguaçu	66.417,9	25.292,8	-61,92	89.211.857,85	34.669.407,80	-61,14
Londrina	132.459,7	114.995,8	-13,18	197.305.794,30	163.828.837,56	-16,97
Maringá	111.860,7	78.325,9	-29,98	167.538.944,83	118.223.692,63	-29,44

FONTE:SITE WWW.CEASA.GOV.BR

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

UNIDADES	RECEITAS (R\$)		
	APROPRIADA	ARRECADADA	TOTAL
	2012	2012	2012
Apucarana	462.825	167.590	630.415
Cambé	195.320	342.883	538.203
Curitiba	0	107.455	107.455
Ponta Grossa	3.10.297	3.163.679	6.273.976
Rolândia	2.218.542	372.260	2.590.802
<b>TOTAIS</b>	<b>5.986.984</b>	<b>4.153.867</b>	<b>20.140.851</b>

FONTE: SUREG-PR/GEOPE/SEOPE

Em 2012, devido aos elevados preços da soja e do milho no mercado internacional, em razão da quebra na safra dos Estados Unidos, que em volume são os principais grãos produzidos pelo Brasil, estes tiveram rápida comercialização e escoamento. Preços elevados dos produtos agrícolas são desejáveis aos produtores rurais, pois lhes proporcionam maior rentabilidade e capitalização, entretanto, para o setor armazenador, que tem na prestação de serviços de armazenagem o seu negócio, esta conjuntura não é favorável, haja vista que a demanda por estes serviços decresce. Em decorrência disso, observa-se no quadro acima que as receitas apropriadas das unidades armazenadoras da CONAB foram bastante superiores às arrecadadas, significando que predominaram nesses armazéns os estoques públicos frente à prestação de serviços a terceiros.

O Paraná é o maior produtor nacional de trigo, contudo, a produção deste cereal é bastante inferior ao consumo nacional, o que também tem impacto negativo nas receitas das unidades armazenadoras de Cambé e de Ponta Grossa, que estocam produtos na modalidade a granel.

No armazém de Ponta Grossa, a significativa receita apropriada é devido ao armazenamento de trigo de propriedade do governo federal, enquanto, que em Rolândia esta receita deve-se aos estoques públicos de café e feijão e, ainda, a cestas de alimentos para atendimento aos programas sociais.

Ao longo do exercício em referência, houve comercialização dos estoques de feijão, vinculados à PGPM/AGF, estocados nos armazéns de Apucarana e Rolândia, fato que contribui para o decréscimo das receitas.

**Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela CONAB por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)**

#### QUADRO 6.1.1 – ESTOQUE DE TERCEIROS ARMazenADOS NAS UNIDADES PRÓPRIAS

Unidade Armazenadora	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Apucarana	Produtos Industrializados/manufaturados	84,4	146.025,00
Ponta Grossa	Soja	4,8	2.410,00
Ponta Grossa	Trigo	29.594,8	19.145.382,78
Rolândia	Açúcar Cristal	6,6	13.418,61
Rolândia	Arroz	243,0	401.679,00
Rolândia	Café	2.263,3	13.569.121,70
<b>Totais</b>		<b>32.196,9</b>	<b>33.278.037,09</b>

FONTE: SUREG-PR/GEOPE/SEOPE

Grande parte dos estoques existentes em armazéns da CONAB, são, geralmente, de propriedade de cooperativas e indústrias, as quais, via de regra, destinam seus produtos aos armazéns da Companhia quando há necessidade de abertura de espaços em seus próprios armazéns localizados nas regiões de produção, para o recebimento da safra ou para industrializá-los.

O período de permanência dos produtos recebidos nos armazéns da CONAB depende da conjuntura de mercado, que determina a rapidez de sua comercialização e escoamento.

Grãos recebidos de produtores normalmente necessitam passar por limpeza e secagem, pois a minoria deles dispõe de estruturas de processamento em suas propriedades, enquanto que os recebidos de cooperativas e indústrias geralmente são previamente submetidos a estas operações. As unidades armazenadoras de Ponta Grossa e Cambé possuem estruturas de processamento de grãos, entretanto, esta não possui em seu quadro de pessoal empregados na função exigida para execução de tal serviço.

O custo de armazenagem é um item de difícil mensuração, sendo diretamente proporcional ao tempo em que os grãos ficam estocados, assim, quanto mais longo o período de estocagem maiores os custos com inseticidas para tratamento fitossanitário, energia para aeração dos grãos e etc., mas, por outro lado, neste caso as receitas também são maiores. Grande parte dos estoques existentes em armazéns da CONAB, são, geralmente, de propriedade de cooperativas e indústrias, as quais, via de regra, destinam seus produtos aos armazéns da Companhia quando há necessidade de abertura de espaços em seus próprios armazéns, para recebimento da safra ou para industrializá-los.

#### **Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas**

##### **QUADRO 6.1.2 – RESULTADO DOS SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Receita de Serviços	3.698.691,81	938,63
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(228.581,70)	-58,01
=Receita líquida de vendas e serviços	3.470.110,11	880,62
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	0,00
=Lucro bruto operacional	3.470.110,11	880,62
-Despesas Operacionais	(27.261.520,12)	-6.918,25
Despesas de Pessoal	(16.621.470,07)	-4.218,08
Despesas Financeiras		0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	(10.640.050,05)	-2.700,16
Receitas Operacionais Diversas	24.178.712,54	6.135,91
Resultado Não Operacional	6.750,00	1,71
<b>Resultado</b>	<b>394.052,53</b>	<b>100,00</b>

FONTE: DIAFI/SUCON

Em 2012 os principais grãos comumente recebidos nos armazéns da CONAB no Paraná, tiveram rápida comercialização em razão dos elevados preços, impactando de forma negativa nas receitas com a prestação de serviços de armazenagem. Bons preços dos produtos agrícolas favorecem os produtores, as cooperativas e as indústrias, mas, por outro lado, não são favoráveis ao setor armazenador, pois a rápida comercialização e escoamento dos grãos reduzem a demanda por seus serviços.

Diante dessa conjuntura, não houve, no exercício em questão, condições favoráveis aos armazéns da Companhia, localizados no Paraná, para recebimento de produtos de terceiros, tendo predominado o armazenamento de estoques públicos.

Nesse contexto, a receita apropriada, que se refere aos estoques de propriedade do governo federal, foi amplamente superior à receita faturada, obtida com a prestação de serviços de armazenagem a terceiros.

Do total da receita auferida pelas unidades armazenadoras jurisdicionadas pela SUREG-PR, aproximadamente 80% devem ser creditados à unidade armazenadora de Ponta Grossa, devido ao armazenamento de grande quantidade de trigo dos estoques públicos.

Mesmo frente a um cenário desfavorável à prestação de serviços de armazenagem no ano de 2012, verifica-se no quadro acima que o resultado desta atividade ainda foi positivo.

## 6.2. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita	2012	2011	2010
Objetivo: Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.	0,50	0,42	0,41
<p>Inferir-se da análise do resultado deste indicador que a atividade de armazenagem das unidades armazenadoras sob a jurisdição da SUREG/PR apresentou resultado positivo no período de 2010 a 2012, ou seja, as receitas auferidas com a prestação deste serviço foram superiores às despesas. No ano de 2012 os principais grãos produzidos no Paraná tiveram rápida comercialização, resultando em redução da taxa de ocupação e do índice de rotação dos armazéns e, em consequência, em redução de seu faturamento em relação aos anos de 2010 e 2011. Contribuíram para a ligeira piora do indicador o contínuo aumento de despesas verificado no período, principalmente aquelas vinculadas a pessoal, devendo ainda ser ressaltado que a tabela de prestação de serviços da CONAB não é reajustada desde o ano de 2009. Os dados para obtenção do indicador foram extraídos do “Demonstrativo do Resultado Operacional” elaborado por esta Superintendência Regional.</p>			
Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reprocessamento do produto entregue no armazém			
<p>Não houve no período operações de reprocessamento de produtos, devendo ser salientado que apenas as unidades armazenadoras de Ponta Grossa e Cambé dispõe máquinas de limpeza e secador, porém, esta já há alguns anos não vem processando grãos devido à inexistência de operados de máquinas e equipamentos em seu quadro de pessoal.</p>			

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela CONAB

#### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da CONAB

##### QUADRO 7.1.1 – CAPACIDADE ESTÁTICA DA REDE PRÓPRIA DE ARMAZÉNS

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
Apucarana	1	54.500			54.500	4.516	8,29
Cambé	1		25.800		25.800	7.357	28,52
Curitiba (1) e (2)	2			2.000	2.000	54	2,70
Ponta Grossa	7		420.000		420.000	196.246	46,73
Rolândia	1	55.300			55.300	8.322	15,05
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>109.800</b>	<b>445.800</b>	<b>2.000</b>	<b>557.600</b>	<b>216.495</b>	<b>38,83</b>

Fonte: SICARM

OBS.:(1) A reabertura ocorreu em setembro de 2009 com uma capacidade nominal de 2.000 t, referente ao armazém 2, tendo em vista o armazém 1 não reunir totais condições operacionais.

(2) Através do FAX/GEFAD/Nº 3201, de 15.10.12, transmitido à SUPAD, foi solicitado o encerramento das atividades da unidade e, conforme relatado na Ata da Reunião do CONAD, realizada em 19.12.12, foi autorizada a venda da mesma.

O índice de ocupação de armazéns, como já relatado em itens anteriores está intimamente ligado à conjuntura de mercado dos produtos agrícolas. No ano de 2012, os principais grãos, entre eles a soja, milho e feijão, apresentaram preços elevados e, conseqüentemente, houve rápida comercialização e escoamento, reduzindo a demanda por serviços de armazenagem, refletindo-se, assim, no índice de ocupação dos armazéns da CONAB, nos quais, de forma geral, predominou o armazenamento de estoques públicos.

Quanto ao trigo, que tem o estado do Paraná como o maior produtor nacional, a safra não foi muito significativa e a produção brasileira não atende a demanda, fato que também contribuiu de forma negativa no índice de ocupação dos armazéns da Companhia.

Os armazéns da CONAB encontram-se bem localizados para recebimento das safras e a tarifas são competitivas, mas sofrem a concorrência da rede armazenadora privada que é dinâmica e crescente.

No que se refere aos armazéns convencionais, localizados em Apucarana e Rolândia, as perspectivas são menos promissoras, pois estes dependem basicamente do recebimento de feijão, que na região a produção não é muito relevante, e do café, produto de exportação.

#### Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da CONAB (estoques públicos)

##### QUADRO 7.1.2 – POSIÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS ARMAZENADOS EM UNIDADES PRÓPRIAS

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Apucarana	Feijão desclassificado				39	95,64
Ponta Grossa	Trigo	85.135	26.984		112.119	65.903,55
Cambé	Trigo	3.000			3.000	1.763,40
Rolândia	Feijão	18	542	106	666	1.633,23
Rolândia	Café beneficiado				1.792	7.815,81
Rolândia	Arroz beneficiado		43	48	91	131,21
Rolândia	Acúcar cristal				104	186,92
Rolândia	Acúcar mascavo				35	152,14
Rolândia	Macarrão				38	57,61
Rolândia	Óleo de soja				76	227,21
Rolândia	Fubá de milho				9	12,22
Rolândia	Farinha de trigo				17	23,00
Rolândia	Leite em pó				9	74,29
<b>Total</b>		<b>88.153</b>	<b>27.569</b>	<b>154</b>	<b>117.995</b>	<b>78.076,23</b>

Fonte: SUREG-PR/GEPE/SEOPE

A necessidade de intervenção do governo federal no mercado, ao adquirir de cooperativas e produtores rurais parte da produção, existe quando os preços dos produtos, que fazem parte da pauta da PGPM, estão sendo comercializados abaixo do preço mínimo fixado no Manual de Operações da CONAB – MOC.

Neste Manual também está definida a tipificação de cada um dos produtos permitida para aquisição, os quais são classificados de acordo com portarias específicas, editadas pelo MAPA.

Embora nem todo o estoque de produtos depositados nos armazéns da CONAB seja de safras recentes, a sua qualidade vem sendo preservada.

Existem, porém, 38.700kg de feijão desclassificado, depositado na U.A Apucarana, supostamente devido a sinistro havido no armazém em anos anteriores, depreciação não detectada à época provavelmente em razão do grande volume de feijão lá estocado.

Por se tratarem de unidades armazenadoras graneleiras, em Cambé e Ponta Grossa o trigo, a soja e o milho, são os principais grãos, em volume, recebidos para estocagem, enquanto que em Apucarana e Rolândia, que são armazéns convencionais, estoca-se principalmente café, feijão e cestas de alimentos, estas destinadas ao atendimento aos programas sociais do governo.

### Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados

**QUADRO 7.1.3 – PRODUTOS PÚBLICOS AGRÍCOLAS ARMAZENADOS EM ARMAZÉNS CONTRATADOS**

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Fora de Tipo	Desclassificado	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Coopavel	Trigo	34.454	23.310				57.764	33.953,68
Coasul	Trigo	22.376	3.800				26.176	15.386,25
Coopertradição	Trigo	18.000					18.000	10.580,40
COAMA	Feijão		48		3.411	1.289	4.748	11.643,52
Codepa	Trigo	4.500					4.500	2.645,10
Peron Ferrari	Trigo	3.000	504				3.504	2.059,65
Baldissera	Feijão				2.807		2.807	6.883,61
Schmoller Com Cereais	Trigo		2.268				2.268	1.333,13
Beltrame Alimentos	Arroz		1.080				1.080	953,42
Cafeeira Santos & Spadrizani	Feijão		727	52			779	1.910,34
Jorge Thomé	Feijão				735	36	771	1.890,72
Codapar	Trigo		594				594	349,15
Codapar	Feijão	45	225				270	662,12
A. G Warmling	Feijão		216				216	529,70
Peron Ferrari	Feijão		60				60	147,14
João Konjanski	Feijão			36			36	88,28
Salamaia	Feijão				31		31	76,02
Antônio Manchur e Cia Ltda	Feijão		29				29	71,12
Coopavel	Milho			17			17	8,03
Irmãos Valcanaia	Feijão		8				8	19,62
<b>TOTAL</b>		<b>82.375</b>	<b>32.869</b>	<b>105</b>	<b>6.984</b>	<b>1.325</b>	<b>123.658</b>	<b>91.191,00</b>

FONTE: SUREG-PR/GEOPE/SEOPE

A aquisição de produtos agrícolas, de cooperativas e produtores, pelo governo federal ocorre quando os preços praticados encontram-se abaixo do preço mínimo de garantia por ele fixado, situação em que existe pressão do segmento produtivo para que o governo intervenha no mercado, adquirindo parte da produção e promovendo, dessa forma, o equilíbrio entre a oferta e demanda.

Os grãos adquiridos pelo governo são depositados pelos produtores, à sua livre escolha, em armazéns credenciados pela CONAB, normalmente próximos às áreas de produção, sendo que os maiores volumes são entregues nas cooperativas em que eles são associados.

Adquiridos os produtos, não se sabe ao certo quando se dará sua venda pelo governo, em razão dos critérios para liberação de estoques reguladores. Como regra geral, procura-se evitar a comercialização destes nos períodos de colheita ou quando ainda há significativo volume da produção em posse dos produtores.

Em razão da situação acima exposta, não raro os estoques públicos permanecem nos armazéns por período de tempo relativamente longo, muitas vezes comprometendo ou dificultando o recebimento das safras seguintes e resultando em pressão dos armazenados para que a CONAB efetue a retirada destes de seus armazéns.

### **Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001**

#### **a) Principais problemas**

A CONAB, por ser uma empresa estatal, é atingida diretamente pelos cortes orçamentários efetuados pelo governo federal e, conseqüentemente, os recursos disponibilizados à Companhia para manutenção e modernização de sua rede armazenadora é bastante restrito.

Considerando os recursos orçamentários disponíveis, são eleitas as obras ou serviços a serem executados, que na maior parte refere-se a obras corretivas e de manutenção, restando poucos recursos para modernização da estrutura física dos armazéns e de seus equipamentos, comprometendo, assim, a competitividade da Companhia frente a seus concorrentes.

#### **b) Demanda por manutenção**

Não obstante a dificuldade aqui relatada, toda a rede armazenadora, pública e privada, que presta serviços a terceiros, remunerados, está obrigada, a partir de 2012, a se adequar visando à certificação de seus armazéns.

A Instrução Normativa nº 41, editada pelo MAPA, que trata da certificação de unidades armazenadoras, define um escalonamento para implantação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, fixando CNPJs ou capacidade estática mínima, por empresa armazenadora, para serem certificadas no período de 2012 a 2017.

Diante disso, para cumprir esse escalonamento, foram selecionadas pela CONAB no Paraná as unidades armazenadoras de Cambé e Ponta Grossa para certificação no decorrer do ano de 2012, fato este concretizado.

Há entretanto que se enfatizar, que estas duas unidades armazenadoras obtiveram a certificação por atenderem aos requisitos exigidos em auditoria inicial, porém, para manutenção e efetiva confirmação da certificação há outros requisitos que devem ser cumpridos e atestados em auditorias posteriores, exigindo, para tanto, os investimentos necessários.

Os armazéns de Rolândia e Apucarana também exigirão investimentos, visando à certificação no período mencionado anteriormente.

## c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

QUADRO 7.1.4 – OBRAS REALIZADAS NAS UNIDADES ARMAZENADORAS

Unidades	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
Cambé	Aquisição material de segurança, combate a incêndio	3.730				3.730
	Manutenção do motor estacionário do sistema de combate a incêndio e rede de hidrantes	1.190				1.190
	Aquisição de material p/ instalação de redler TCT	12.450				12.450
	Serviço de instalação de redler	3.500				3.500
	Aquisição de material p/ impermeabilização das células serviço expurgo	4.837				4.837
	Locação de andaime p/ obras vedação das células	360				360
	Aquisição de cabos pêndulos c/ sensores no Silo Bufalo	5.430				5.430
	Manutenção e conservação de vias ferroviárias nas dependências da UA	15.640				15.640
	Serviços de manutenção geral, lubrificação e aferição balança rodoviária	4.240				4.240
	Serviço de revisão da máquina de tração, aparelhos de segurança e elevador	6.230				6.230
	Serviços de projeto de prevenção e combate a incêndio				14.000	
Ponta Grossa	Revisão, aferição e calibração em 3 balanças	3.300				3.300
	Aquisição de materiais de segurança, EPIs e demais equipamentos no trabalho em altura, espaços confinados e eventuais resgate	13.986				13.986
	Aquisição de placas de sinalização	1.179				1.179
	Aquisição de cabo de aço c/ alma de fibra	4.492				4.492
	Conserto e manutenção de medidores de umidade	1.007				1.007
	Serviços de projeto de prevenção e combate a incêndio	59.200				59.200
	Serviços de confecção de placas de sinalização	28.458				28.458
	Reforma de máquina testadora de arroz	2.080				2.080
	Aquisição de 2 aparelhos detectores de gases		4.676			4.676
	Aquisição de fonte hipath para central telefônica	1.201				1.201
	Mão de obra de manutenção da placa central telefônica	850				850
	Medição na subestação central telefônica	3.600				3.600
	Serviço de recuperação de disjuntor de alta tensão	27.600				27.600
	Aquisição de terminal de direção e capa de proteção	2.103				2.103
Serviços de readequação do projeto elétrico da subestação				10.850		10.850
Serviço manutenção motor industrial	820				820	
Apucarana	Aquisição de lâmpadas mistas	1.300				1.300
	Aquisição de materiais p/ substituição da rede de água	1.732				1.732
Rolândia	Recarga de extintores de incêndio	3.428				3.428
	Conserto de balança rodoviária	2.891				2.891
	Reforma de equipamento Dallas				15.750	15.750
AF Curitiba	Aquisição de peças p/ manutenção de empilhadeira a gás	3.232				3.232

FONTE: SIAFI

## d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da CONAB em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Segundo cronograma estabelecido pela Matriz, da previsão para a execução dos investimentos nas unidades armazenadoras, para os exercícios de 2012 a 2015, objetivando adequá-las aos critérios exigidos para as suas certificações, as localizadas sob a jurisdição da SUREG-PR somente foram contempladas para os exercícios de 2012 e 2015, conforme demonstrado nos quadros abaixo, a saber:

### QUADRO 7.1.5 - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2012

<b>CAMBÉ – PR</b>					
<b>Capacidade estática: 25.800</b>		<b>Modalidade: Granel</b>		<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>		<b>Obrigatoriedades</b>	
Local para guarda de Agrotóxico		35.000		O1	
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000		O4	
Sinalização de trânsito		3.000		O3	
Sistema de captação de material particulado (secador)		205.000		O4	
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000		O1	
<b>TOTAL</b>		<b>303.000</b>			
<b>PONTA GROSSA – PR</b>					
<b>Capacidade estática: 420.000</b>		<b>Modalidade: Granel</b>		<b>Enquadramento: Intermediária</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>		<b>Obrigatoriedades</b>	
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000		O4	
Sinalização de trânsito		3.000		O4	
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		30.000		O1	
<b>TOTAL</b>		<b>78.000</b>			
<b>TOTAL 2012</b>		<b>381.000</b>			

FONTE: SUARM

LEGENDA:

O1: Exigência no momento da vistoria

O3: Exigência a partir de dezembro de 2013

O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

### QUADRO 7.1.6 - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015

<b>APUCARANA – PR</b>					
<b>Capacidade estática: 54.500</b>		<b>Modalidade: Convencional</b>		<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>		<b>Obrigatoriedades</b>	
Local para guarda de Agrotóxico		35.000		O1	
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000		O4	
Sinalização de trânsito		2.000		O3	
Sistema de combate a incêndio		425.000		O4	
<b>TOTAL</b>		<b>507.000</b>			
<b>ROLÂNDIA – PR</b>					
<b>Capacidade estática: 55.300</b>		<b>Modalidade: Convencional</b>		<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>		<b>Obrigatoriedades</b>	
Local para guarda de Agrotóxico		35.000		O1	
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000		O4	
Sinalização de trânsito		3.000		O3	
<b>TOTAL</b>		<b>83.000</b>			

FONTE: SUARM

LEGENDA:

O1: Exigência no momento da vistoria

O3: Exigência a partir de dezembro de 2013

O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

## Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela CONAB, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

### QUADRO 7.1.7 – CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM X DEMANDA

Nº UAs	Capacidade Estática (mil/t.)			Produção – safra 2011/12		Demanda %
	Convencional	Granel	Total	Produto	Quantidade (mil t.)	
3.072	4.669	22.633	27.302	Algodão	1,4	115,2
				Amendoim	6,4	
				Arroz	166,8	
				Feijão	677,9	
				Girassol	0,9	
				Mamona	0,6	
				Milho	16.757,1	
				Soja	10.941,9	
				Sorgo	6,7	
				Aveia	112,7	
				Canola	15,6	
				Centeio	1,1	
				Cevada	195,6	
				Trigo	2.501,0	
				Triticale	62,0	
<b>Total da Produção</b>				<b>31.447,7</b>		

FONTE: DIRAB/SUARM E BOLETIM DO 12º LEVANTAMENTO DE SAFRAS (SET/12)

Da análise do quadro acima, a conclusão é de que existe um déficit de capacidade de armazenagem de aproximadamente 15% em relação à produção de grãos no estado do Paraná na safra 2011/2012, entretanto, a mensuração de possível déficit não pode ser deduzida de uma simples comparação entre estes dados.

Há que se considerar a sazonalidade da safra, pois os grãos são colhidos em diferentes épocas e, em decorrência disso, ocupam os armazéns em diferentes períodos.

Também deve ser levado em consideração a conjuntura de mercado, pois quando esta é favorável há rápida comercialização e escoamento dos produtos ou, do contrário, pode ocorrer sobreposição de safras nos armazéns, agravando o déficit porventura existente.

O Paraná destaca-se como um dos maiores produtores de grãos do país, dentre eles a soja, milho e o trigo, que comumente são armazenados a granel, sendo que a soja é um produto cuja grande parte da produção é destinada ao mercado externo e, da mesma forma, volume crescente de milho vem sendo exportado pelo Brasil, o que ajuda a aliviar a pressão sobre a rede armazenadora.

Para fazer frente ao aumento de produção, observa-se que as cooperativas e empresas privadas vem construindo novos armazéns, e, por força da obrigatoriedade da certificação da rede armazenadora a partir do ano de 2012, estão modernizando os armazéns já existentes.

### Ações de capacitação de mão de obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela CONAB até o ano de 2008.

A motivação para a suspensão do programa deve-se a redefinição do público alvo beneficiado e a regularização administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução da ação através de convênio CONAB e a FUNARBE.

A retomada da ação depende da disponibilidade de recursos, da assinatura de novo convênio e da implementação dos controles.

## 7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

### Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

As operações de fiscalização têm como objetivo aferir a quantidade e qualidade dos estoques públicos depositados não apenas nos armazéns de terceiros mas também nos da CONAB. Visam, ainda, tentar impedir ou inibir práticas criminosas por parte dos armazenadores com estes estoques, tais como desvios ou trocas, durante o período em que estes ficam sob sua responsabilidade para guarda e conservação.

Estas operações são executadas por duplas de fiscais, compostas por um fiscal lotado na SUREG e um da matriz ou outra SUREG.

São realizadas 5 etapas de fiscalização por ano, que abrangem 100% dos estoques públicos depositados nos armazéns de terceiros e da CONAB e estoques de terceiros depositados nos armazéns da Companhia.

A SUREG do Paraná dispõe de 5 fiscais que efetivamente participam das atividades de fiscalização dos estoques governamentais, os quais se envolvem também em atividades de cadastramento de armazéns, fiscalização de programas de subvenção, vistoria de projetos do PAA e remoções de estoques e, eventualmente, auxiliam outras Superintendências Regionais nestas atividades.

### Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela CONAB em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

**QUADRO 7.2.1 - DEMONSTRATIVO DAS PERDAS CONSTATADAS NAS FISCALIZAÇÕES NOS ESTOQUES DO GOVERNO**

UNIDADES ARMAZENADORAS	PRODUTOS	QUANTIDADES (kg)	PROCESSO ADMINISTRATIVO	SITUAÇÃO
APUCARANA	Feijão	10.021	1603/12	Pendente
APUCARANA	Feijão	84.852	1573/12	Pendente
APUCARANA	Feijão	172.299	1304/12	Pendente
APUCARANA	Feijão	5.711	SUREG	Solucionado
APUCARANA	Feijão	3.400	SUREG	Solucionado
APUCARANA	Feijão	39.740	0582/12	Pendente
APUCARANA	Feijão	18.050	0176/12	Solucionado
APUCARANA	Feijão	1.909	0031/12	Solucionado
APUCARANA	Feijão	25.520	0032/12	Solucionado
APUCARANA	Feijão	82.951	2319/12	Pendente
APUCARANA	Feijão	26.776	2492/12	Pendente
APUCARANA	Feijão	12.001		Pendente
<b>Sub Total</b>		<b>483.230</b>		
ROLÂNDIA	Feijão	3.900	SUREG	Solucionado
ROLÂNDIA	Feijão	990	SUREG	Solucionado
ROLÂNDIA	Feijão	1.457	0422/12	Solucionado

ROLÂNDIA	Feijão	540	0033/12	Solucionado
ROLÂNDIA	Feijão	1760	1698/12	Pendente
<b>Sub Total</b>		<b>8.647</b>		
CODAPAR	Feijão	2.806	0189/12	Solucionado
<b>Total</b>		<b>494.683</b>		
CAMBÉ	Trigo	100.620	1508/12	Pendente
COOP. CASTROLANDA DE	Trigo	2.739	1871/12	Pendente
COASUL	Trigo	223.542	2439/12	Pendente
CODAPAR	Trigo	250.270	1574/12	Solucionado
<b>Total</b>		<b>577.171</b>		
ROLÂNDIA	Café	7.400	0034/12	Pendente
CODAPAR	Milho	1.920		Pendente

FONTE:DIRAB/SUFIS

Perda de peso é uma característica inerente aos grãos durante o período de armazenamento, tendendo a ser maior quanto maior este período, porém influenciada pelo zelo a eles dispensados no ato do recebimento e durante a estocagem, a qual é classificada pela CONAB como “perda em armazenagem” ou “desvio”, cujo enquadramento é decorrente de análise, embasada em normativos específicos, que consideram o tempo de armazenamento, obtendo-se na análise índices/percentuais de quebras que definem a classificação da ocorrência.

Quando a perda é enquadrada como “perda em armazenagem” esta é considerada como inerente ao produto, enquanto que aquela classificada como “desvio” é resultante de prática dolosa pela depositária.

Em razão do disposto em contrato de depósito e ao pagamento de sobretaxa aos armazenadores, ambas as perdas são deles cobradas, na esfera administrativa ou judicial, independentemente de dolo/culpa a eles atribuído, quando verificadas em armazéns de terceiros.

No caso de perdas detectadas em armazéns da CONAB, a mesma análise é realizada, podendo, dependendo de seu enquadramento, ser absorvida pela Companhia ou, do contrário, é procedida a apuração intitulada Procedimento Interno de Apuração, previsto em normativos e Regulamento de Pessoal, para responsabilização dos possíveis envolvidos.

No ano de 2012, não houve ocorrências enquadradas como desvio de estoques em armazéns no Paraná.

No quadro acima, verificam-se perdas com situação “pendente”, significando que estão em processo de análise, ou “solucionado”, neste caso, absorvidas pela Companhia, ou já ressarcidas pelas depositárias.

### Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

Unidades armazenadoras para operarem com estoques públicos têm que, obrigatoriamente, estar credenciados pela CONAB (contrato de depósito) e, para tal, além de sua estrutura física estar em boas condições, devem possuir todos os equipamentos necessários e atender aos requisitos técnicos definidos nos normativos da Companhia, não podendo seus dirigentes possuírem pendências financeiras junto à CONAB ou estarem inadimplentes quanto ao recolhimento de impostos e tributos, nas esferas municipal, estadual ou federal.

Entretanto, conforme estabelecidos nos normativos da CONAB, práticas dolosas ou erros graves na gestão dos estoques, entre outras, podem resultar no descredenciamento de unidades armazenadoras.

No transcurso de 2012, 4 empresas armazenadoras, que juntas detêm 13 armazéns, foram descredenciadas pela CONAB, devido à constatação de depreciação de qualidade de estoques de feijão, de propriedade do governo federal, por elas armazenado.

Por outro lado, no exercício em referência, 21 novos armazéns foram contratados e 133 tiveram seu contratos aditivados.

### Avaliação física geral dos armazéns contratados pela CONAB

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Os resultados dos fatos apurados estão relatados no item anterior “Quantidade de armazéns descredenciados no exercício”

### Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos

**QUADRO 7.2.2 - DIVIDAS RELATIVOS AO PERÍODO DE 01.04.1994 A 20.01.2013**

Data Base	Produtos		Saldo Devedor	S IT	Data Base	Produtos		Saldo Devedor	SIT
	Nome	Quantidades				Nome	Quantidades		
1992	Milho em Grãos	13.335.259	25.069.793,71	F	1992	Arroz Casca	15.434	38.581,95	F
1993	Milho em Grãos	1.743.792	2.641.061,24	F	Totais		15.434	38.581,95	
1994	Milho em Grãos	12.120.739	5.722.200,88	M	1992	Soja	60.071	69.502,65	F
1944	Milho em Grãos	600.856	283.664,12	F	Totais		60.071	69.502,65	
1996	Milho em Grãos	895.995	418.147,47	M	1992	Embalagens	1.426	4.056,32	F
1996	Milho em Grãos	430.681	415.418,66	F	1997	Embalagens	2.421	2.178,90	F
1997	Milho em Grãos	80.666	38.082,42	F	Totais		3.847	6.235,22	
1997	Milho em Grãos	1.147.168	541.578,01	M	1992	Algodão	6.038	60.189,94	F
1998	Milho em Grãos	6.260.417	2.955.542,87	M	Totais		6.038	60.189,94	
1998	Milho em Grãos	2.936.213	849.227,65	F	1997	Carne-Dianteiro	1.005	8.630,79	B
1999	Milho em Grãos	9.748.757	4.602.388,18	F	1997	Carne-Trazeiro	9.194	152.844,97	B
2000	Milho em Grãos	131.045	9.214,45	F	Totais		10.199	161.475,76	
2001	Milho em Grãos	6.629.153	3.025.302,25	F	1992	Feijão Anão	909.792	9.228.548,28	F
2002	Milho em Grãos	288.392	30.055,30	F	1993	Feijão Anão	14.145	9.983,31	F
2003	Milho em Grãos	4.678.173	2.208.565,49	M	1997	Feijão Anão	473.993	1.594.778,97	F
2004	Milho em Grãos	15.155.342	7.154.836,96	M	1998	Feijão Anão	35.908	154.434,89	M
Totais		76.182.648	55.965.079,66		1999	Feijão Anão	12.000	6.081,70	F
1992	Farinha Mandioca	75.007	148.343,08	F	2004	Feijão Anão	60.517	148.405,84	M
1994	Farinha Mandioca	641.843	1.225.021,55	F	2007	Feijão Anão	411.698	1.009.607,02	F

1997	Farinha Mandioca	869.075	1.658.716,55	M	2008	Feijão Anão	81.518	199.906,59	F
2001	Farinha Mandioca	192.314	367.050,50	F	2010	Feijão Anão	359.519	881.648,45	F
2002	Farinha Mandioca	684.917	1.307.232,59	F	2011	Feijão Anão	827.010	2.028.076,62	F
Totais		2.463.156	4.706.364,27		2012	Feijão Anão	790.545	48.705,14	O
1996	Trigo	215.000	126.377,00	M	2012	Feijão Anão	6.723.485	18.377.950,65	F
1996	Trigo	194.698	114.443,48	F	Totais		10.700.130	33.688.127,46	
1998	Trigo	118.355	69.569,07	F	2005	Outros Produtos	1	867.965,85	F
Totais		528.053	310.389,55		Totais		1	867.965,85	
					Total		89.969.577	95.873.912,31	

Fonte: GECOB

LEGENDA: SIT – Providências adotadas

B – Cobrança suspensa p/determinação judícia

F – Ajuizado

M – Ajuizado pelo Banco do Brasil S/A

O – Cobrança em andamento

Apresentamos no quadro acima o detalhamento do valor total da dívida para com a CONAB, posição em 20.01.2013, proveniente dos fatos ocorridos/constatados nos estoques públicos depositados nos armazéns de propriedade de terceiros.

Saliente-se que a gestão dos referidos valores é de responsabilidade da Matriz através da Gerência de Cadastro e Cobrança – GECOB, subordinada a Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI.

Salientamos, ainda, que no período de 01.01.2012 a 31.12.2012, foram auferidos ressarcimentos na ordem de R\$ 674.024,71, referentes a indenização de 653.773 kg. de produtos.

### 7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

**Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes**

**QUADRO 7.3.1 – DEMONSTRATIVO DAS REMOÇÕES CONTRATADAS**

<b>Demanda / Unid Armazenadora</b>	<b>UF Destino</b>	<b>Produto</b>	<b>Motivo</b>	<b>Quantidade Removida (ton)</b>	<b>Valor do frete (Em R\$)</b>
SUREG-PR UA Rolândia-PR	PR	Feijão	Composição de cestas de alimentos destinadas ao INCRA, MAB e FUNAI	164	4.000,00
SUREGs SC e RS	SC e RS	Milho	Atender pequenos criadores de suínos e aves	61.895	Pago no destino
SUREG - SC	SC	Feijão	Atendimento ao Programa de Doação Humanitária de Alimentos do Brasil à República Democrática Popular da Coreia (4.600.000kg) e República da Nicarágua (100.000kg)	4.700,00	Frete pago pela SUREG-SC
SUREG - SC	SC	Feijão	Atendimento ao Programa de Doação Humanitária de Alimentos do Brasil à República da Guiné-Bissau	320,00	Frete pago pela SUREG-SC
SUREGs – SC e RS	SC e RS	Milho	Atender pequenos criadores de suínos e aves	386,43	Frete pago pela SUREG-SC
SUREGs DF, ES, GO, MS, MT, AM, AL, CE, MG, PA, RN, PE, RO e TO	DF, ES, GO, MS, MT, AM, AL, CE, MG, PA, RN, PE, RO e TO	Feijão Arroz	Composição de cestas de alimentos.	554,997 3.102,240	Frete pago pelas SUREGs de destino.
SUREG PR	PR	Leite empó	Composição de cestas de alimentos.	29,30	7.297,65
<b>Total</b>				<b>67.495</b>	<b>11.297,65</b>

FONTE: DIRAB/SUARM/GEMOV

As operações de remoção de estoques visam à transferência de produtos de regiões onde há excedente de produção para regiões em que esta não atende a demanda local, operações geralmente definidas pela matriz e executadas pelas Superintendências Regionais.

O Paraná, por ser um dos maiores produtores agrícolas do país é um tradicional fornecedor de grãos, principalmente milho, aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que por sua vez comercializam a matéria-prima aos pequenos criadores, na modalidade venda em balcão, para

alimentação de seus plantéis.

Como pode ser verificado no quadro acima, no ano de 2012 esta Regional procedeu à remoção de estoques de feijão, vinculado à PGPM/AGF, destinado ao porto de São Francisco do Sul-SC, de onde seriam transportados por via marítima, com a finalidade de Atendimento ao Programa de Doação Humanitária de Alimentos do Brasil a países atingidos pelo flagelo da fome ou por catástrofes naturais.

Também foram realizadas remoções de feijão, estocados em armazéns de terceiros, e leite em pó, adquiridos em leilões em bolsas de mercadorias à U.A Rolândia, para comporem as cestas de alimentos, e posterior distribuição a populações específicas em situação de insegurança alimentar e nutricional, haja vista que nesta unidade armazenadora concentram-se os estoques destinados aos programas sociais.

### **Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local**

Em grandes estados produtores de grãos como o Paraná, a retirada dos estoques dos armazéns tem como um dos aspectos positivos a abertura de espaços para o recebimento das safras seguintes, principalmente em armazéns de cooperativas.

No caso da remoção de feijão, com vistas à doação internacional, tal medida foi de suma importância pois se tratava de safras antigas e, embora ainda próprio para consumo humano, estas encontram sérias resistências no mercado consumidor, haja vista que é uma cultura que possui 3 safras anuais, havendo, assim, sempre produto de safra recente disponível aos consumidores, tendo ainda, como consequência, a perda de valor comercial das safras antigas.

No Rio Grande do Sul e Santa Catarina normalmente a produção de milho é insuficiente para atender à demanda, assim, o Paraná, e também os estados do centro-oeste, são tradicionais fornecedores deste cereal àqueles. Nos estados receptores o produto é comercializado para atendimento a pequenos criados (aves, suínos e outros), de acordo com o plantel de animais, na modalidade “venda em balcão”, pois este segmento de criadores não têm como competir em igualdade de condições com as grandes indústrias e cerealistas nos leilões de venda realizados pela CONAB em bolsas de mercadorias.

## 7.4. Principais indicadores de desempenho

	<b>Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
1	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios	100	100	100
	<b>Análise do Resultado</b> - Para o atendimento as solitações de cadastramento e de liberação de armazens impedidos de operarem com a CONAB, por parte dos interessados, são utilizados os servidores lotados na fiscalização, na oportunidade em que realizam as fiscalizações dos estoques existentes e dos a serem adquiridos, e dos lotados na Unidades Armazenadoras próximas às localidades onde estão estabelecidos os armazéns a serem vistoriados. Tal procedimento visa minimizar custos com as operações em questão.			
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.	71,07	85	96,82
<b>Análise do Resultado:</b> Os fatos que motivaram os impedimentos dos armazéns operarem com a CONAB são: deficiências técnicas, falta de SICAF, sem Contrato de Depósito.				
3	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	28,93	15	3,18
<b>Análise do Resultado:</b> Caracteriza os armazenadores que atendem a todos os requisitos exigidos para o seu credenciamento, em especial os listados no Indicador de nº 2				
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	38,97	60,16	61,83
<b>Análise do Resultado:</b> Embora nos exercícios de 2010 e 2011 tenham ocorridos aumentos dos estoques depositados de propriedade do governo, os mesmos foram insuficientes para compensar as reduções verificadas nos estoques de propriedade de terceiros.No exercício de 2012 em relação a 2011, os estoques de terceiros continuaram a serem retirados, pelos motivos anteriormente apontados, bem como os de propriedade do governo sofreram consideráveis reduções, refletindo na redução do percentual apontado				
5	<b>Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	83,09	71,65	61,02
<b>Análise do Resultado:</b> Conforme relatado no Indicador de nº4 e ante as necessidades em função da conjuntura de mercado os estoque de terceiros sofreram consideráveis reduções, sobressaindo os de propriedade do governo.No exercício de 2012 em relação a 2011, os estoques de terceiros continuaram a serem retirados, pelos motivos anteriormente apontados, bem como os de propriedade do governo sofreram consideráveis reduções, porem, estes, ainda, continuaram a ocupar maior espaço da capacidade estática				
6	<b>Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado	vide relato na Análise de Resultado		
<b>Análise do Resultado:</b> Ante o relato no Indicador nº 1, impossibilita se apurar o efetivo custo em cada operação realizada				
7	<b>Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	NIHIL	NIHIL	0,01
<b>Análise do Resultado:</b> Os valores apurados são de monta irrisórios				
8	<b>Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	0,24	0,02	0,00
<b>Análise do Resultado:</b> Os valores apurados são de monta irrisórios				
9	<b>Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos	88,33	140,93	60,24
<b>Análise do Resultado:</b> As informações destacadas referem-se aos valores efetivamente pagos pela SUREG-PR, tendo em vista o encargo ser o resultado do quantitativo recebido pelo destino pelo valor do frete contratado. Assim, em função da variação de peso entre a origem e o destino, a responsabilidade pelo pagamento é da regional de destino.				

## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

As ações de TI na CONAB têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

As ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

##### **Planejamento da área:**

**Perfil dos recursos humanos envolvidos:** a área de TI tem em sua lotação, 02 empregados envolvidos diretamente, e auxílio de suporte com estagiário pelo período da tarde. Dentre os empregados, um possui formação superior na área de TI e o outro tem conhecimento na área, porém sem formação específica.

Em se tratando do planejamento de expansão da área de TI no âmbito das Unidades Armazenadoras (Apucarana, Cambé, Ponta Grossa e Rolândia), o número de empregados lotados na sede não é o suficiente para atender a demanda, ressaltando que não existem empregados lotados nas Unidades Armazenadoras com perfil ou formação profissional.

**Para atendimento das atividades de suporte** da SUREG-PR faz-se necessária a contratação:

- Para a sede: contratação por concurso público de 02 empregados com formação na área de TI.
- Para a Unidades Armazenadoras: contratação de empresa terceirizada para atender Apucarana, Cambé, Ponta Grossa e Rolândia.

**Para atendimento das atividades de desenvolvimento de sistemas de controle**, a SUREG-PR já tem diagnóstico da necessidade de desenvolvimento de sistemas para os setores: SEPAB/SECOM/SETAD/SEREH. A experiência mostra que o desenvolvimento de sistemas deve ser terceirizado, para a realização de Sistemas Integrados que atendam a CONAB em nível nacional. Portanto, conclui-se que a contratação de empregados com função de programadores deve ser restrita, tendo estes como atividade dentro da CONAB somente a interlocução das informações e necessidades com a empresa terceirizada que irá desenvolver o sistema.

##### **Segurança da Informação:**

- Segurança física: a SUREG-PR/Sede não tem local exclusivo/apropriado para as instalações dos equipamentos que realizam o gerenciamento da rede de computadores. Estes estão localizados nas mesmas instalações do SEDEM e na sala do Gerente da GEOPE. Também, é preocupante a parte elétrica do prédio, devido ao tempo de instalação e improvisação. Esclarecendo que a edificação onde está a SUREG-PR/sede era uma residência que foi ampliada e adaptada, há mais de 20 anos, para acolher aproximadamente 100 empregados. Ressalta-se que a

administração atual, tem em seu planejamento a construção de uma nova sede, no terreno ao lado, adquirido recentemente.

- Segurança de dados: neste sentido pode-se considerar que a rede de informática da SUREG-PR é segura, visto que não existem paralisações devido a ataques de vírus. Também, atende a demanda de acesso e execuções das atividades administrativas e operacionais.

**Contratos para manutenção de equipamentos:** A SUREG-PR, atualmente está sem empresa contratada para a manutenção dos equipamentos de TI.

**Estado Atual da Rede Informatizada:**

- Qualidade dos equipamentos: atualmente a rede de informática é composta de equipamentos de tecnologia de ponta, acrescentando de que estes são adquiridos de forma centralizada pela CONAB/Matriz.
- Quantidade dos equipamentos: recentemente houve aquisições pela CONAB/Matriz, com distribuições de forma racional e que atende as necessidades no âmbito desta regional.

## 9. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

#### **Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a CONAB foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a CONAB buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a CONAB optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das SUREGs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

Saliente-se que da execução do projeto Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias, no

âmbito da jurisdição da SUREG-PR, foram certificadas 2 Unidades Armazenadoras, a de Ponta Grossa e a de Cambé

## 10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

### 10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil

#### Principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas

Em 2012, a SUREG-PR promoveu, por solicitação da Matriz, reuniões com técnicos do DERAL, da UFPR, do SIMEPAR e com professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando o estabelecimento da parceria na execução dos levantamentos no Estado.

Em adição a SUREG-PR, durante o ano levantou e encaminhou a Matriz as explicações referentes às mudanças do ciclo vegetativo das culturas comparativamente às médias verificadas nos períodos anteriores.

Tais iniciativas não apresentaram custos extraordinários para a SUREG-PR e nem resultaram em impactos positivos ou negativos sobre as cadeias produtivas.

Também a SUREG-PR participou na elaboração dos Boletins das Safras 2012/2013, informando as médias de produtividade e colaborando na interpretação das máscaras de satélite das diferentes regiões do Estado, por culturas.

#### Principais resultados no levantamento de produção

A CONAB, com a participação direta dos técnicos da SUREG-PR, realizou 12 levantamentos da safra de grãos, 5 da produção de café e três da produção de cana de açúcar, de açúcar e de álcool anidro e hidratado.

A primeira Safra paranaense de grãos e algodão 2011/2012, ano comercial 2012, apresentou duas características distintas em relação aos produtores: quebra de produção da soja, milho e feijão, devido as condições climáticas desfavoráveis (seca durante os meses de novembro e dezembro de 2011 e janeiro e fevereiro de 2012), e preços de mercado satisfatórios, decorrentes da própria quebra da safra.

A área cultivada do algodão, arroz, feijão, amendoim, mamona, milho e soja foi praticamente a mesma da safra anterior, atingindo 5,656 milhões de hectares. Por produto, ocorreram reduções nas áreas do amendoim (-31%), arroz de sequeiro e irrigado (-17% e -4%), feijão (-28%) e soja (-2%); e aumentos nas áreas de algodão (9%), milho (26%) e mamona (14%).

A produção apresentou significativa redução, de 19%, passando de 22,19 em 2010/2011 para 17,96 milhões de toneladas em 2011/2012. As culturas com as maiores perdas de potencial de produção foram as da soja, milho e feijão, de aproximadamente 4,7 milhões de toneladas no somatório. As duas principais culturas, a soja e o milho, responderam por 10,82 e por 6,60 milhões de toneladas, respectivamente.

Na segunda safra de feijão, girassol, milho e soja, a área cultivada cresceu 20%, passando de 1,94 para 2,33 milhão de hectares. A produção registrou aumento de 53%, de 6,76 para 10,37 milhões de toneladas. Os efeitos favoráveis do clima favoreceram a produção e a produtividade destas culturas.

Também o clima adverso (geada, seca em agosto e setembro e excesso de chuva na colheita, em outubro) foi o responsável pela redução da produção e de produtividade das culturas do inverno, basicamente do trigo, cevada e triticale. A falta de liquidez, os baixos preços recebidos pelos produtores e a expectativa favorável de mercado para o milho provocaram a redução de 19% na área cultivada das culturas de aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale. A produção registrou queda de 10%, de 3,0 para 2,70 milhões de toneladas.

**QUADRO – 10.2.1 - COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE NO PARANÁ, SAFRAS 2010/11 E 2011/12**

Culturas	Área			Produção			Rendimento		
	2010/ 2011	2011/ 2012	Varia ção	2010/ 2011	2011/ 2012	Variacã o	2010/ 2011	2011/ 2012	Variacão
	ha	ha	(%)	t	t	(%)	Kg/ha	Kg/ha	(%)
Algodão	1.132	1.233	9	3.193	1.906	-40	2.836	1.546	-45
Algodão (1ª safra)	3.781	2.607	-31	10.199	5.951	-42	2.697	2.287	-15
Arroz Irrigado	21.046	20.187	-4	157.416	151.653	-4	7.485	7.512	0
Arroz Sequeiro	17.810	14.848	-17	34.604	26.188	-24	1.943	1.796	-8
Feijão (1ª safra)	344.177	247.589	-28	533.603	349.903	-34	1.563	1.418	-9
Mamona	874	1.000	14	557	625	12	637	625	-2
Milho (1ª safra)	776.684	975.789	26	6.111.573	6.602.618	8	7.869	6.870	-13
Soja (1ª safra)	4.481.825	4.392.792	-2	15.343.406	10.820.349	-29	3.423	2.464	-28
<b>Sub Total(1ª safra)</b>	<b>5.647.329</b>	<b>5.656.048</b>	<b>0</b>	<b>22.194.551</b>	<b>17.959.103</b>	<b>-19</b>			
Feijão (2ª safra)	170.992	224.768	31	277.502	344.979	24	1.627	1.648	1
Feijão (3ª safra)	6.027	6.175	2	4.175	5.663	36	827	940	14
Girassol (2ª safra)	140	100	-29	44	100	127	500	1.000	100
Milho (2ª safra)	1.693.490	2.038.081	20	6.361.147	9.913.418	56	3.898	4.865	25
Soja (2ª safra)	73.487	61.680	-16	114.505	103.972	-9	1.560	1.681	8
<b>Sub Total(2ª safra)</b>	<b>1.944.136</b>	<b>2.330.984</b>	<b>20</b>	<b>6.757.373</b>	<b>10.368.132</b>	<b>53</b>			
Aveia Branca	68.759	68.759	32	116.451	168.214	44	2.352	2.446	4
Aveia Preta	162.497	162.497	11	163.141	207.527	27	1.268	1.305	3
Canola	12.905	12.905	-4	14.784	21.379	45	1.152	1.657	44
Centeio	1.097	1.097	53	1.129	1.835	63	1.572	1.673	6
Cevada	51.112	51.112	0	194.441	158.805	-18	3.812	3.107	-18
Trigo	776.798	776.798	-27	2.452.962	2.009.183	-14	2.383	2.702	13
Triticale	19.989	19.989	-10	54.221	47.210	-13	2.448	2.362	-4
<b>SubTotal (inverno)</b>	<b>1.093.157</b>	<b>1.093.157</b>	<b>-19</b>	<b>2.997.129</b>	<b>2.704.153</b>	<b>-10</b>			
<b>Total</b>	<b>8.941.165</b>	<b>9.080.189</b>	<b>2</b>	<b>31.949.053</b>	<b>31.031.478</b>	<b>-3</b>			
Alho	624	573	-8	2.811	2.699	-4	4.505	4.710	5
Batata (1ª safra)	18.604	16.867	-9	490.536	426.976	-13	26.367	25.314	-4
Batata (2ª safra)	12.571	12.315	-2	303.218	319.504	5	24.120	26.029	8
Cafê	74.854	66.721	-11	110.728	90.519	-18	1.479	1.357	-8
Cebola	8.172	7.446	-9	162.787	166.205	2	19.994	22.351	12
Tomate (1ª safra)	3.701	3.545	-4	228.117	221.132	-3	62.566	62.546	0
Tomate (2ª safra)	2.014	2.060	2	119.411	119.326	0	64.862	58.926	-9
Cana de Açúcar	645.088	652.041	1	49.846.477	49.840.398	0	77.301	76.438	-1
Fumo	80.211	70.376	-12	171.837	156.834	-9	2.142	2.252	5
Mandioca	184.263	159.115	-14	4.179.245	3.869.080	-7	22.688	24.316	7
Sericultura	9.711	8.558	-12	4.472	3.806	-15	461	445	-3

FONTE: SUREG-PR/GEDES/SEGEO

Para o ano comercial de 2013, as estimativas referentes a safra e as previsões sobre a segunda safra e a safra de inverno 2012/2013 estão especificadas no quadro a seguir.

**QUADRO 10.2.2 - COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE NO PARANÁ, SAFRAS 2011/12 – 2012/13.**

Culturas	Área			Produção			Rendimento		
	2011/ 2012	2012/ 2013	Variac ão	2011/ 2012	2012/ 2013	Variac ão	2011/ 2012	2012/ 2013	Variacão
	ha	ha	(%)	t	t	(%)	Kg/ha	Kg/ha	(%)
Algodão	1.233	137	-89	1.906	336	-82	1.546	2.453	59
Amendoim(1ª safra)	2.607	2.399	-8	5.951	6.541	10	2.287	2.727	19
Arroz Irrigado	20.187	19.822	-2	151.653	131.497	-13	7.512	6.634	-12
Arroz Sequeiro	14.848	13.108	-12	26.188	25.919	-1	1.796	1.977	10
Feijão (1ª safra)	247.589	205.268	-17	349.903	314.934	-10	1.418	1.567	10
Mamona	1.000	1.000	0	625	625	0	625	625	0
Milho (1ª safra)	975.789	844.555	-13	6.602.618	6.839.673	4	6.870	8.102	18
Soja (1ª safra)	4.392.792	4.628.768	5	10.820.349	15.207.858	41	2.464	3.286	33
<b>Sub Total (1ª safra)</b>	<b>5.656.048</b>	<b>5.715.057</b>	<b>1</b>	<b>17.959.103</b>	<b>22.527.383</b>	<b>25</b>			
Feijão (2ª safra)	224.768	216.903	-3	344.979	405.169	17	1.648	1.868	13
Feijão (3ª safra)	6.175	ND		5.663	ND		940		
Girassol (2ª safra)	100	ND		100			1.000		
Milho (2ª safra)	2.038.081 Triticale	2.066.590	1	9.913.418	11.303.004	14	4.865	5.469	12
Soja (2ª safra)	61.680	79.795	29	103.972	159.565	53	1.681	2.000	19
<b>Sub Total (2ª safra)</b>	<b>2.330.984</b>	<b>2.363.288</b>	<b>1</b>	<b>10.368.132</b>	<b>11.867.738</b>	<b>14</b>			
Aveia Branca	68.759	66.420	-3	173.615	167.751	-3	2.525	2.526	0
Aveia Preta	162.497	162.600	0	207.527	229.517	11	1.305	1.412	8
Canola	12.905	12.630	-2	21.379	21.727	2	1.657	1.720	4
Centeio	1.097	880	-20	1.835	1.892	3	1.673	2.150	29
Cevada	51.112	50.280	-2	158.445	197.426	25	3.100	3.927	27
Trigo	776.798	845.721	79	2.098.675	2.506.735	1419	2.702	2.964	710
Triticale	19.989	18.086	-10	47.210	52.131	10	2.362	2.882	22
<b>SubTotal (inverno)</b>	<b>1.093.157</b>	<b>1.156.617</b>	<b>6</b>	<b>2.708.686</b>	<b>3.177.179</b>	<b>17</b>			
<b>Total</b>	<b>9.080.189</b>	<b>9.307.998</b>	<b>3</b>	<b>31.035.811</b>	<b>38.009.742</b>	<b>1922</b>			
Alho	573	ND		2.699	ND		4.710	ND	
Batata (1ª safra)	16.867	15.576	-8	426.976	432.738	1	25.314	27.804	10
Batata (2ª safra)	12.315	12.114	-2	319.504	311.867	-2	26.029	25.744	-1
Cafê	66.721	66.100	-1	90.519	101.243	12	1.357	1.532	13
Cebola	7.446	6.989	-6	166.205	154.950	-7	22.351	22.266	0
Tomate (1ª safra)	3.545	3.302	-7	221.132	198.540	-10	62.546	60.218	-4
Tomate (2ª safra)	2.060	1.695	-18	119.326	110.117	-8	58.926	64.966	10
Cana de Açúcar	652.041	671.115	3	49.840.398	56.183.632	13	76.438	83.717	10
Fumo	70.376	71.125	1	156.834	157.487	0	2.252	2.221	-1
Mandioca	159.115	174.041	9	3.869.080	3.891.777	1	24.316	22.361	-8
Sericultura	8.558	7.006	-18	3.806	3.284	-14	445	469	5

FONTE: SUREG-PR/GEDES/SEGEO

Destaca-se, na primeira safra, a redução verificada nas áreas cultivadas do algodão, amendoim, arroz, feijão e milho e o aumento na de soja. A vigência de clima neutro, sem el niño e la niña, de

modo geral não comprometeu a produtividade destas culturas, apesar das precipitações abaixo do normal no final de 2012 e início de 2013 e do excesso de chuvas em fevereiro de 2013. Assim, em todas as culturas que apresentaram redução de área, exceto no arroz irrigado, a redução da produção foi menor do que a da área. O significativo aumento de 41% verificado na produção da soja é explicado pelo aumento da área plantada e pelo efeito comparativo sobre a safra 2011/12 significativamente comprometida por seca.

O clima também está favorecendo o desempenho da segunda safra. Nesta, se destacam a redução de 3% na área plantada do feijão, o aumento de 29% na de soja e o recorde na do milho, com aumento de 1% sobre o recorde já ocorrido na área plantada da safra anterior. Em todas as culturas as estimativas de produção e produtividade são maiores do que os números observados na segunda safra 2011/12.

Na safra de inverno se destaca o aumento de 7% na estimativa de área plantada de trigo, depois de três anos consecutivos de queda, em função dos baixos preços recebidos pelos produtores e da baixa liquidez do produto, apesar das intervenções do governo na comercialização das safras. A recuperação dos preços pagos aos produtores, devido às cotações internacionais favoráveis e a taxa de câmbio mais alta no Brasil, além das melhorias na política agrícola em relação ao cereal, explicam tal fato. Se as condições de clima forem normais, a produção será de 2,4 milhões de toneladas.

Também é esperado um aumento na área plantada da cevada, em função do fomento estabelecido pela Cooperativa Agrária, visando o fornecimento de matéria-prima para a fábrica de malte de sua propriedade.

Os aumentos das áreas da cana-de-açúcar e da mandioca também são explicados pelas condições do mercado dos dois produtos: expectativa de aumento nos preços do álcool, devido ao aumento autorizado pelo governo nos preços da gasolina, e manutenção dos elevados preços dos derivados da mandioca, em função da quebra da safra nordestina pela seca.

As quebras das safras americana de soja e milho 2012/13 (plantadas em abril e maio e colhidas em setembro e outubro de 2012) e da safra mundial de trigo 2012/13 explicam as elevadas cotações internacionais destes produtos durante o ano de 2012.

O cenário exposto demonstra o por que da baixa intervenção do governo no mercado durante o ano de 2012, através dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos. Ocorreram intervenções apenas na comercialização do trigo e do arroz. Do trigo, nos primeiros meses do ano, onde ainda restavam 15% da safra de 2011 não comercializada pelos produtores, e nos seguintes volumes: 45.500 t. via AGF, 240.000 t via PEP e 30.000 t. via PEPRO. Do arroz, nos volumes de 1.080 t. através de Contratos de Opção de Venda e Compra Direta da Agricultura Familiar, de uma cooperativa, no montante equivalente a R\$ 5,0 milhões.

Os maiores volumes de operações ocorreram na movimentação dos estoques de milho e de feijão, internamente e para outros Estados, e na colocação destes no mercado, atendendo ao objetivo de regularização do abastecimento.

Para o ano de 2013, se não ocorrerem quebras na segunda safra (em fase de colheita) e na de inverno (em fase de início de plantio) poderá ser necessária a intervenção do governo no mercado do milho, para garantir aos produtores o recebimento dos preços mínimos, durante meados do segundo semestre. Esta ação também depende do comportamento da safra americana 2013/14, em fase de pré-plantio, e do desempenho das exportações brasileiras do cereal (acima ou abaixo de 17 a 20 milhões de toneladas).

Durante o ano de 2012 e subsequentes, considerando a relação entre a oferta de grãos e a capacidade estática de armazenagem, sugere-se a continuidade dos programas de melhoria e expansão da infraestrutura de armazenagem coletora, intermediária e terminal, esta última visando dar suporte às operações de exportação. Também é urgente a realização de investimentos na

expansão e melhoria da infraestrutura do porto de Paranaguá.

### **Principais resultados no custos e estoques de produtos agrícolas**

Em decorrência das dificuldades na comercialização de trigo pelos produtores rurais e suas cooperativas no ano de 2011, este cereal foi o principal produto, em volume, recebido pelos armazéns da Companhia naquele ano, que estocaram na modalidade a granel, nas unidades localizadas nos municípios de Ponta Grossa e Cambé.

No ano de 2012, em função da redução da produção mundial e brasileira, a intervenção do governo no mercado ocorreu apenas nos primeiros meses do ano.

Após, a elevação dos preços recebidos pelos produtores tornou desnecessária a intervenção do governo no mercado do cereal.

Também, devido aos preços elevados, não se verificaram intervenções do governo nos mercados do milho, feijão e do café.

Em 2011 foi significativa a intervenção na comercialização do feijão, através das compras governamentais.

No ano de 2012 ocorreu uma redução significativa nos estoques públicos, em virtude das vendas realizadas em leilão, justificadas pela necessidade de regulação do mercado, devido aos altos preços praticados.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

### 11.1. Alocação de Servidores

**Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados**

O ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos de subordinação direta ao Presidente.

A Companhia realizou nos exercícios de 2005, 2006 e 2012 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da SUREG-PR.

Assim, o Setor de Recursos humanos da SUREG-PR, formaliza as decisões Gerenciais quanto a alocação dos empregados lotados na Superintendência e após a alteração nas fichas funcionais, informa as áreas competentes da Matriz para as devidas atualizações.

O quadro de Recursos Humanos da SUREG/PR é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. A distribuição dos empregados por lotação, entre Sede e Unidades Armazenadoras, se apresenta nos quadros abaixo:

**QUADRO 11.1.1 – DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DA SEDE E SUA LOTAÇÃO EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012**

UNIDADES	EXERCÍCIO DE 2010							EXERCÍCIO DE 2011												
	QUALIFICAÇÕES							QUALIFICAÇÕES												
	A A D	A S G	A T A	A T O	T E C	T N S	A N A L I S T A	A S S I S T E N T E	A U X I L I A R	T O T A I S	A A D	A S G	A T A	A T O	T E C	T N S	A N A L I S T A	A S S I S T E N T E	A U X I L I A R	T O T A I S
<b>SUREG</b>	1					3			4	1					3					4
<b>PRORE</b>			1				2		3					1	2					3
<b>GEFAD</b>	7	2	9			1	1	20	11	2	8						1		22	
Gerência			1			1		2	1		1									
SEREH	1		3					4	1		3									
SETAD	1	2	2				1	6	2	2	2						1			
SECOF	5		3					8	7		2									
<b>GEDES</b>			2	1		3	2	8	1	2	1			3	2				9	
Gerência			1			1		2			1				1					
SEGEO				1		2	1	4				1		2	1					
SEDEN			1			1		2	1		1			1						
<b>GEOPE</b>	5			11	1	3	3	1	24	4	2	10	1	3	2			1	23	
Gerência	1				1				2					1					1	
SECOM	2			5				1	8	3			4							

SEPAB	2		4		2		8	1		2	3		1							
SEOPE			2		3	1	6				3		3	1						
<b>TOTAIS</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>59</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>61</b>

FORNTE: SEREH

UNIDADES	EXERCÍCIO DE 2012										TOTAL	
	QUALIFICAÇÕES											
	A A D	A S G	A T A	A T O	T E C	T N S	A N A L I S T A	A S S I S T E N T E	A U X I L I A R			
<b>SUREG</b>			1			3						4
<b>PRORE</b>							2					2
<b>GEFAD</b>	10	3	6	2		1						22
Gerência			1			1						2
SEREH	2		3									5
SETAD	3	3	1									7
SECOF	5		1	2								8
<b>GEDES</b>	2		1	1		4	1	1	1			11
Gerência	1								1			2
SEGEO				1		2	1					4
SEDEM	1		1			2		1				5
<b>GEOPE</b>	6			13	1	1	4					25
Gerência	1				1							2
SECOM	1			5			1					7
SEPAB	4			4			2					10
SEOPE				4		1	1					6
<b>TOTAIS</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			<b>64</b>

FORNTE: SEREH

Considerando a qualificação dos empregados mencionados no quadro acima, destacam-se os enquadrados, conforme Plano de Cargos e Salários, os de nível fundamental/médio (de AAD a ATO, ASSISTENTE e AUXILIAR) dos de nível superior (TNS e ANALISTA), a saber:

EXERCÍCIOS	NIVEIS				
	MÉDIO	%	SUPERIOR	%	TOTAIS
2010	42	71	17	29	59
2011	45	74	16	26	61
2012	48	75	16	25	64

FORNTE:SEREH

Os empregados enquadrados nos cargos de ANALISTA, ASSISTENTE e AUXILIAR são originários, a saber:

1. os admitidos através de concurso foram enquadrados como ANALISTA;
2. ante os normativos que disciplinam o novo Plano de Cargos e Salários, os que o aderiram foram reclassificados como ASSISTENTE e AUXILIAR.

A variação positiva de 3 empregados ocorrida no exercício de 2012 em relação do de 2011, teve origem, a saber:

1. a transferência de 6 empregados da Unidade Frigorífica de Curitiba, tendo em vista o encerramento das suas atividades;
2. transferência de 2 empregados das Unidades de Rolândia (1) e de Cambé (1) para exercerem as funções de Superintendente Regional e de Gerente da GEDES, respectivamente;
3. incorporação de 1 empregado, através da lei de anistia;
4. concessão de licença sem vencimento a 2 empregados;
5. cessão de 4 empregados a DFA (3) e para a Universidade Federal de Paraná de Pontal do Sul (1)

Considerando que a maioria do empregados estão enquadrados no nível de escolaridade fundamental/médio, demonstramos a maior concentração da lotação dos mesmos, a saber:

EXERCÍCIOS	NUMERO DE EMPREGADOS				
	LOTADOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE – FUNDAMENTAL/MÉDIO			
	NUMERO	NUMERO	%	CONCENTRAÇÃO/GERÊNCIA	
				GEFAD	GEOPE
2010	59	42	71	19	18
2011	61	45	74	22	18
2012	64	48	75	21	20

FONTE: SEREH

Para gerir a estrutura e as atividades decorrentes, as unidades armazenadoras contavam com 66 empregados em 2010, 71 em 2011 e 61 em 2012, cuja qualificação e lotação demonstramos:

**QUADRO 11.1.2 – DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS E SUA LOTAÇÃO EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012**

UNIDADES	NUMERO DE EMPREGADOS																			
	QUALIFICAÇÕES															TOTAIS				
	AAD			ASG			ATA			ATO			TNS						ANALISTA	
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012		
APUCARANA	1	1	1	5	5	4				1	1	2						7	7	7
CAMBÉ	3	3	2	4	5	5				1	2	2	1	1	1		1	9	11	11
CURITIBA	4	4		1	3	2				2	2	1						7	9	3
PARANAGUÁ																				
PONTA GROSSA	4	4	5	23	23	22	3	3	2	2	2	1	1	1		1	2	34	34	32
ROLÂNDIA	2	3	3	4	4	4	1	1	1				1	1		1		9	10	8
<b>TOTAIS</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>37</b>	<b>40</b>	<b>37</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>66</b>	<b>71</b>	<b>61</b>

FONTE: SEREH

Considerando a qualificação dos empregados mencionados no quadro acima, destacam-se, em números, os enquadrados, conforme Plano de Cargos e Salários, nos de níveis fundamental/médio (de AAD a ATO) dos de níveis superior (TNS e ANALISTA), a saber:

EXERCÍCIOS	NÍVEIS				
	MÉDIO	%	SUPERIOR	%	TOTAIS
2010	61	92	5	8	66
2011	66	93	5	7	71
2012	57	93	4	7	61

FONTE: SEREH

As variações dos empregados lotados nas unidades, decorrentes da gestão dos recursos humanos, ocorridos nos exercícios em destaque, tiveram origens, a saber:

1. no período de 2010 a 2011 foram autorizados 4 remanejamentos de empregados, entre as unidades sob a jurisdição da SUREG-PR, e a reintegração de 1 empregado, via lei da anistia;
2. abaixo demonstramos a variação de 10 empregados ocorrida nos exercícios de 2011 e 2012:

UNIDADES			
ORIGEM	Nº EMPREGADOS	DESTINO	Nº EMPREGADOS
Apucarana	1	Aposentadoria	
Ponta Grossa	1	Apucarana	1
Ponta Grossa	1	Aposentadoria	
Rolândia	1	Cambé	1
Rolândia	1	SUREG	1
Cambé	1	SUREG	1
Curitiba	6	SUREG	6
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>		<b>10</b>

FONTE: SEREH

Para gerir a estrutura da SUREG-PR a mesma contava com um efetivo de 125 em 2010, 132 em 2011 e 125 em 2012, cuja qualificação e lotação abaixo demonstramos:

### QUADRO 11.1.3 – DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DA SEDE E DAS UNIDADES ARMAZENADORAS E SUA LOTAÇÃO EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012

UNIDADES	NUMERO DE EMPREGADOS																			
	EXERCÍCIO DE 2010									EXERCÍCIO DE 2011										
	QUALIFICAÇÕES									QUALIFICAÇÕES										
	A A D	A S G	A T A	A T O	T E C	T N S	A N A L I S T A	A S S I S T E N T E	A U X I L I A R	T O T A I S	A A D	A S G	A T A	A T O	T E C	T N S	A N A L I S T A	A S S I S T E N T E	A U X I L I A R	T O T A I S
SEDE	13	2	12	12	1	10	7	1	1	59	17	2	12	11	1	10	6	1	1	61
UNIDADES	14	37	4	6		3	2			66	15	40	4	7		3	2			71
<b>TOTAIS</b>	<b>27</b>	<b>39</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>125</b>	<b>32</b>	<b>42</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>132</b>

FONTE: SEREH

UNIDADES	NUMERO DE EMPREGADOS									TOTAIS
	EXERCÍCIO DE 2012									
	QUALIFICAÇÕES									
	A A D	A S G	A T A	A T O	T E C	T N S	A N A L I S T A	A S S I S T E N T E	A U X I L I A R	
SEDE	18	3	8	16	1	9	7	1	1	64
UNIDADES	11	37	3	6		1	3			61
TOTAIS	29	40	11	22	1	10	10	1	1	125

FONTE: SEREH

## 11.2. Comunicação na Instituição

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição**

A divulgação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

**Notícias do Dia** – informativo diário, abordando temas diversos como programas, ações da Companhia, realização de cursos, palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados.

Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente na intranet e nos murais das Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

As notícias são produzidas, diagramadas e editadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

**Correio Eletrônico** – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

**Intranet**- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

**Internet** – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Em 2011 foi priorizado o uso da comunicação interna *via chat*. Assim a Sede e as Unidades Armazenadoras agilizaram suas atividades e auxiliaram na economia das despesas telefônicas da SUREG/PR deixando ligações interurbanas para situações imprescindíveis e/ou mais urgentes.

## 11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho**

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada, pela Matriz, uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Em 2012 a atual diretoria concluiu estudos objetivando atualizar as informações sobre o clima organizacional, cujo teor foi amplamente divulgado ao corpo funcional através da intranet.

O questionário a ser utilizado, em 2013, foi disponibilizado na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, serão transmitidos, via internet, à Matriz para tabulação.

Outro estudo concluído em 2012, a ser implantado em 2013, refere-se a Gestão de Desempenho, cujo objetivo é determinar a remuneração, identificar a necessidade de treinamento/capacitação, a adequação funcional e a carreira e o desenvolvimento dos gestores.

As palestras, motivacionais, ministradas por empregados da Matriz e da própria regional, objetivaram melhorar a interação e a integração dos órgãos da Superintendência e dos seus empregados.

#### 11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

##### **Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras**

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções nºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência subordinada a Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP), passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

Embora tenham ocorridos reduções nas alocações de recursos para a execução da ação, o enfoque do treinamento, manteve-se voltado para, em ordem de prioridade, as áreas de Planejamento, Operacional, Administrativa, Financeira.

Em 2011 e 2012, conforme quadro abaixo, o número de treinandos com a referida ação tiveram um incremento expressivo em relação a 2010, porem, com reduções na “média de carga/horária por participante”.

#### **QUADRO – 11.4.1 - DEMONSTRATIVO DOS TREINAMENTOS REALIZADOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO EXERCÍCIOS DE 2010 a 2012**

Áreas de Conhecimento	Numero de Treinandos			Homens/horas Treinados			Média de Carga/Horária por Participante		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Planejamento	9	6	39	642	224	179	71,33	37,33	4,59
Operacional	22	217	164	717	632	447	32,59	2,91	2,73
Administrativa	13	45	90	228	624	1.120	17,54	13,87	12,44
Financeira	4	3	9	64	48	312	16	16	34,67
Gerencial	45			94			2,09		
Informática		38			343			9,03	
Jurídica		22	4		22	80		1	20

Auditoria		1			32			32	
Comunicação Social			19			190			10
Educação/desenvolvimento	1	3	4	8	57	304	8	19	76
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>335</b>	<b>329</b>	<b>1.753</b>	<b>1.982</b>	<b>2.632</b>	<b>18,65</b>	<b>5,92</b>	<b>8</b>

FONTE: DIRAD/SUMOC/GECAP

Conforme tabela abaixo, as despesas com a referida ação apresentou redução no exercício de 2011 em relação a 2010, em consequência da redução dos recursos disponibilizados e de vários treinamentos serem ministrados por instrutores internos, excluindo assim, despesas com locomoção, diárias e inscrição.

Tal fato não ocorreu em 2012 em relação a 2011, tendo em vista os treinamentos, na sua maioria, ministrados na Matriz, o que motivou aumentos das despesas em todos os Elementos de despesas relacionados

**QUADRO – 11.4.2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS COM TREINAMENTO**

**EXERCÍCIOS DE 2010 a 2012**

Elementos de Despesas	Despesas Realizadas			Variações (%)	
	2010	2011	2012	2010/2011	2011/2012
Diárias	32.148,00	9.480,50	25.204,57	29,49	165,86
Material de Consumo	315,71	238,40		75,51	
Passagens e Despesas com Locomoção	12.887,00	2.144,26	12.683,40	16,64	491,50
Outros Serviços de Terceiros e Encargos-Pessoa Juridica	12.903,20	22.304,60	24.107,93	72,86	0,81
Indenizações e Restituições	210,00	423,22		101,53	
<b>Total</b>	<b>58.463,91</b>	<b>34.590,98</b>	<b>61.995,90</b>	<b>59,87</b>	<b>79,22</b>

FONDE: DIRAD/SUMOC/GECAP

Saliente-se que os resultados das avaliações ficam centralizados na Matriz na Gerência de Capacitação - GECAP

Em janeiro/2012 a Matriz, visando a implantação do Programa de Aprendiz na empresa, celebrou contrato com a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - RENAPSI, com vistas a execução dos serviços de recrutamento, seleção, contatação, capacitação e disponibilização de jovens aprendizes em Brasília e nas Superintendências Regionais.

Coube a SUREG-PR o quantitativo de 5 vagas, sendo 2 para a Unidade Armazenadora de Ponta Grossa e as demais para a Superintendência.

**11.5. Informações sobre recursos humanos da CONAB**

**Composição do quadro de servidores ativos**

**QUADRO 11.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos</b>	Não há	133		1
1.1. Cargos de Carreira		133		1
<b>2. Servidores com Contrato Especial (2.1 + 2.2 + 2.3)</b>	Não há			
2.1. Diretor				
2.2. Assessor				
2.3. Requisitado				
<b>3. Conselheiro da Administração/fiscal</b>	Não há			
<b>4. Pensão Vitalicia</b>	Não há			
<b>5. Total de Servidores (1+2+3+4)</b>		<b>133</b>		<b>1</b>

FONTE: DIGEP/SUGEP

Ver detalhamento no item 11.1, salientando que do quantitativo destacado neste quadro (133), deve-se deduzir o mencionado no quadro 11.5.2 (8), o efetivo no quadro 12.1.3 (125).

#### QUADRO 11.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2)</b>	<b>4</b>
1.1. Decreto nº 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei nº 10.470 de 25/06/2002	4 (*)
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>2</b>
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	2
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp. Cidadã – 60 dias	
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	<b>2</b>
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>6. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5)</b>	<b>8</b>

FONTE: DIGEP/SUGEP

(\*) refere-se a 3 empregados cedidos a Delegacia Federal da Agricultura, órgão do MAPA, e 1 a Universidade Federal do Paraná de Pontal do Sul - PR

#### QUADRO 11.5.3 – ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>25</b>
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		30 (*)	24	25
1.2. Empregado com Contrato Especial/Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>25</b>

FONTE: DIGEP/SUGEP

(\*) refere-se a 18 cargos na SEDE (1 Superintendente, 1 Assistente, 3 Gerentes, 1 Procurador, 4 Secretárias, e 8 Encarregados de Setores) e 12 nas Unidades Armazenadoras ( 5 Gerentes e 7 Encarregados de Setores).

No âmbito da SUREG-PR todos os ocupantes de cargos de função são servidores de carreira da própria regional, os quais são indicados pelo Superintendente Regional e nomeados pelo Presidente da empresa

#### QUADRO 11.5.4– QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>		<b>2</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>16</b>
1.1. Servidores de Carreira		2	42	43	16
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>		<b>3</b>	<b>2</b>	<b>23</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Carreira		3	2	23	2
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitados					
<b>3. Totais (1+2)</b>		<b>5</b>	<b>44</b>	<b>66</b>	<b>18</b>

FONTE: DIGEP/SUGEP

Objetivando minimizar os efeitos pela redução da força de trabalho (aposentadoria, PDVIs etc.)

decorrentes da concentração de pessoas com idade na faixa de 51 a acima de 60 anos, a empresa realizou no período de 2004 a 2012 3 concursos públicos visando a admissão de novos servidores. Saliente-se que no concurso realizado no exercício de 2012 a SUREG-PR não foi contemplada com a admissão de novos empregados.

**QUADRO 11.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		2	4	14	11	12	41	1	10
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
2.1. Cargos de Carreira					9		11		10
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)									
2.3. Requisitado									
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>52</b>	<b>1</b>	<b>20</b>

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade				
	10	11	12	13	14
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Em Cargo de Carreira	6	2	0		
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Carreira					
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: DIGEP/SUGEP

LEGENDA: NÍVEL DE ESCOLARIDADE						
1 - Analfabeto	2 – 4ª série incompleta	3 – 4ª série completa	4 – 5ª a 8ª série incompleta	5 – 1º grau completo	6 – 2º grau incompleto	7 – 2º grau completo
8 – superior incompleto	9 – superior completo	10 – pós graduação	11 - mestrado	12 - doutorado	13 - PHD	14 – mestrado sem defesa de tese

Da análise das informações destacadas no quadro acima, salientamos que os níveis de escolaridade destacados referem-se aos quais os empregados foram enquadrados, originalmente, no Plano de Cargos e Salários.

Porem, se considerarmos a qualificação através da análise curricular, existe um distanciamento considerável, tendo em vista os normativos em vigor vedarem a ascensão pelo cursos realizados após o seu enquadramento, mas, sim, somente através da participação em concursos públicos.

**Composição do quadro de estagiários**

**QUADRO 11.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>76.625,71</b>
1.1 Área Fim	10	6	9	9	76.625,71
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>63.871,80</b>
2.1 Área Fim	7	6	7	6	52.163,83
2.2 Área Meio	1	1	2	2	11.707,97
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>140.497,51</b>

FONTE: GEFAD/SEREH

**Custos associados à manutenção dos recursos humanos**

**QUADRO 11.5.7– QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL - EXERCÍCIOS DE 2010 A2012**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>										
Exercícios	2010	8.449.327,95		12.244,64	254.770,00	1.281.221,94		285.353,77		<b>10.282.918,30</b>
	2011	9.136.955,55		13.358,16	324.158,00	1.306.914,30				<b>10.781.386,01</b>
	2012	9.140.401,50		13.285,80	279.721,00	1.373.858,11		237.625,86		<b>11.044.892,27</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2010	226.019,02			4.050,00	59.271,04		3.986,38		<b>293.326,44</b>
	2011	276.390,76				88.044,30				<b>364.435,06</b>
	2012	308.761,08				87.884,50		8.428,50		<b>405.074,08</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>										
Exercícios	2010	3.630.855,38		1.530.345,12	58.278,00	484.593,64		169.468,94		<b>5.873.541,08</b>
	2011	4.832.926,04		1.633.668,36	25.786,00	560.351,20		42.643,70		<b>7.095.375,30</b>
	2012	7.730.983,36		1.738.563,48	170.002,00	739.533,82		203.724,14		<b>10.582.806,80</b>
<b>TOTAL</b>										
Exercícios	2010	<b>12.306.202,35</b>		<b>1.530.345,12</b>	<b>12.244,64</b>	<b>317.098,00</b>	<b>1.825.086,62</b>		<b>458.809,09</b>	<b>16.449.785,82</b>
	2011	<b>14.246.272,35</b>		<b>1.633.668,36</b>	<b>13.358,16</b>	<b>349.944,00</b>	<b>1.955.309,80</b>		<b>42.643,70</b>	<b>18.241.196,37</b>
	2012	<b>17.180.145,94</b>		<b>1.738.563,48</b>	<b>13.285,80</b>	<b>449.723,00</b>	<b>2.201.276,43</b>		<b>449.778,50</b>	<b>22.032.773,15</b>

FONTE: DIGEP/SUGEP

OBSERVAÇÕES: Estão inseridos no quadro de Custos as rubricas remuneratórias e benefícios/vantagens

- Vencimentos e Vantagens: proventos fixos
  - Gratificações: Funções Gratificadas/Jetons
  - Adicionais: Insalubridade, Periculosidade e Adicional de Transferência
  - Indenizações: Diárias
  - Benefícios Assistências e Previdenciárias: Auxílio Alimentação, Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, Assistência Pré Escolar, Auxílio Escola, Vale Transporte, Salário Família, Auxílio aos Portadores de Deficiência e Necessidade Especiais e Auxílio Funeral.
  - Despesas Exercícios Anteriores: Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011
- Não constam os Encargos Sociais (FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, SENAC, SESC, SEBRAE, etc)

A evolução das despesas no período de 2010 a 2012, em termos percentuais e por ordem decrescente, são: Indenizações (41,82%), Vencimentos e Vantagens Fixas (39,61%), Benefícios Assistenciais e Previdenciários (20,61%) e Gratificações (13,61%).

Destacamos, abaixo, em termos percentuais, os dispêndios com os “Servidores Cedidos com Onus ou em Licença” e “Ocupantes de Funções Gratificadas” em relação ao total das despesas realizadas, a saber:

Exercícios	Servidores Cedidos com Onus ou em Licença	Ocupantes de Funções Gratificadas
2010	1,78	36,70
2011	2,00	38,90
2012	1,84	48,03

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

**QUADRO 11.5.8 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional do Paraná															
UG/Gestão: 135265 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0052-20					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	026/2009	03.495.870/0001-77	30/12/09	30/12/14				4			A		4
2012	V	E	007/2012	13.749.888/0001-01	04/05/12	03/11/12		4		4			E		8
2008	V	O	007/2008	03.495.870/0001-77	01/05/08	30/04/14		4		4			A		8
2008	V	O	008/2008	85.446.813/0001-62	01/08/08	31/07/13		3					A		3
2008	V	O	035/2008	77.998.912/0001-29	31/12/08	31/12/13		2		2			A		4
2007	V	O	027/2007	85.446.813/0001-62	07/11/07	06/11/13		2		2			A		4
2012	L	O	012/2012	07.228.643/0001-36	02/07/12	01/07/17		5					A		5
2011	L	O	025/2011	80.275.290/0001-15	26/10/11	25/10/16		1					A		1
2011	L	O	002/2011	10.405.110/0001-97	11/02/11	10/02/16		1					A		1
2009	L	O	001/2009	07.990.946/0001-91	09/02/09	08/02/14		1					A		1
<b>TOTAIS</b>									23		16				39
<b>Observações:</b>															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

FONTE:GEFAD/SETAD

**QUADRO 11.5.9 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante														
Nome:														
UG/Gestão:										CNPJ:				
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	9	0	027/2009	03.514.206/0001-28	30/12/09	30/12/11					6		2	E
<b>Observações: Contrato encerrado e não renovado em 30.12.2011</b>														
<b>LEGENDA</b>														
<b>Área:</b>							<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
1. Segurança;							<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
2. Transportes;							<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
3. Informática;							<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
4. Copeiragem;														
5. Recepção;														
6. Reprografia;														
7. Telecomunicações;														
8. Manutenção de bens móveis;														
9. Manutenção de bens imóveis;														
10. Brigadistas;														
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;														
12. Outras														

FONTE:GEFAD/SETAD

### Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

A CONAB se utiliza do Sistema de Avaliação e Registro de Admissão e Concessões – SISAC, no qual foi registrado, no exercício de 2012, a demissão de apenas um empregado.

Saliente-se, ainda, que a CONAB é regida pelo regime CLT, e no exercício de 2012 não ocorreu concessão de aposentadoria e pensões.

### Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

O fato dos empregados da CONAB serem contratados pelo regime CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade

### Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

1	<b>Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	NIHIL	NIHIL	NIHIL
<b>Análise:</b> Nos exercícios sob análise não ocorreram nenhum fato				
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	99,22	NIHIL	99,22
<b>Análise:</b> No exercício de 2011 não foi realizado exames periódicos				
3	<b>Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	1,6	0,76	NIHIL
<b>Análise:</b> Os fatos ocorreram nas Unidades Armazenadoras				
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	16	15,9	17,6
<b>Análise:</b> A variação de 2 empregados ocorrida no período de 2010 a 2012 deve-se a cessão de 1 empregado para a Universidade Federal do Paraná e a concessão de uma licença sem vencimento				

### 11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

**Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.**

**SOB A JURISDIÇÃO DA SUREG-PR INEXISTE SERVIDORES QUE SE ENQUADREM NO ACIMA REQUERIDO**

### 11.7. Previdência Complementar (CIBRIUS)

**Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU - Brasília).

**Identificação da Unidade (Entidade)**

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela CONAB (Patrocinadora - Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

**Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012** (com valores referentes ao mês de competência)

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição dos Empregados	Participação %
SUREG-PR	77	677.912,70	4,47%
<b>CONAB</b>	<b>1.539</b>	<b>15.179.741,18</b>	<b>-</b>

**Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012** (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições PATRONAIS	Participação %
SUREG – PR	77	668.152,20	4,40%
<b>CONAB</b>	<b>1.537</b>	<b>15.173.095,79</b>	<b>-</b>

**Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS**

UF	Quantidade de Participantes Assistedos	Valor Pago dos Benefícios	Participação %
SUREG – PR	58	971.939,38	4,26%
<b>CONAB</b>	<b>1.317</b>	<b>22.824.464,73</b>	<b>-</b>

**Resultado financeiro do CIBRIUS**

(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

**Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral  
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012**

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

**Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU – Brasília).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

**Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU - Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de

participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);

•o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do CIBRIUS e da CONAB quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

*Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:*

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do CIBRIUS.”*

*Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”*

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da CONAB no PPA

**QUADRO 12.1.1 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ**

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Obs,
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido	498.240	46.657	100.000.000,00	36.142.275,04	1
		011F	2829 - Recuperação Rede Própria	Unid Modernizada	4	5	1.164.943,26	224.741,01	2
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	300	520	150.000,00	67.507,68	3
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	3.313	4.095	451.502,00	115.077,75	4
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	80.000,00	58.489,47	5
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento Pessoal Ativo	Não tem	não tem	não tem	4.800.000,00	4.726.290,88	6
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	não tem	não tem	5.000.000,00	4.502.128,99	7
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	420	414	460.000,00	456.499,47	8
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	130	12	50.000,00	55.177,81	9
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	125	129	780.000,00	778.242,36	10
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	350	329	50.000,00	45.340,49	11
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	não tem	não tem	900.000,00	824.540,15	12
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	não tem	não tem	646.500,00	646.441,70	13

FONTE: DIAFI/SUPOR/GEARE E SIAFI

**OBS: de 1 a 13 vide demonstrativos abaixo**

Natureza da Despesa	Observações							
	1	2	3	4	5	6	7	8
319008						4.034,57		
319011						619.792,24		
319013						869.508,38		
319094						32,74		
319113						3.232.922,95		
339014			27.973,50	61.376,00	28.117,90		80.940,00	
339030		59.099,95	8.674,40	10.051,92	10.214,36		430.561,77	
339033			30.809,78	43.507,33	20.117,21		99.033,22	
339036							4.350,00	95.271,16
339037							1.614.985,77	
339039		160.965,06	50,00	142,50	40,00		1.939.524,51	336.307,39
339047							96.797,74	
339093							54.563,69	5.665,00
339139							17.931,60	
339147							147.257,19	19.255,92
459052		4.676,00					16.183,50	
459062	36.102.484,33							
459162	39.790,71							
<b>TOTAIS</b>	<b>36.142.275,04</b>	<b>224.741,01</b>	<b>67.507,68</b>	<b>115.077,75</b>	<b>58.489,47</b>	<b>4.726.290,88</b>	<b>4.502.128,99</b>	<b>456.499,47</b>

Natureza da Despesa	Observações				
	9	10	11	12	13
319067					646.441,70
319091				810.490,54	
339014			18.245,00		
339030			190,14		
339033			13.658,35		
339036	843,48				
339039	54.334,33	778.242,36	13.137,00		
339091				14.049,61	
339093			110,00		
<b>TOTAIS</b>	<b>55.177,81</b>	<b>778.242,36</b>	<b>45.340,49</b>	<b>824.540,15</b>	<b>646.441,70</b>

**Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores**

As metas e objetivos na programação e planejamento da CONAB são estabelecidas pelos órgãos da Matriz, bem como as suas prioridades.

Pelo fato desta SUREG-PR atuar como mera executora do estabelecido pelos órgãos da Matriz, depende daqueles órgãos de autorizações específicas para executar as tarefas de cada ação.

Saliente-se que apenas na ação 2130 – Formação de Estoques Públicos, esta SUREG-PR opina sobre a oportunidade, considerando a conjuntura de mercado de cada produto, da intervenção da CONAB no mercado, porém, sempre na dependência dos órgãos da Matriz e dos repasses dos respectivos recursos necessários para custearem a execução das respectivas operações (compras, fiscalizações, remoções, etc)

Destaque-se que parte da ação de Fiscalização de Estoques objetivam, também:

1. avaliar os estoques de produtos a serem adquiridos, e
2. efetivar as vistorias nos armazéns a serem cadastrados e avaliar as condições dos mesmos para liberação dos seus credenciamentos.

O apontado motivaram as reduções nos custos para a execução das tarefas afetas às ações 2137 e 4702.

**Indicadores de desempenho institucionais**

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3,4,5,6 e 7

**Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação**

**QUADRO 12.1.2 – AÇÕES DE OUTROS ÓRGÃOS EXECUTADAS PELA UJ**

Programa	Ação	Valor
2014 (SPA-Mapa)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	
2105 (MAPA)	2000 - Adm Unidade (safra café)	
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	590.535,93
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	27.321.477,29
	2802 - Oper Aquisição alimentos	387.051,27
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	5.427.459,58
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	229.145,08
	<b>Total</b>	<b>33.955.669,15</b>
2034 (Seppir-PR)	6440 - Desenvolvimento quilombo	*

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

OBS.: (\*). Foram entregues 13.600 kg de alimentos a 100 famílias, através de 500 atendimentos.

A seguir breve análise das Ações:

### Fiscalização do Seguro Rural

Termo de Cooperação entre a CONAB e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

Devido ao grande volume de apólices e indisponibilidade de pessoal da SUREG-PR, a operação foi realizada por fiscais lotados na SUFIS (órgão da Matriz) e nas SUREG's do Maranhão, Espírito Santo e São Paulo.

Assim, a SUREG-PR não teve desembolso de recursos orçamentários e financeiro.

### Levantamento da Safra de Café

No âmbito do Estado do Paraná o levantamento da safra de café é realizada pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, através do Departamento de Economia Rural – DERAL, conforme “Carta de Acordo” firmada pelo “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”, CONAB (Matriz) e aquela Secretaria.

Os recursos para custearem as atividades decorrentes serão repassados pelo PNUD à CONAB (Matriz) que os transferirá, diretamente, ao DERAL.

Assim, a SUREG-PR não participa, em momento algum, da execução do programa, cuja responsabilidade pela coordenação da execução e suprimento dos recursos e prestação de contas é da CONAB (Matriz)

Para maiores informações sobre o levantamento acessar o link

[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_12\\_20\\_16\\_01\\_51\\_boletimcafe\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_20_16_01_51_boletimcafe_dezembro_2012.pdf)

### Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela CONAB através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos - PAA.

## 12.2. Restos a Pagar

**Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

**QUADRO 12.2.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIOS 2007 A 2011**

Ano do Empenho	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2007	2.517,37		2.517,37	0,00
2008	338,04		338,04	0,00
2009	18.642,82		3.612,00	15.030,82
2010	22.450,78		1.519,46	20.931,32
2011 (*)	842.313,63	-45,38	718.427,11	123.931,90
Restos a Pagar não Processados				
Ano do Empenho	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011 (*)	5.318.987,23	-2.378.057,04	2.919.679,80	23.250,39

FONTE: DIAFI/SUCON

OBSERVAÇÕES: (\*) Em sua maioria trata-se de despesas com armazenagem e sobretaxa de produtos vinculados a PGPM e Mercado de Opção

(\*\*) Parte refere-se a aquisição de trigo (1.500.000,00) e o saldo destina-se, na sua maioria, a despesas com armazenagem e sobretaxa de produtos vinculados a PGPM e Mercado de Opção

**Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência**

### 12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

**VER ANEXO I – PÁG 117**

### 12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

**Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros**

#### QUADRO 12.7.1 – BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
<b>UF PR</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	Os armazéns de Francisco Beltrão e de Curitiba estão destinados a venda, conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária do CONAD, realizada em 24.02.2010 e de 19.12.2012, respectivamente
Curitiba	2	2	
Francisco Beltrão	1	1	
Cambé	1	1	
Ponta Grossa	2	3	
Apucarana	1	1	
Rolândia	1	1	

Fonte: Diafi/Supad

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

**Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.**

**Quadro 13.1.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Análise Crítica:</p> <p>AMBIENTE DE CONTROLE: Embora se reconheça a existência de Controles, os mesmos estão dispersos em vários documentos o que dificulta a consulta e se avaliar a interatividade e a integração dos mesmos, assim, necessário se faz consolidá-los em manuais.</p> <p>AVALIAÇÃO DE RISCOS: Considerando que a SUREG realiza as operações por demanda, isto é, por autorizações e orientações exaradas pelos órgão da Matriz, o que motiva a dificuldade de se avaliar, previamente, os possíveis riscos decorrentes, embora, previne-se que fatos ocorridos em épocas anteriores não se repitam.</p> <p>INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO: A baixa graduação destacada para os sub itens deve-se, basicamente, a falta e/ou deficiência dos sistemas de TI</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					
<p>FONTE: GERÊNCIAS DA SUREG-PR</p>					

### 13.2. Deliberações do TCU e CGU

**Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.**

**VIDE INFORMAÇÕES NO ANEXO II – FOLHAS 135**

### 13.3. Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito o acompanhamento dos resultados de seus trabalhos:

- a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
- b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
- d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A SUREG não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

## **Estrutura da Auditoria Interna – AUDIN da CONAB**

### **Orientação Normativa e Supervisão Técnica**

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da CONAB - CONAD e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/CONAD nº 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a AUDIN atende e se relaciona com o Conselho de Administração da CONAB e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a AUDIN está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da CONAB, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

### **Competências Regimentais e Estrutura Organizacional**

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da AUDIN foram assim delineadas:

I - Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;

II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;

III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;

IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar

em que a CONAB figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;

V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;

VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da CONAB;

VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;

VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;

IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;

X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;

XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a AUDIN conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – GEDOP, a Gerência de Auditoria – GEAUD e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – GENOP, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica AUDIN n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da CONAB (Voto PRESI n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução CONAD n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – GEAUD.

### **Estrutura de Recursos Humanos da AUDIN**

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da CONAB, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da CONAB.

Para a execução de suas atividades, a AUDIN conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a AUDIN enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da CONAB, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a AUDIN apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI AUDIN n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

### **Manual de Auditoria interna – MAI**

As atividades de Auditoria Interna da CONAB são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto PRESI n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da AUDIN, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

### **Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI**

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do SIAUDI (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UNB) para uso interno.

Em face destas demandas, a CONAB encaminhou Ofício DIPAI n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter-institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do SIAUDI para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na CONAB um novo SIAUDI, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAIN, inclusive.

### **Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da AUDIN**

#### **Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria**

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema SIAUDI, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela AUDIN recebem acompanhamento sistemático via sistema SIAUDI. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução CONAD n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

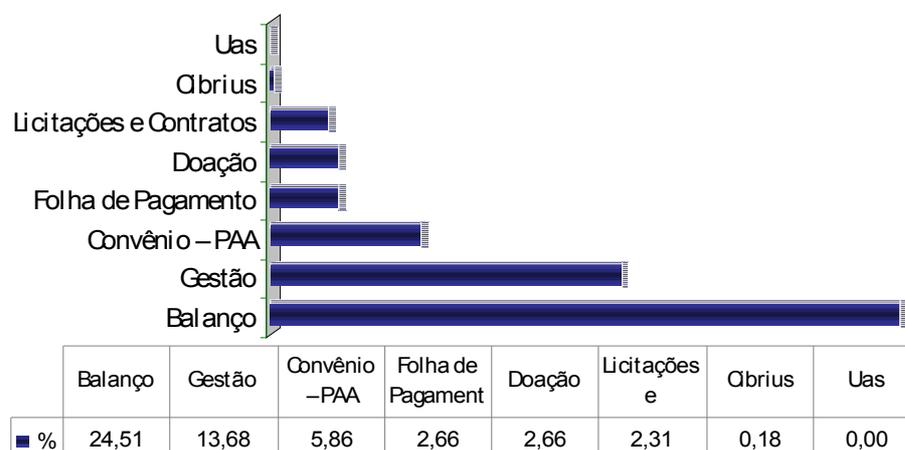
Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Gráfico 1

**Percentual das recomendações por ação de auditoria/ 2012**



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

**Tabela 1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012**

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço
Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema SIAUDI, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

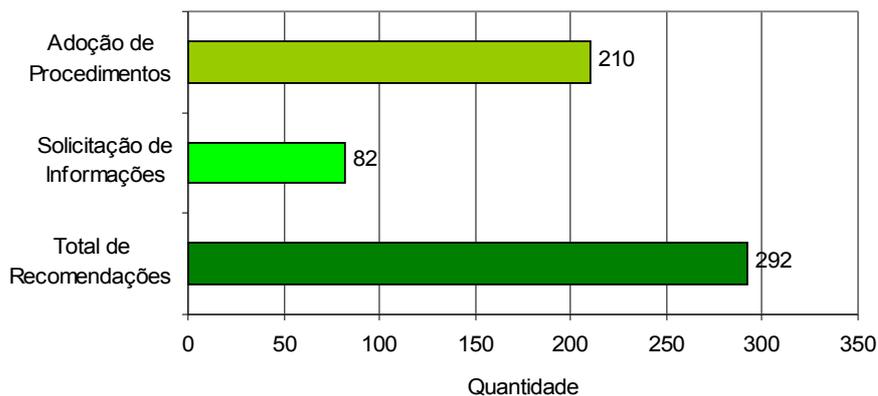
Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

**Quadro 1 – Descrição das Categorias**

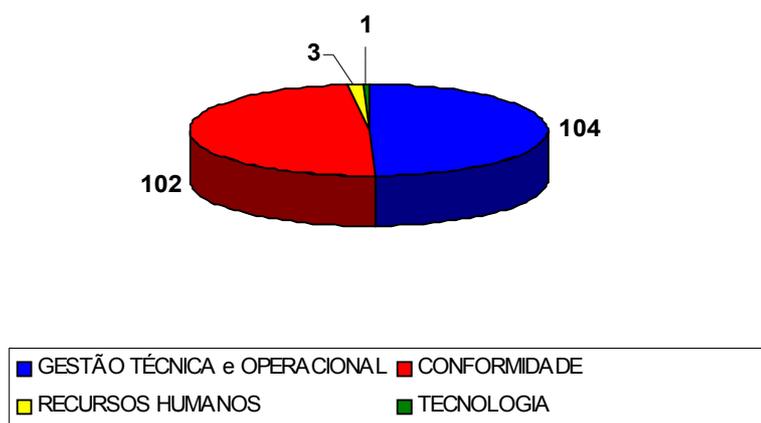
CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados;</li> <li>• Falhas na execução das atividades;</li> <li>• Falhas na documentação e instrução de processos;</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de normas internas;</li> <li>• Descumprimento de leis, normas ou regulamentos;</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiências de qualificação e capacitação;</li> <li>• Estrutura Organizacional</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência ou deficiência de sistemas;</li> <li>• Infraestrutura (equipamentos);</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operacional;</li> <li>• Administrativa.</li> </ul>

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

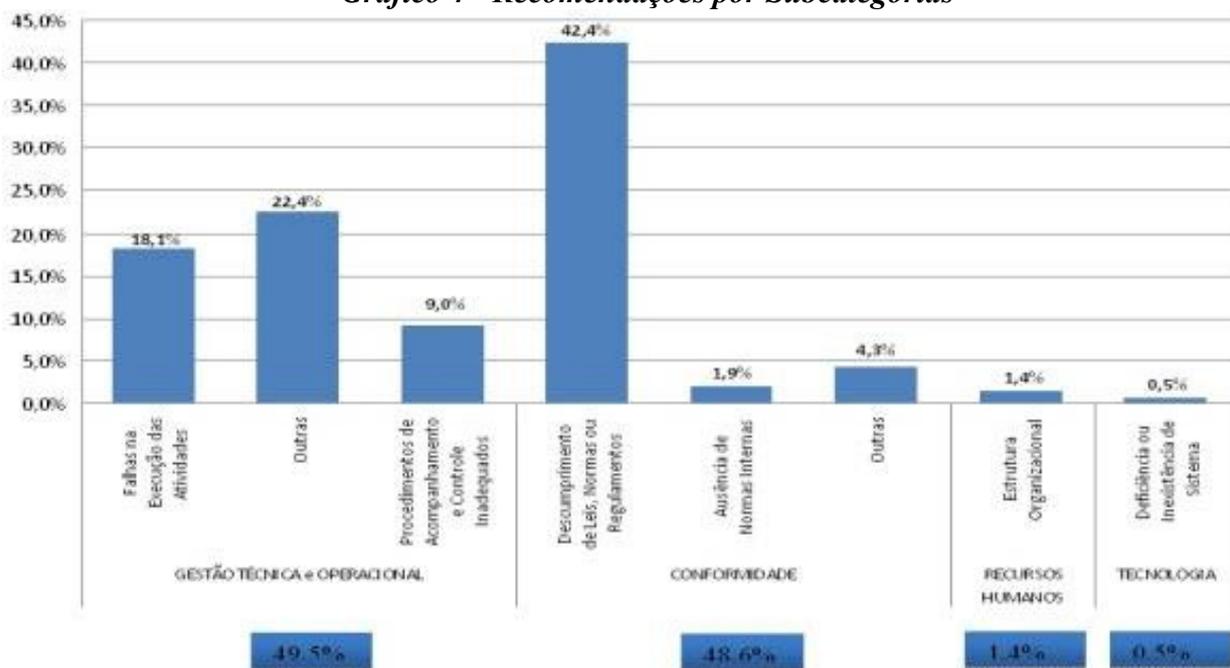
**Gráfico 2 - Quantidade de Recomendações por Tipo**



**Gráfico 3 - Quantidade de Recomendações por Categoria**



**Gráfico 4 - Recomendações por Subcategorias**



### **Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da AUDIN**

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da AUDIN é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da AUDIN (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica AUDIN n.º 16/2012.

### **Resultados e Conclusões**

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do Paraná, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado no item “Introdução”, bem como pela escassez crônica de recursos humanos, dos limites orçamentários, com destaque, para a recuperação e modernização das Unidades Armazenadoras. Ações estas de competência dos órgãos da Matriz para mitigar tais obstáculos.

Brasília, 31 de maio de 2013.

## ANEXO I - Demonstrações Contábeis

## Balço Patrimonial

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69

OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Demonstração do Resultado do Exercício**

<b>DETALHAMENTO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63

Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Demonstração do Valor Adicionado**

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

### Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei

das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

### **Nota 3 – Alterações na Legislação Societária**

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

### **Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

*a) Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

*b) Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

*c) Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*c.1) Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

*c.2) Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da CONAB, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) *Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem*: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) *Almoxarifado*: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) *Investimentos*: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a CONAB não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) *Seguros*: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) *Imobilizado*: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) *Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”)*: No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) *Benefícios a Empregados*: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) *Ajustes de Exercícios Anteriores*: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### *l) Reconhecimento da Receita:*

*l.1) Apuração do Resultado*: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da CONAB, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

*l.2) Diferimento de Receitas*: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de

R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

*m) Provisões para Contingências:* Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

*n) Regime de Tributação:* Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

### Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
	ICMS a Compensar	254.178
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

### Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

### Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

#### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>158.990</b>	<b>197.502</b>

Em R\$ mil

**b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

**Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

**a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

**b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

**Nota 11 – Recursos Vinculados**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

**Nota 12 – Bens de Estoques**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra

Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

#### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

#### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do

endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

#### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

#### Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

##### *Passivo Contingente – Provável*

A CONAB é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

Em R\$ mil

##### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de

classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto CONAB de Seguridade Social - CIBRIUS, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

Em R\$ mil

### **Ativo Contingente – Provável**

A CONAB é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- *Cível*: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

Em R\$ mil

### **Nota 16 – Operações de Crédito**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à CONAB, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

### **Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

### Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a CONAB está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

### Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

### Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) *Reserva Legal*: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) *Reserva de Retenção do Lucro*: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

### Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

**Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados****a) Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios CONAB, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da CONAB, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A CONAB, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora CONAB, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

**b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS**

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a CONAB oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela CONAB e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a CONAB gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil,

beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

**Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

**Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica**

*a) Programa de Revitalização – PNUD*

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da CONAB objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da CONAB (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da CONAB (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

Em R\$ mil

*b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

**Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.**

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

ANEXO II

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.



**Tribunal de Contas da União**  
 Secretaria de Controle Externo - PR  
 Endereço: Rua Dr. Faivre, nº 105 - Centro - 80.060-140 - Curitiba / PR  
 email: secex-pr@tcu.gov.br

OFÍCIO N.º 1401/2012-TCU/SECEX-PR  
 NATUREZA: NOTIFICAÇÃO DE DETERMINAÇÃO

DATA: 4/12/2012  
 PROCESSO: TC 002.707/2012-8

À **Superintendência Regional da Conab no Paraná**  
**Sr. Luiz Carlos Vissoci**  
**Superintendente Regional**  
 Rua Mauá, nº 1116 - Alto da Glória  
 80.030-200 - Curitiba - PR

Senhor Superintendente Regional,

Notifico a Superintendência Regional da Conab no Paraná, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 7185/2012 - TCU - Primeira Câmara, Sessão de 27/11/2012, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo TC 002.707/2012-8, que trata da Prestação de Contas da **Superintendência Regional da Conab no Paraná**, referente ao exercício de 2010.

2. Encaminho cópia do referido acórdão para que seja dado conhecimento aos demais responsáveis arrolados na presente deliberação e sejam adotadas, no prazo de 60 (sessenta dias), contados do recebimento desta notificação, as medidas previstas nos itens 1.7 a 1.7.38 (constantes do Anexo I).

3. Informo que o não cumprimento de determinação deste Tribunal poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, inciso VII, § 3º, do Regimento Interno/TCU.

4. Para subsidiar a resposta, segue, em anexo, cópia da peça Excerto (29/11/2012) do processo TC 002.707/2012-8.

5. Por fim, solicito atenção para as informações complementares contidas no Anexo II, as quais integram o presente ofício.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

LUIZ GUSTAVO GOMES ANDRIOLI

Secretário de Controle Externo



Quando do atendimento da presente comunicação, favor referenciar, com o devido destaque, as informações sobre os números do processo e do ofício, respectivamente.  
 Atendimento ao público externo: dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

ist

Para verificar as assinaturas, acesse [www.tcu.gov.br/autenticidade](http://www.tcu.gov.br/autenticidade), informando o código 49476209.



## Tribunal de Contas da União

CONTINUAÇÃO do OFÍCIO N.º 1401/2012-TCU/SECEX-PR

FL. 2 de 6

## ANEXO I – DETERMINAÇÕES À CONAB/PR

*“1.7. Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento - Superintendência Regional no Estado do Paraná – Sureg/PR – que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação desta deliberação, apresente a este Tribunal as providências adotadas com vistas ao cumprimento do contido no Relatório de Auditoria da CGU n.º 201109409, por meio do qual foi recomendando à Conab/PR que:*

*1.7.1 interaja com a Conab/matriz no sentido de agilizar a regularização documental do imóvel Apucarana III, localizado no Município de Apucarana/PR, caso mantenha interesse em continuar na sua posse, bem como a atualização cadastral no SPIUnet;*

*1.7.2 atenda, em tempo hábil, em relação à ausência de ateste no DANFE, às exigências regulamentares previstas nas autorizações de doação de produtos, mormente a oposição de ateste nas notas fiscais ou DANFES;*

*1.7.3 no tocante ao não atendimento ao procedimento padrão relativo à abertura e manutenção de contas no Banco do Brasil, considerando que as operações são realizadas pelas Superintendências da Conab em qualquer unidade da federação, que as informações prestadas pela Sureg-RS, datada de 17/09/2010, no sentido de que o Banco do Brasil não estava atendendo ao Convênio em tempo hábil, e que a orientação da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar - SUPAF – Conab/matriz, datada de 30/11/2009, para que as Superintendências com o mesmo problema adotassem os procedimentos anteriores, ou seja, disponibilização da conta pela própria proponente, seja adotada providências junto à Conab/matriz visando obter do Banco do Brasil as justificativas para a situação relatada;*

*1.7.4 no que se refere à entrega do produto após prazo de validade da Autorização para Doação de Produtos – ADP, instrua os processos de doação com informações suficientes e necessárias para respaldar as vigências das entregas dos produtos, visando evitar o descumprimento dos prazos previstos nas ADPs;*

*1.7.5 no que se refere à entrega do produto após prazo de validade da Autorização para Doação de Produtos – ADP, elabore planejamento visando identificar se as quantidades solicitadas pelos proponentes são adequadas às necessidades apresentadas;*

*1.7.6 quanto à ausência de padronização de procedimentos relativos à elaboração da CPR/Estoque no âmbito da CPR RS/2010/01/0148 e da CPR 41.3.0.153, diante da ausência de controle demonstrada no caso da numeração da CPR RS/2010/01/0148, que adote mecanismos adequados e efetivos de controle;*

*1.7.7 quanto à ausência de rotinas padronizadas de atividades envolvendo as operações de formação de estoque e compra direta da agricultura familiar com doação, crie rotinas e mecanismos operacionais que viabilizem a correta e adequada instrução dos processos, acompanhe o cumprimento das tarefas, bem como monitore o funcionamento das rotinas e mecanismos implementados visando ao seu aperfeiçoamento;*

*1.7.8 em relação à ausência da comprovação de existência da Cédula do Produtor Rural – CPR, indicada na guia de pagamento, que apresente elementos materiais que comprovem suas alegações, ou*

Nossa Missão: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.  
Nossa Missão: Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.



## Tribunal de Contas da União

CONTINUAÇÃO do OFÍCIO N.º 1401/2012-TCU/SECEX-PR

FL. 3 de 6

*seja, que a CPR 41.3.015, indicada na guia de pagamento 10 e ordem bancária 20100B802028, se trata do mesmo documento CPR RS/2010/01/0148;*

*1.7.9 em relação à ausência da comprovação de existência da Cédula do Produtor Rural – CPR, indicada na guia de pagamento, diante da ausência de controle demonstrada no caso da numeração da CPR RS/2010/01/0148 e da CPR 41.3.0.153, adote mecanismo mais efetivo e adequado de controle;*

*1.7.10 quanto à divergência na comprovação dos beneficiários da doação e dos locais de entrega dos produtos, esclareça por meio de documentos hábeis as divergências apontadas, comprovando o verdadeiro beneficiário da doação bem como do local de entrega dos produtos;*

*1.7.11 quanto à divergência na comprovação dos beneficiários da doação e dos locais de entrega dos produtos adote, doravante, medidas visando instruir os processos de forma a dar a devida transparência dos atos praticados, envolvendo as operações de formação de estoque e doação de produtos;*

*1.7.12 quanto à divergência na comprovação dos beneficiários da doação e dos locais de entrega dos produtos adote mecanismos que viabilizem a identificação dos verdadeiros beneficiários e dos locais de entrega dos produtos doados, de preferência, como condição para a realização da doação, a fim de garantir a eficácia do programa;*

*1.7.13 no tocante à destinação indevida de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por meio de doação, comprove a efetiva utilização pela Escola Milton Santos dos produtos doados, caso contrário, apure responsabilidade dos agentes que direta ou indiretamente deram causa à doação indevida e, conseqüentemente, ao desvirtuamento de finalidade da doação e do desperdício de recursos públicos;*

*1.7.14 no tocante à destinação indevida de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por meio de doação, instrua os processos com planejamento prévio da beneficiária, contendo, no mínimo, a identificação dos destinatários finais, quantidades formalmente demandadas por eles;*

*1.7.15 que todas as Unidades da Sureg/PR indiquem nas notas fiscais, qualquer que seja a modalidade de contratação, os números dos contratos, das Cédulas de Produto Rural, bem como dos respectivos processos administrativos, a fim de evitar ocorrência de prejuízos ao erário;*

*1.7.16 estabeleça rotinas padronizadas e/ou desenvolva manuais operacionais envolvendo as atividades de geração, preenchimento e encaminhamento de documentos, inclusive com as atribuições de responsabilidades, bem como os implemente mediante a distribuição dos materiais e a realização de treinamentos aos respectivos agentes executores a fim de garantir a veracidade e integridade das informações;*

*1.7.17 promova ações no sentido de conscientizar os agentes responsáveis, direta e indiretamente, pelas informações que compõem os documentos gerados pelos setores administrativo, financeiro e contábil da unidade, acerca da importância da utilização das orientações padronizadas, alertando-os inclusive sobre a responsabilização pela prática dos atos;*

Nossa Missão: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.  
Nossa Visão: Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.



## Tribunal de Contas da União

CONTINUAÇÃO do OFÍCIO N.º 1401/2012-TCU/SECEX-PR

FL. 4 de 6

*1.7.18 estabeleça rotinas padronizadas e/ou desenvolva manuais operacionais, inclusive com atribuições de responsabilidades, bem como implemente mecanismos de controle das atividades inerentes às áreas de licitações e contratos e de procedimentos formais deles decorrentes, envolvendo os diversos setores, gerências e unidades da Sureg/PR com deficiência de controles internos;*

*1.7.19 promova ações no sentido de conscientizar os agentes responsáveis pela execução das atividades apontadas acerca da importância na utilização das orientações padronizadas, alertando-os inclusive sobre a responsabilização pela prática dos atos;*

*1.7.20 faça o planejamento das licitações no sentido de garantir a participação de um maior número de interessados no certame. Em caso de impossibilidade, que fundamente no processo os motivos que resultaram na limitação do raio de atendimento, contendo informações e dados suficientes para demonstrar os benefícios para a administração, como, por exemplo, o custo/benefício da limitação do raio de abrangência em face das variáveis inerentes ao objeto, aquisição de combustíveis, tais como: distâncias dos postos de abastecimento, quilometragens rodadas para abastecimento etc;*

*1.7.21 promova ações no sentido de conscientizar os agentes responsáveis, direta e indiretamente, na elaboração de certames acerca da importância em observar as exigências contidas em editais quando da habilitação de empresa em relação à situação econômica e financeira e ao registro do balanço patrimonial na Junta Comercial apresentado pela empresa participante em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;*

*1.7.22 realize estudos e pesquisas prévios à licitação para aquisição de combustíveis, visando atender às regras contidas na ON/NAJ 04, de 17/03/2009, e assim garantir a situação mais vantajosa para a administração;*

*1.7.23 no Contrato n.º 010/2010, celebrado em 11/05/2010, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 008/2010 realizado em 13/04/2010, promova o ressarcimento do débito apurado (R\$ 1.918,92) e adote providências para apurar todos os valores pagos indevidamente ao fornecedor pela aquisição de combustíveis por preços superiores aos estabelecidos no instrumento convocatório e pela ausência do desconto ofertado;*

*1.7.24 crie mecanismos de controle visando garantir que os contratos estejam plenamente vinculados, em todos os seus termos, às exatas previsões e exigências constantes dos editais de licitação e termos de referência, mormente aquelas fundamentais que refletem o próprio objetivo do certame que é a garantia do menor preço;*

*1.7.25 no Contrato n.º 010/2010, celebrado em 11/05/2010, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 008/2010 realizado em 13/04/2010, promova a apuração de responsabilidades, em relação aos valores pagos indevidamente;*

*1.7.26 promova a apuração do montante de recursos públicos empregados na aquisição de combustíveis usados no abastecimento de veículos particulares e faça o devido ressarcimento;*

*1.7.27 promova articulação da Conab com o MDS e o INCRA, objetivando adequar e aprimorar os normativos que amparam o abastecimento de veículos a que se refere o Termo de Cooperação 07/2010*

Nossa Missão: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.  
Nossa Visão: Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.



## Tribunal de Contas da União

CONTINUAÇÃO do OFÍCIO N.º 1401/2012-TCU/SECEX-PR

FL. 5 de 6

*e outros instrumentos firmados entre eles, no tocante à execução do Plano de Trabalho 08.244.1049.2792.0001 — Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos;*

*1.7.28 promova a implementação de controles internos relacionados à conferência das placas dos veículos constantes nos documentos comprobatórios da despesa;*

*1.7.29 promova a apuração de responsabilidade sobre o montante de recursos públicos empregados na aquisição de combustíveis usados no abastecimento de veículos particulares;*

*1.7.30 que no contrato realizado com o fim de contratação de serviços de operação de máquinas, equipamentos e outros serviços, promova a revisão completa de todos os valores pagos indevidamente a título de adicionais de insalubridade e periculosidade, desde o início dos pagamentos, promovendo o ressarcimento dos valores ao erário junto à empresa contratada;*

*1.7.31 exija, da empresa contratada com fins de fornecimento de serviços de operações de máquinas, equipamentos e outros serviços, o cumprimento das cláusulas contratuais, mormente dos Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT);*

*1.7.32 no caso da empresa contratada, que pagou indevidamente adicionais de insalubridade e periculosidade, promova a apuração de responsabilidades em relação aos valores pagos desde o início dos pagamentos;*

*1.7.33 instrua todos os processos, inclusive nos casos de dispensa de licitação, com motivação e justificativa da necessidade da contratação;*

*1.7.34 adote providências no sentido de planejar as aquisições de combustíveis para atender às Unidades Armazenadoras, visando evitar a utilização de dispensa de licitação para aquisições que ultrapassem o limite previsto no art. 24, inciso II, e parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993;*

*1.7.35 formalize orientações no sentido de garantir a instauração de processos administrativos para todas as dispensas de licitação realizadas no âmbito da unidade contendo a fundamentação da contratação direta por meio de parecer técnico ou jurídico, bem como promova a sua divulgação obtendo a ciência dos agentes envolvidos com as respectivas atividades;*

*1.7.36 adote providências no sentido de garantir aos empregados e seus dependentes maior número de opções de profissionais na área da saúde, divulgando-as, a fim de evitar a utilização de profissionais sem cobertura contratual;*

*1.7.37 adote medidas visando garantir que os documentos que efetivamente demonstrem e comprovem a execução das despesas sejam enviados ou informados ao setor financeiro para pagamento;*

*1.7.38 adote medidas visando garantir que constem das respectivas faturas os números dos contratos de credenciamento e dos respectivos processos;”*

Nossa Missão: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.  
Nossa Visão: Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

**Tribunal de Contas da União**

CONTINUAÇÃO do OFÍCIO N.º 1401/2012-TCU/SECEX-PR

FL. 6 de 6

## ANEXO II – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) O Tribunal, em respeito ao princípio da ampla defesa, encontra-se à disposição, por meio de suas Secretarias, para prestar esclarecimentos a respeito de eventuais dúvidas ou sobre procedimentos a serem adotados, efetuar a atualização de dívida, em caso de condenação ao pagamento de débito e/ou multa, bem como conceder vista e cópia dos autos, caso solicitados.
- 2) É possível requerer vista eletrônica dos autos, por meio do Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br) > aba cidadão, serviços e consultas > e-TCU Processos > vista eletrônica de processos), exceto no caso de processos sigilosos. Para tanto, deve ser providenciado o credenciamento e a habilitação prévia do responsável e/ou do procurador, no endereço eletrônico mencionado.

Nossa Missão: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.  
Nossa Visão: Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

Para verificar as assinaturas, acesse [www.tcu.gov.br/autenticidade](http://www.tcu.gov.br/autenticidade), informando o código 49476209.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
 Excerto da Relação 35/2012 - TCU – 1ª Câmara  
 Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

MIN-JM  
 Fls. \_\_\_\_

### ACÓRDÃO Nº 7185/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis indicados no subitem 1.1.1., dando-lhes quitação, bem como julgar regulares as contas dos responsáveis relacionados no subitem 1.1.2., dando-lhes quitação plena, mandando fazer as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos e arquivando o processo.

#### 1. Processo TC-002.707/2012-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

##### 1.1. Responsáveis:

1.1.1. Contas julgadas regulares com ressalva: Lafaete Jacomel (169.424.429-68), Paulo Leandro Dieter (966.226.369-15), Mario Flor do Nascimento (189.718.819-68), Agnelo de Souza (558.194.009-68), e Valdecir Sassi (348.795.369-20)

1.1.2. Contas julgadas regulares: Wagner Gonçalves Rossi (031.203.258-72), Alexandre Magno Franco de Aguiar (518.753.224-34), Rogério Colombini de Moura Duarte (083.277.186-49), Amaury Pio Cunha (183.286.107-44), Rogério Luiz Zeraik Abdalla (836.180.409-97), Silvio Isopo Porto (412.961.840-72), José Gerardo Fontelles (002.361.283-53), José Menezes Neto (182.714.131-04), Maria das Graças Fontes (094.392.346-87), Edilson Guimarães (147.749.686-68), Guilherme Costa Delgado (291.169.028-15), Milton Elias Ortolan (335.658.998-91), Itamar Pires de Lima Junior (510.452.141-91), Rosimeire Lauretto (570.877.419-34), Roseclair Araujo Martins Noguchi (153.307.371-68), Leidi Mousquer de Oliveira da Graça (390.037.609-34), Evando Fernandes de Oliveira (058.227.501-68), Valmor Luiz Bordin (144.513.951-00), Leônidas Toledo Kaminski (391.004.999-00), José Segundo Bosqui (210.150.749-87), Vilson Gongora Ratuchiniak (324.425.809-34), Sérgio Roberto Piaskowski (404.115.249-68), Luiz Rosa (372.263.639-68), Jefferson Raspante (547.806.919-15), Antonio Paulo dos Santos (175.206.571-91), João Filon (274.072.419-53), Renato Carneiro de Paula (572.285.239-20)

1.2. Unidade: Superintendência Regional da Conab no Paraná

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento - Superintendência Regional no Estado do Paraná – Sureg/PR – que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação desta deliberação, apresente a este Tribunal as providências adotadas com vistas ao cumprimento do contido no Relatório de Auditoria da CGU nº 201109409, por meio do qual foi recomendando à Conab/PR que:

1.7.1 interaja com a Conab/matriz no sentido de agilizar a regularização documental do imóvel Apucarana III, localizado no Município de Apucarana/PR, caso mantenha interesse em continuar na sua posse, bem como a atualização cadastral no SPIUnet;

1.7.2 atenda, em tempo hábil, em relação à ausência de ateste no DANFE, às exigências regulamentares previstas nas autorizações de doação de produtos, mormente a aposição de ateste nas notas fiscais ou DANFES;



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Excerto da Relação 35/2012 - TCU – 1ª Câmara  
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

1.7.3 no tocante ao não atendimento ao procedimento padrão relativo à abertura e manutenção de contas no Banco do Brasil, considerando que as operações são realizadas pelas Superintendências da Conab em qualquer unidade da federação, que as informações prestadas pela Sureg-RS, datada de 17/09/2010, no sentido de que o Banco do Brasil não estava atendendo ao Convênio em tempo hábil, e que a orientação da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar - SUPAF – Conab/matriz, datada de 30/11/2009, para que as Superintendências com o mesmo problema adotassem os procedimentos anteriores, ou seja, disponibilização da conta pela própria proponente, seja adotada providências junto à Conab/matriz visando obter do Banco do Brasil as justificativas para a situação relatada;

1.7.4 no que se refere à entrega do produto após prazo de validade da Autorização para Doação de Produtos – ADP, instrua os processos de doação com informações suficientes e necessárias para respaldar as vigências das entregas dos produtos, visando evitar o descumprimento dos prazos previstos nas ADPs;

1.7.5 no que se refere à entrega do produto após prazo de validade da Autorização para Doação de Produtos – ADP, elabore planejamento visando identificar se as quantidades solicitadas pelos proponentes são adequadas às necessidades apresentadas;

1.7.6 quanto à ausência de padronização de procedimentos relativos à elaboração da CPR/Estoque no âmbito da CPR RS/2010/01/0148 e da CPR 41.3.0.153, diante da ausência de controle demonstrada no caso da numeração da CPR RS/2010/01/0148, que adote mecanismos adequados e efetivos de controle;

1.7.7 quanto à ausência de rotinas padronizadas de atividades envolvendo as operações de formação de estoque e compra direta da agricultura familiar com doação, crie rotinas e mecanismos operacionais que viabilizem a correta e adequada instrução dos processos, acompanhe o cumprimento das tarefas, bem como monitore o funcionamento das rotinas e mecanismos implementados visando ao seu aperfeiçoamento;

1.7.8 em relação à ausência da comprovação de existência da Cédula do Produtor Rural – CPR, indicada na guia de pagamento, que apresente elementos materiais que comprovem suas alegações, ou seja, que a CPR 41.3.015, indicada na guia de pagamento 10 e ordem bancária 20100B802028, se trata do mesmo documento CPR RS/2010/01/0148;

1.7.9 em relação à ausência da comprovação de existência da Cédula do Produtor Rural – CPR, indicada na guia de pagamento, diante da ausência de controle demonstrada no caso da numeração da CPR RS/2010/01/0148 e da CPR 41.3.0.153, adote mecanismo mais efetivo e adequado de controle;

1.7.10 quanto à divergência na comprovação dos beneficiários da doação e dos locais de entrega dos produtos, esclareça por meio de documentos hábeis as divergências apontadas, comprovando o verdadeiro beneficiário da doação bem como do local de entrega dos produtos;

1.7.11 quanto à divergência na comprovação dos beneficiários da doação e dos locais de entrega dos produtos adote, doravante, medidas visando instruir os processos de forma a dar a devida transparência dos atos praticados, envolvendo as operações de formação de estoque e doação de produtos;

1.7.12 quanto à divergência na comprovação dos beneficiários da doação e dos locais de entrega dos produtos adote mecanismos que viabilizem a identificação dos verdadeiros beneficiários e dos locais de entrega dos produtos doados, de preferência, como condição para a realização da doação, a fim de garantir a eficácia do programa;

1.7.13 no tocante à destinação indevida de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por meio de doação, comprove a efetiva utilização pela Escola Milton Santos dos produtos doados, caso contrário, apure responsabilidade dos agentes que direta ou indiretamente deram causa à

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Excerto da Relação 35/2012 - TCU – 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

doação indevida e, conseqüentemente, ao desvirtuamento de finalidade da doação e do desperdício de recursos públicos;

1.7.14 no tocante à destinação indevida de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por meio de doação, instrua os processos com planejamento prévio da beneficiária, contendo, no mínimo, a identificação dos destinatários finais, quantidades formalmente demandadas por eles;

1.7.15 que todas as Unidades da Sureg/PR indiquem nas notas fiscais, qualquer que seja a modalidade de contratação, os números dos contratos, das Cédulas de Produto Rural, bem como dos respectivos processos administrativos, a fim de evitar ocorrência de prejuízos ao erário;

1.7.16 estabeleça rotinas padronizadas e/ou desenvolva manuais operacionais envolvendo as atividades de geração, preenchimento e encaminhamento de documentos, inclusive com as atribuições de responsabilidades, bem como os implemente mediante a distribuição dos materiais e a realização de treinamentos aos respectivos agentes executores a fim de garantir a veracidade e integridade das informações;

1.7.17 promova ações no sentido de conscientizar os agentes responsáveis, direta e indiretamente, pelas informações que compõem os documentos gerados pelos setores administrativo, financeiro e contábil da unidade, acerca da importância da utilização das orientações padronizadas, alertando-os inclusive sobre a responsabilização pela prática dos atos;

1.7.18 estabeleça rotinas padronizadas e/ou desenvolva manuais operacionais, inclusive com atribuições de responsabilidades, bem como implemente mecanismos de controle das atividades inerentes às áreas de licitações e contratos e de procedimentos formais deles decorrentes, envolvendo os diversos setores, gerências e unidades da Sureg/PR com deficiência de controles internos;

1.7.19 promova ações no sentido de conscientizar os agentes responsáveis pela execução das atividades apontadas acerca da importância na utilização das orientações padronizadas, alertando-os inclusive sobre a responsabilização pela prática dos atos;

1.7.20 faça o planejamento das licitações no sentido de garantir a participação de um maior número de interessados no certame. Em caso de impossibilidade, que fundamente no processo os motivos que resultaram na limitação do raio de atendimento, contendo informações e dados suficientes para demonstrar os benefícios para a administração, como, por exemplo, o custo/benefício da limitação do raio de abrangência em face das variáveis inerentes ao objeto, aquisição de combustíveis, tais como: distâncias dos postos de abastecimento, quilometragens rodadas para abastecimento etc;

1.7.21 promova ações no sentido de conscientizar os agentes responsáveis, direta e indiretamente, na elaboração de certames acerca da importância em observar as exigências contidas em editais quando da habilitação de empresa em relação à situação econômica e financeira e ao registro do balanço patrimonial na Junta Comercial apresentado pela empresa participante em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

1.7.22 realize estudos e pesquisas prévios à licitação para aquisição de combustíveis, visando atender às regras contidas na ON/NAJ 04, de 17/03/2009, e assim garantir a situação mais vantajosa para a administração;

1.7.23 no Contrato nº 010/2010, celebrado em 11/05/2010, oriundo do Pregão Eletrônico nº 008/2010 realizado em 13/04/2010, promova o ressarcimento do débito apurado (R\$ 1.918,92) e adote providências para apurar todos os valores pagos indevidamente ao fornecedor pela aquisição de combustíveis por preços superiores aos estabelecidos no instrumento convocatório e pela ausência do desconto ofertado;

1.7.24 crie mecanismos de controle visando garantir que os contratos estejam plenamente vinculados, em todos os seus termos, às exatas previsões e exigências constantes dos editais de licitação e termos de referência, mormente aquelas fundamentais que refletem o próprio objetivo do certame que é a garantia do menor preço;


**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Excerto da Relação 35/2012 - TCU – 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

1.7.25 no Contrato nº 010/2010, celebrado em 11/05/2010, oriundo do Pregão Eletrônico nº 008/2010 realizado em 13/04/2010, promova a apuração de responsabilidades, em relação aos valores pagos indevidamente;

1.7.26 promova a apuração do montante de recursos públicos empregados na aquisição de combustíveis usados no abastecimento de veículos particulares e faça o devido ressarcimento;

1.7.27 promova articulação da Conab com o MDS e o INCRA, objetivando adequar e aprimorar os normativos que amparam o abastecimento de veículos a que se refere o Termo de Cooperação 07/2010 e outros instrumentos firmados entre eles, no tocante à execução do Plano de Trabalho 08.244.1049.2792.0001 — Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos;

1.7.28 promova a implementação de controles internos relacionados à conferência das placas dos veículos constantes nos documentos comprobatórios da despesa;

1.7.29 promova a apuração de responsabilidade sobre o montante de recursos públicos empregados na aquisição de combustíveis usados no abastecimento de veículos particulares;

1.7.30 que no contrato realizado com o fim de contratação de serviços de operação de máquinas, equipamentos e outros serviços, promova a revisão completa de todos os valores pagos indevidamente a título de adicionais de insalubridade e periculosidade, desde o início dos pagamentos, promovendo o ressarcimento dos valores ao erário junto à empresa contratada;

1.7.31 exija, da empresa contratada com fins de fornecimento de serviços de operações de máquinas, equipamentos e outros serviços, o cumprimento das cláusulas contratuais, mormente dos Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT);

1.7.32 no caso da empresa contratada, que pagou indevidamente adicionais de insalubridade e periculosidade, promova a apuração de responsabilidades em relação aos valores pagos desde o início dos pagamentos;

1.7.33 instrua todos os processos, inclusive nos casos de dispensa de licitação, com motivação e justificativa da necessidade da contratação;

1.7.34 adote providências no sentido de planejar as aquisições de combustíveis para atender às Unidades Armazenadoras, visando evitar a utilização de dispensa de licitação para aquisições que ultrapassem o limite previsto no art. 24, inciso II, e parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993;

1.7.35 formalize orientações no sentido de garantir a instauração de processos administrativos para todas as dispensas de licitação realizadas no âmbito da unidade contendo a fundamentação da contratação direta por meio de parecer técnico ou jurídico, bem como promova a sua divulgação obtendo a ciência dos agentes envolvidos com as respectivas atividades;

1.7.36 adote providências no sentido de garantir aos empregados e seus dependentes maior número de opções de profissionais na área da saúde, divulgando-as, a fim de evitar a utilização de profissionais sem cobertura contratual;

1.7.37 adote medidas visando garantir que os documentos que efetivamente demonstrem e comprovem a execução das despesas sejam enviados ou informados ao setor financeiro para pagamento;

1.7.38 adote medidas visando garantir que constem das respectivas faturas os números dos contratos de credenciamento e dos respectivos processos;

1.8. Determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que, no exame das próximas contas da Conab/PR, verifique o cumprimento pela entidade, das determinações proferidas pelo Tribunal, bem como acompanhe e mantenha este Tribunal informado sobre as recomendações efetuadas pela própria CGU;

1.9. Determinar à Secex-PR que monitore o cumprimento do disposto nos subitens 1.7.1 a 1.7.38 anteriores em processo específico.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Excerto da Relação 35/2012 - TCU – 1ª Câmara  
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Dados da Sessão:

Ata nº 43/2012 – 1ª Câmara

Data: 27/11/2012 – Ordinária

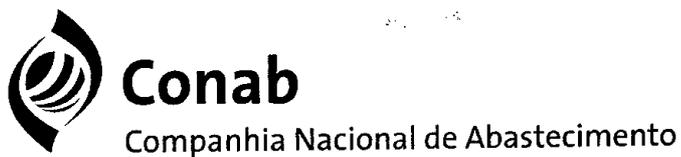
Relator: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Presidente: Ministro VALMIR CAMPELO

Representante do Ministério Público: Procurador MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO

TCU, em 27 de novembro de 2012.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS



OF. SUREG/PR/Nº. 3877

Curitiba/PR, 06 de dezembro de 2012.

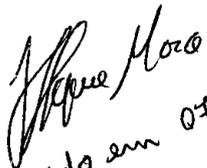
Prezados Senhores:

Visando atender o Acórdão TCU nº. 7185 – item 1.7, encaminhamos cópia do Ofício nº 3737 de 30/11/12, enviado a Controladoria Geral da União, que trata do Relatório de Auditoria Anual de Contas desta Superintendência Regional.

Atenciosamente,

  
**LUIZ CARLOS VISSOCI**  
SUPERINTENDENTE REGIONAL

Ao  
**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Rua Dr. Faivre, nº 105  
Curitiba – PR

  
recebido em 07/12/2012



OF.SUREG-PR Nº. 3737

Curitiba/PR, 30 de novembro de 2012.

Prezada Senhora:

Em atendimento ao Ofício CGU-Regional-PR – CGU-PR nº 21.389/2012, de 26.07.2012, referente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201109409, apresentamos abaixo as respostas e informações sobre as ocorrências verificadas:

**OCORRÊNCIAS:**

2.1.1.4. Abastecimento de veículos particulares com recursos públicos.

**OS: 201109409 - Nº. Constatação: 019**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba - PR

**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 019 - Nº Recomendação: 001

Recomenda-se ao gestor que promova a apuração do montante de recursos públicos empregados na aquisição de combustíveis e utilizados no abastecimento de veículos particulares, ressarcindo-o ao erário.

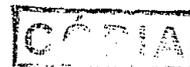
**Manifestação do Gestor:**

*"Procedemos à abertura de processo administrativo de nº 21210.000590/2011-36, no qual apensamos todos os documentos que formalizam as medidas adotadas por esta Regional quanto ao abastecimento de veículos de propriedade de terceiros, solicitando ratificação da Matriz aos procedimentos adotados conforme documentos anexos. A partir da constatação, foram suspensos os abastecimentos." "Situação em 29.02.2012: A partir da constatação, foram suspensos os abastecimentos."*

**Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que a partir deste apontamento o abastecimento de veículos particulares foi suspenso. Contudo, não efetivou o levantamento e ressarcimento aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente.

A Senhora  
**ALZIRA ESTER ANGELI**  
Chefe da Controladoria Geral da União no Estado do Paraná  
Rua Marechal Deodoro, nº 555 – 5º Andar  
Nesta



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.**

RESPOSTA: A respeito da apuração, levantamento e ressarcimento aos cofres públicos dos valores pagos nos abastecimentos de veículos de terceiros, temos as seguintes considerações:

1. Esta SUREG-PR promoveu reunião com o INCRA, Ata de Reunião de 25.11.2011 - Instituição esta que efetua a retirada do maior volume de cestas, e entre outros assuntos tratados, comunicamos da mudança de procedimentos com relação ao transporte dos produtos a serem doados, informando que, doravante, a Conab não arcaria mais com as despesas de combustíveis quando da retirada e distribuição das cestas, em função dos questionamentos da CGU que considera irregular os abastecimentos de veículos de terceiros para esta finalidade. No nosso entendimento os combustíveis tiveram um destino único, que foi de apoiar na distribuição de cestas pelo INCRA as populações menos favorecidas, em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em resposta, o INCRA por sua vez, manifestou encontrar sérias dificuldades em realizar as operações de retiradas e entrega dos alimentos, conforme OFÍCIO Nº 1964, de 09.04.2012 – Anexo 3 e 4;
2. Objetivando dar ciência às demais entidades conveniadas, esta SUREG-PR promoveu outra reunião a respeito do cancelamento do fornecimento do combustível a veículos de terceiros. Na oportunidade as referidas instituições também manifestaram preocupações com a situação, alegando não ter condições de arcar com os custos de transporte nas retiradas dos produtos, conforme relatado em Ata de Reunião do dia 13.09.2012 – Anexo 5;
3. No dia 28.08.2012 – em reunião realizada na Assembléia Legislativa do Paraná, com o objetivo da Formação do Grupo de Trabalho visando a criação e implementação de diretrizes e políticas públicas voltadas às Comunidades Indígenas do Paraná, entre as principais reivindicações apresentadas pela ARPINSUL ( Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul ), foi no sentido do Governo dar o apoio/auxílio ao transporte das cestas a serem retiradas na CONAB/Rolândia – Ata de Reunião , Anexo 6;
4. Em Fevereiro/12, o Ministério Público Federal de Cascavel solicitou desta Regional, posicionamento a respeito das entregas/distribuições das cestas de alimentos às Comunidades Indígenas do Paraná, haja vista a ocorrência de desnutrição de indígenas da Aldeia Tekohá Añetete, Município de Diamante do Oeste-PR. Objetivando obter melhor esclarecimento a respeito, esta SUREG-PR consultou a UA/Rolândia, responsável pela recepção, guarda e entregas das cestas, e entre as causas principais apontados, a referida armazenadora nos informou que a FUNAI encontra dificuldades nas retiradas das cestas por falta de caminhões e combustível, inclusive, devido a tais fatos, os alimentos correm os riscos do vencimento do prazo de validade, conforme OFÍCIO MPF 438 e OFÍCIO SUREG-PR Nº 839 – Anexos 7 e 8;
5. Em Novembro de 2010 – O Ministério Público Estadual, realizou reunião com intuito da formação do Grupo de Trabalho de ações integradas entre as três esferas de Governo, no sentido de dar toda assistência as Comunidades Indígenas e Quilombolas do Estado do Paraná, Relatório de Reunião – Anexo 9.  
  
Novamente, entre as reivindicações foi demonstrada a dificuldade com o transporte dos produtos doados, Ata de Reunião dia 18.11.2010 – Anexo 10;
6. Em fevereiro/12, na reunião realizada no Ministério Público Estadual, para tratar das causas indígenas, e entre as maiores dificuldades encontradas nas operações das doações, é justamente nas ações de logística e transporte dos cestas, de forma que tais alimentos



cheguem até as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, Ata de Reunião de 27.02.2012 – Anexo 11;

7. A Defensoria Pública da União, localizada em Londrina-PR, em seu OFÍCIO nº 032/12, de 08.08.2012, indaga a CONAB a respeito das providências tomadas, as quais transcrevemos a seguir: “com fulcro no art. 44, X, da LC 80/94, solicito informações a Vossa Senhoria, no prazo improrrogável de 10 dias, contados do recebimento deste, se já foram tomadas as medidas necessárias ao transporte das cestas básicas que estão armazenadas na Unidade da CONAB de Bauru/SP para serem distribuídas aos trabalhadores rurais sem terra que estão acampados em municípios que integram a área de atuação desta Defensoria Pública da União. Outrossim, saliento que a ausência de resposta no prazo acima citado será interpretada como a negativa da Autarquia no fornecimento do transporte às cestas básicas e ante a gravidade dos fatos, medidas judiciais serão manejadas para compelir a Autarquia ao cumprimento do seu dever de fornecer apoio logístico ao programa de destinação de alimentos aos acampados”. – Anexo 12
8. Em 25.09.2012 – as entidades conveniadas e beneficiárias do programa, levaram o assunto para ser debatido no CONSEA/PR (Ata de nº 07 – Assembléia Ordinária ), oportunidade em que o mesmo encaminhou OFÍCIO nº 035/2012, à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal de Brasília-DF e ao MPF/Curitiba, solicitando o apoio e providências no sentido do Programa bancar os custos com o transporte das cestas doadas pela CONAB – Anexos 13 e 14
9. Em 20.11.2012 – A Diretoria em Brasília responsável pelo Acordo de Cooperação firmado entre a CONAB e MDS, para as aquisições e entregas dos produtos doados às entidades conveniadas, nos encaminhou posicionamento da CONAB/Matriz, bem como do MDS a respeito, e em último caso que o assunto seja submetido à Procuradoria da República do Paraná, de acordo com a CI/SUPAB Nº 890, de 20.11.12 e orientação do MDS, por meio de e-mail, datado de 13.02.2012 - Anexo 15.

É importante destacar, que as solicitações de auxílio no transporte das cestas de alimentos, quer sejam por parte das Instituições, bem como dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, ocorrerem constantemente e estamos demonstrando apenas algumas dessas reivindicações de entidades diversas.

A entrega de cestas de alimentos deve estar acompanhada de todo o processo logístico de entrega, caso contrário, não se viabilizaria o atendimento social pretendido pelo Governo Federal, pois os custos logísticos em alguns casos são maiores do que o próprio produto doado e conseqüentemente o programa não vai atingir seu objetivo principal de suprir as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O combustível pago teve um destino único, ou seja, abastecer os veículos que efetivamente transportaram e distribuíram as cestas a essas comunidades nominadas e autorizadas a recebê-las pelo Governo Federal. Vale ressaltar que esse recurso busca arcar com o custo somente com o transporte de retorno, ou seja, com o veículo carregado com os produtos a serem doados.

Por essa razão, entendemos que o ressarcimento pretendido contraria toda a política de apoio governamental à população carente, conforme toda a manifestação formal das entidades, cujos documentos foram citados acima e anexados.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 019 - Nº Recomendação: 002

Recomenda-se ao gestor que promova articulação da CONAB com o MDS e o INCRA, objetivando adequar e aprimorar os normativos que amparam o abastecimento de veículos a que se refere o



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Termo de Cooperação nº 07/2010 e outros instrumentos firmados entre eles, no tocante à execução do Plano de Trabalho nº 08.244.1049.2792.0001 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.

**Manifestação do Gestor:**

*"Procedemos à abertura de processo administrativo de nº 21210.000590/2011-36, no qual apensamos todos os documentos que formalizam as medidas adotadas por esta Regional quanto ao abastecimento de veículos de propriedade de terceiros, solicitando ratificação da Matriz aos procedimentos adotados conforme documentos anexos. A partir da constatação, foram suspensos os abastecimentos."*

**Análise do Controle Interno:**

Inobstante o gestor tenha instaurado o processo nº 21210.000590/2011-36, em 14/12/2011, por meio do qual realizou consultas para firmar entendimento acerca do abastecimento de veículos de terceiros, mormente dos veículos de particulares, observou-se, da documentação inserta no processo às fls. 121 e 122, que tanto a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, do MDS como a Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB da CONAB manifestaram-se pela necessidade de detalhar, no próximo Termo de Cooperação, a logística de distribuição dos alimentos, contudo, não foi identificada nenhuma ação prática no sentido de explicitar o significado do termo "terceiros" na especificação da despesa de rubrica 339030 – Material de Consumo. A SESAN, em sua mensagem datada de 13/02/2012, exemplificou dizendo que os "carros dos parceiros" - dos terceiros, seriam das Prefeituras e do INCRA. A SUPAB, por sua vez, expressou o seu entendimento declarando que "caminhões de terceiros" poderiam ser: "do INCRA, FUNAI/SESAI, Prefeituras, Movimentos Sociais etc, além dos caminhões da CONAB".

O Acordo de Cooperação nº001/2010 define os partícipes (parceiros) como sendo o MDA, INCRA, FUNAI, FUNASA, FUNDAÇÃO CULTURAL DOS PALMARES, SEPIR e MPA, que são os órgãos signatários do instrumento de cooperação, não podendo o Plano de Trabalho, conseqüentemente, dispor de forma contrária ao que foi definido no acordo. Portanto, os movimentos sociais são os beneficiários do acordo e não os parceiros (partícipes ou terceiros).

Contudo, por tratar-se de questão de ordem jurídica, independentemente do que esteja escrito nos instrumentos citados pela CONAB em relação ao termo "terceiros", é necessário que a SUREG/PR demonstre que a utilização de recursos públicos em veículos particulares está prevista no ordenamento jurídico. Os termos escritos dos instrumentos de cooperação e plano de trabalho não podem ser interpretados de acordo com a conveniência do administrador, mas sim à luz dos princípios constitucionais, mormente, no caso em questão, o da legalidade.

Assim, a menos que a SUREG/PR demonstre que há previsão legal para execução da despesa com recursos públicos - "abastecimento de veículos particulares", deverá cumprir as recomendações propostas.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** A resposta dada no item Constatação: 019 – Recomendação 001 deixa clara a situação do programa de distribuição de cestas de alimentos com seus envoltórios e objetivos.

O termo de cooperação celebrado entre o MDS e a CONAB estabelece o seguinte:

*"O presente Termo de Cooperação tem por objeto estabelecer parceria entre o MDS e a CONAB, no âmbito de suas atribuições, visando à aquisição de gêneros alimentícios básicos para dar continuidade à distribuição gratuita para famílias de grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar como acampados, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, pescadoras artesanais em situação emergencial inopinada e notória em todo o território nacional".*



A distribuição de cestas deve ocorrer de forma gratuita às entidades e assim o fizemos, liberando os produtos para que chegassem às comunidades.

O termo utilizado “abastecimento de veículos particulares” não condiz com real situação, pois trata-se de abastecimento de veículos nominados, agenciados e autorizados pelo INCRA/FUNAI (conveniados no Acordo de Cooperação) que efetivamente transportaram os produtos até a sua distribuição.

O combustível fornecido para esse transporte foi devidamente adquirido por licitação em pregão eletrônico já com a finalidade relatada.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 019 - Nº Recomendação 003

Recomenda-se ao gestor que promova a implementação de controles internos relacionados à conferência das placas dos veículos constantes nos documentos comprobatórios da despesa.

#### **Manifestação do Gestor:**

*“Procedemos à abertura de processo administrativo de nº 21210.000590/2011-36, onde apensamos todos os documentos que formalizam as medidas adotadas por esta Regional quanto ao abastecimento de veículos de propriedade de terceiros, solicitando ratificação da Matriz aos procedimentos adotados conforme documentos anexos. A partir da constatação, foram suspensos os abastecimentos.”*

#### **Análise do Controle Interno:**

Inobstante o gestor tenha informado que suspendeu o abastecimento de veículos particulares, o Plano de Trabalho prevê o abastecimento dos veículos públicos dos parceiros que constituíram o Termo de Acordo nº 001/2010. Assim, verifica-se a necessidade de implementação de controles internos visando garantir que os veículos abastecidos sejam efetivamente de propriedade pública, cujas placas devem ser identificadas nos documentos de comprovação das despesas (Notas Fiscais, Recibos, cupons fiscais, etc.).

#### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Quando do retorno da atividade de abastecimento com essa finalidade, estaremos dando respaldo ao controle que for necessário à identificação da autorização para embarque bem como da identificação da placa do veículo ( orientação já repassada à unidade operacional ).

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 019 - Nº Recomendação 004

Recomenda-se ao gestor que promova a apuração de responsabilidades em relação à utilização de recursos públicos empregados na aquisição de combustíveis e no abastecimento de veículos particulares.

#### **Manifestação do Gestor:**

*“Procedemos à abertura de processo administrativo de nº 21210.000590/2011-36, no qual apensamos todos os documentos que formalizam as medidas adotadas por esta Regional quanto ao abastecimento de veículos de propriedade de terceiros, solicitando ratificação da Matriz aos procedimentos adotados conforme documentos anexos.” Situação em 29.02.2012: A partir da constatação, foram suspensos os abastecimentos.”*

#### **Análise do Controle Interno:**

Tendo em vista que o gestor não demonstrou a legalidade da utilização de recursos públicos no abastecimento de veículos particulares, torna-se necessária a apuração de responsabilidade.



**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Com base na demonstração dos fatos já relatados nos itens anteriores, entendemos que o ressarcimento pretendido contraria a política de apoio governamental à população carente, conforme manifestações formais das entidades, cujos documentos acima citados foram anexados, não se justifica a apuração de responsabilidade. Entendemos que a forma de abastecimento adotada não se caracterizou como ato irregular e nem desvio de recursos, ao contrário, trouxe economia aos cofres públicos que deixou de investir em caminhões, contratação de motoristas, diárias e outros custos que adviriam da atividade de entrega das cestas com veículos próprios.

2.1.1.5. Dispensas realizadas com ausência de formalização processual e de fundamentação da contratação direta por meio de parecer técnico ou jurídico.

**OS: 201109409 - N°. Constatação 023**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba - PR

**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - N°. Constatação 023 - N° Recomendação 001

Recomenda-se ao gestor que formalize orientações no sentido de garantir a instauração de processos administrativos para todas as dispensas de licitação realizadas no âmbito da Unidade contendo a fundamentação da contratação direta por meio de parecer técnico ou jurídico, bem como promova a sua divulgação obtendo a ciência dos agentes envolvidos com as respectivas atividades.

**Manifestação do Gestor:**

*"Já estamos tomando as devidas providências com relação a esta constatação, visando a correta instrução dos processos administrativos nos casos de dispensa de licitação, procedendo à abertura de processo, inclusão de motivação/justificativa administrativa, parecer técnico ou jurídico, se for o caso, e a autorização da autoridade competente para todos os casos de dispensa de licitação."*  
*"Situação: em execução".*

**Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que está adotando as providências visando atender à recomendação, contudo somente após a completa implementação das medidas será possível verificar o seu cumprimento.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Informamos que já foi implementada a recomendação em todos os processos de dispensa de licitações e demais modalidades.

2.1.1.7. Contrato de aquisição de combustíveis em desacordo com o edital de licitação, resultando em aquisições por preços superiores aos estabelecidos no instrumento convocatório.

**OS: 201109409 - N°. Constatação 018**

**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - N°. Constatação 018 - N° Recomendação 002

Recomenda-se ao gestor que crie mecanismos de controle visando garantir que os contratos estejam plenamente vinculados, em todos os seus termos, às exatas previsões e exigências constantes dos Editais de Licitação e Termos de Referência, mormente aquelas fundamentais que refletem o próprio objetivo do certame que é a garantia do menor preço.



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

#### **Manifestação do Gestor:**

*"A Gerência de Capacitação e Desenvolvimento da Matriz promoverá treinamento dos empregados designados como fiscais de contrato, documento anexo." "Situação: Aguardando programação da Matriz."*

#### **Análise do Controle Interno:**

O gestor juntou cópia da Comunicação Interna nº 274, de 28/12/2011, emitida pela Superintendência de Modernização e Capacitação - SUMOC, da Conab Matriz, na qual aquele órgão solicitou a indicação e encaminhamento, até 30/01/2012, do pessoal envolvido direta e indiretamente na execução contratual para fins de treinamento e capacitação.

Inobstante seja absolutamente necessária a providência adotada pelo gestor no sentido de capacitar os fiscais para execução dos contratos, o apontamento objeto desta recomendação diz respeito à criação de mecanismos de controle que garantam a exata e plena conformidade dos termos/redação dos contratos às disposições editalícias das licitações, porquanto no caso em questão, a redação do contrato deu margem à interpretação diversa das previsões constantes do Edital de licitação - Pregão Eletrônico nº 08/2010, ocasionando o pagamento indevido de combustíveis ao fornecedor.

Assim, ficam mantidos os termos da recomendação para que o gestor adote mecanismos de controle visando evitar a ocorrência apontada.

#### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Informamos que estamos tomando todos os cuidados na elaboração dos editais, fins evitarmos o ocorrido na recomendação em tela.

Quanto ao curso de capacitação para os fiscais de contrato, anexamos cópia da CI/GECAP Nº 591, de 11.06.2012, a qual recomenda-se a interação com esta CGU, visando a execução do curso pela própria instituição.

2.1.1.8.Fragilidade nos controles relativos à área de licitações e contratos, bem como de procedimentos formais deles decorrentes, comprometendo a sua integridade.

**OS: 201109409 - Nº. Constatação 045**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba - PR

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação 045 - Nº Recomendação 001

Recomenda-se ao gestor que estabeleça rotinas padronizadas e/ou desenvolva manuais operacionais, inclusive com atribuições de responsabilidades, bem como implemente mecanismos de controle das atividades inerentes às áreas de licitações e contratos e de procedimentos formais deles decorrentes envolvendo os diversos Setores, Gerências e Unidades da SUREG/PR com deficiência de controles internos.

#### **Manifestação do Gestor:**

*"Conforme Ato de Superintendência nº 004, de 12.01.2012, cópia anexa, foi constituído Grupo de Trabalho para elaborar instruções no âmbito da Regional que venham disciplinar as atividades, fluxos e as formalizações de todos os procedimentos administrativos e operacionais desta Regional." "Situação em 29/02/12: Os trabalhos objeto do Ato de Superintendência serão desenvolvidos no decorrer do exercício de 2012 e as decisões serão implementadas na medida em que forem aprovadas, priorizando aquelas necessárias à boa condução dos procedimentos licitatórios".*



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

#### **Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que constituiu grupo de trabalho visando à elaboração de rotinas, tarefas e atividades inerentes a cada área, nos termos do "Ato de Superintendência nº 004, de 12/01/2012". Inobstante isto, verifica-se que as medidas objeto deste apontamento ainda não foram implementadas, razão pela qual fica reiterada a recomendação até a sua efetiva implementação.

#### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** O Grupo de Trabalho apresentou através da CI/GEDES/SEDEM/Nº 2699 DE 04/09/2012 à Superintendência Regional, o resultado do trabalho que se denomina: **Normatização de Procedimentos Licitatório a ser implantado pela SUREG/PR, em Atendimento à Recomendação da CGU (cópia anexa)**. A normatização foi homologada pelo Superintendente em 19/11/2012 e dada ciência a todos os setores envolvidos nos procedimentos licitatórios e de controle.

Dessa forma, considerando o contido no referido documento e a respectiva adoção dos procedimentos já implementados por todas as Gerências e Setores, esta Superintendência entende que a recomendação foi atendida.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 045 - Nº Recomendação: 002

Recomenda-se ao gestor que promova ações no sentido de conscientizar os agentes responsáveis pela execução das atividades apontadas acerca da importância na utilização das orientações padronizadas, alertando-os inclusive sobre a responsabilização pela prática dos atos.

#### **Manifestação do Gestor:**

*"Conforme Ato de Superintendência nº 004, de 12.01.2012, cópia anexa, foi constituído Grupo de Trabalho para elaborar instruções no âmbito da Regional que venham disciplinar as atividades, fluxos e as formalizações de todos os procedimentos administrativos e operacionais desta Regional." "Situação em 29/02/12: Os trabalhos objeto do Ato de Superintendência serão desenvolvidos no decorrer do exercício de 2012 e as decisões serão implementadas na medida em que forem aprovadas, priorizando aquelas necessárias à boa condução dos procedimentos licitatórios."*

#### **Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que constituiu grupo de trabalho visando à elaboração de rotinas, tarefas e atividades inerentes a cada área, nos termos do "Ato de Superintendência nº 004, de 12/01/2012". Inobstante isto, verifica-se que as medidas objeto deste apontamento ainda não foram implementadas, razão pela qual fica reiterada a recomendação até a sua efetiva implementação.

#### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** O Grupo de Trabalho apresentou através da CI/GEDES/SEDEM/Nº 2699 DE 04/09/2012 à Superintendência Regional, o resultado do trabalho que se denomina: **Normatização de Procedimentos Licitatório a ser implantado pela SUREG/PR, em Atendimento à Recomendação da CGU (cópia anexa)**. A normatização foi homologada pelo Superintendente em 19/11/2012 e dada ciência a todos os setores envolvidos nos procedimentos licitatórios e de controle.

Dessa forma, considerando o contido no referido documento e a respectiva adoção dos procedimentos já implementados por todas as Gerências e Setores, esta Superintendência entende que a recomendação foi atendida.



2.1.1.9. Pagamento indevido de adicionais de insalubridade e periculosidade para mão-de-obra terceirizada.

**OS: 201109409 - Nº. Constatação 020**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba - PR

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº. Constatação: 020 - Nº Recomendação 003

Recomenda-se ao gestor que promova a apuração de responsabilidades em relação aos valores pagos indevidamente a título de adicionais de insalubridade e periculosidade, desde o início dos pagamentos.

#### **Manifestação do Gestor:**

*"Ante ao fato de o valor ter sido ressarcido, conforme documentos anexos, entendemos que não houve prejuízo ao erário, excluindo a necessidade de apuração de responsabilidades por não ter sido caracterizado a má-fé."*

#### **Análise do Controle Interno:**

Em face do ressarcimento ao erário, o gestor alegou inexistência de má-fé no pagamento indevido dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Ressalte-se que o ressarcimento do prejuízo não elide a apuração de responsabilidade com vistas à identificação da autoria dos atos danosos que lhe deram causa, inclusive, para comprovação, se for o caso, da inexistência de má-fé. No caso em questão a apuração se justifica em face do histórico da licitação que envolveu a contratação dos serviços de mão de obra para o Armazém Frigorífico de Curitiba, por meio do Pregão Eletrônico nº 30/2009, conforme apontado no fato relatado.

#### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Conforme já manifestado, em análise na documentação que envolveu a licitação, não vislumbramos a possibilidade da existência de má-fé, por parte dos empregados envolvidos, o que se apurou foram situações onde a CONAB em seus Laudos Periciais ( LTCAT ) comprovou que seus empregados não estavam expostos a Insalubridade/Periculosidade, enquanto que a empresa Mega Busines alega que seus empregados estavam, razão do lançamento de tais valores em sua planilha de custo, fato esse não percebido pelo leiloeiro, por não estar comparando no momento da licitação os serviços a serem contratados, que por sinal, não são executados por falta de pessoal no quadro da CONAB, e sim o menor preço global da licitação.

Apesar das discórdias de entendimentos, achamos por bem o ressarcimento dos valores por meio de desconto em faturas não pagas, mesmo sem o consentimento da empresa Mega Busines.

Diante do exposto, considerando que em nenhum momento foi caracterizado a má-fé na condução do processo licitatório por parte da CONAB e que os valores foram ressarcidos, entendemos não ser necessário abertura de processo de apuração de responsabilidade.

2.1.1.10. Ausência de indicação dos números das CPR, contratos e processos nas Notas Fiscais.

**OS: 201109409 Nº. Constatação 036**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba - PR

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº. Constatação: 036 - Nº Recomendação 001

Recomenda-se, como medida preventiva e de controle que o gestor determine aos setores e agentes que atuam em todas as Unidades da SUREG/PR, que sejam indicadas nas Notas Fiscais,



qualquer que seja a modalidade de contratação, os números dos contratos, das Cédulas de Produto Rural, bem como dos respectivos processos administrativos, a fim de evitar ocorrência de prejuízos ao erário.

**Manifestação do Gestor:**

*“Conforme Ato de Superintendência nº 004, de 12.01.2012, cópia anexa, foi constituído Grupo de Trabalho para elaborar instruções no âmbito da Regional que venham disciplinar as atividades, fluxos e as formalizações de todos os procedimentos administrativos e operacionais da SUREG-PR. O Referido Ato contempla, a saber:*

- 1. elaborar procedimentos para cada rotina, tarefa e atividades inerentes a cada área;*
- 2. realizar reuniões entre as áreas visando interação com a finalidade de avaliar a necessidade de proceder a alteração e/ou implantação de novos controles, integrando-os entre as áreas com o correto preenchimento das informações necessárias;*
- 3. estabelecer relatórios gerenciais para o acompanhamento e avaliação da gestão;*
- 4. realizar treinamentos em licitações e de sensibilização dos empregados, objetivando o planejamento e a maior acuidade na execução das tarefas afetas aos mesmos, com destaque da necessidade de formalizar as tomadas de decisões nos respectivos processos administrativos que traduzem a efetivação das operações;*
- 5. após a concretização do proposto, encaminhar para homologação da Diretoria, o manual de procedimentos para divulgação e observância no âmbito da desta Regional.”* *“Situação em 29.02.2012: Os trabalhos objeto do Ato de Superintendência serão desenvolvidos no decorrer do exercício de 2012 e as decisões serão implementadas na medida em que forem aprovadas.”*

**Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que constituiu grupo de trabalho visando à elaboração de rotinas, tarefas e atividades inerentes a cada área, nos termos do “Ato de Superintendência nº 004, de 12/01/2012”. Inobstante isto, verifica-se que as medidas objeto deste apontamento ainda não foram implementadas, razão pela qual fica reiterada recomendação até a sua efetiva implementação.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Esta SUREG-PR realizou uma segunda reunião com as áreas envolvidas, objetivando certificar-se do real cumprimento da recomendação da CGU, no sentido de registrar no corpo da Nota Fiscal o número do respectivo documento que originou a operação, como por exemplo, o contrato, Aviso e/ou CPR, oportunidade em que houve unanimidade em afirmar que tais exigências estão sendo cumpridas.

Como medida de transparência e divulgação junto aos demais colaboradores das respectivas áreas, a SUREG-PR/GEOPE formalizou o assunto por meio da CI Nº 3592, de 19.11.2012 – Anexo 1;

Cabe destacar ainda, que visando maior abrangência das rotinas a serem adotadas, foi enviada cópia da referida Recomendação nº 036 à CONAB/Matriz, sugerindo a inclusão da mesma nas Normas da Organização da CONAB, conforme CI/SUREG-PR/GEOPE nº 3600, de 21.11.2012 – Anexo 2;

2.1.1.11. Divergência de informações nos documentos técnicos que compõem o projeto básico de reconstrução de lajes com a não comprovação da necessidade e da utilização de 60 grampos e sobrepreço na aquisição do item 2.2 “Corte e dobra de vergalhões de aço” da obra.

**OS: 201109409 N° Constatação: 048**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):**

Curitiba - PR



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

## RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 048 - Nº Recomendação 001

Recomenda-se ao gestor que comprove a instalação dos 60 grampos, com atendimento das devidas normas técnicas e do CREA, caso contrário, promova o ressarcimento ao erário de todos os valores correspondentes, ou seja, R\$ 19.800,00.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** 31/12/2011

### Manifestação do Gestor:

*"Conforme esclarecimentos anteriores, a utilização dos grampos nas lajes ocorreram de forma preventiva, como reforço, a fim de evitar novas quedas, o que provocaria prejuízo de grande vulto. A Empresa Engenho Empreiteira Ltda, através do Eng.º responsável, Sr. Manoel Cícero dos Santos, expediu correspondência datada de 15/12/2011, atestando que "durante vistoria prévia...foi constatada a necessidade de colocação de 60 (sessenta) grampos metálicos de fixação em várias lajes, pois as mesmas estavam se deslocando durante o processo de movimentação de grãos o que poderia resultar em queda e conseqüentemente em quebra de outras lajes" (Anexo). Esta Constatação refere-se à fixação de quatro grampos conforme item 2.1.6 do memorial descritivo, quando na realidade foram efetivamente aplicados os 60 grampos, conforme comprova o documento anexo. Desta forma, resta comprovada a instalação dos grampos."*

### Análise do Controle Interno:

Em visita realizada no silo do Armazém de Cambé foi verificada a instalação dos grampos objeto do referido apontamento, conforme fotos enviadas pelo auditor do Tribunal de Contas da União que efetivou a vistoria.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Revisão da Recomendação**

## RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 048 - Nº Recomendação: 002

Recomenda-se ao gestor que promova o ressarcimento aos cofres públicos do valor de R\$ 5.331,44, relativo ao preço excedente àquele encontrado na tabela SINAPI+BDI, sem justificativa técnica para a contratação do serviço com sobrepreço, do item 2.2 "Corte e dobra de vergalhões de aço" da obra de reconstrução da laje no interior do armazém da Unidade Armazenadora de Cambé.

### Manifestação do Gestor:

*"Devido a não existência de Engenheiro lotado no quadro de pessoal da Regional e pela necessidade da realização da obra, contratou-se a Empresa Enepe Engenharia, Eng.º Nilton S. Nakagawa, CREA/PR nº 6.284-V, para elaboração do projeto básico, o qual foi submetido previamente à apreciação da Área de Engenharia da CONAB/Matriz, que se manifestou por sua aprovação e liberação dos recursos para execução da obra. A Empresa Enepe Engenharia encaminhou correspondência datada de 16/12/2012, apresentando planilha de preços e serviços, detalhando a composição dos custos referentes aos vergalhões de aço. (anexo). Dessa forma, restou comprovado que não houve sobrepreço no item referente aos vergalhões." "Situação em 29/02/12: Inexistência de sobrepreço comprovado através de planilha de preços (anexa)."*

### Análise do Controle Interno:

Na manifestação inicial, após a conclusão do relatório de auditoria, o gestor informou o que segue em relação ao sobrepreço apontado na aquisição do item 2.2. do orçamento da obra "Corte e dobra de vergalhões": Sobre o Registro 26, sobrepreço na aquisição de item de obra de engenharia, temos a esclarecer:



# Conab

## Companhia Nacional de Abastecimento

1. O item 2.2 da planilha de preços e serviços apresenta o preço unitário de R\$ 22,00/Kg de aço compreendendo os seguintes serviços: corte e dobra dos vergalhões de aço e também o transporte e manuseio desses vergalhões pelo interior do silo Búffalo.
2. Por se tratar de uma obra atípica no seu local de execução (interior do silo Búffalo) e não encontrarmos nas tabelas do SINAPI item na qual se adequasse, julgamos conveniente adicionarmos estes serviços (transporte e manuseio) no custo do item como forma de compensação, haja vista a grande dificuldade para execução de tais serviços.
3. A palavra transporte foi erroneamente omitida no item 2.2 da planilha de preços e serviços, por uma falha de digitação."

Na análise preliminar do controle interno, ressaltou-se a ausência de tabela analítica de composição de custos do serviço, incluindo os custos agregados de transporte e manuseio sendo este último inerente aos serviços de corte e dobra - item 2.2 do orçamento, assim como se observou que, usualmente, o custo do fornecimento dos vergalhões está agregado aos serviços de armação e transporte -item 2.3 do orçamento, diante do que foi expedida a recomendação para a adoção das providências cabíveis.

Por meio do Plano de Providências o gestor encaminhou a "Planilha de Composição de Preços e Serviços" a seguir, elaborada pela empresa Enepe Engenharia - autora do projeto básico e também do orçamento, contendo a discriminação dos serviços e custos agregados constantes do item 2.2. do orçamento - "Corte e dobra de vergalhões", com a observação de que não houve sobrepreço.

Item	Serviços Preliminares	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2.2.1	Fornecimento de material	Kg	272,29	7,01	1.908,75
2.2.2	Corte	Kg	272,29	4,19	1.140,89
2.2.3	Dobra	Kg	272,29	5,63	1.532,99
2.2.4	Transporte	Kg	272,29	2,45	667,12
2.2.5	Armação	Kg	272,29	2,72	740,63

A Planilha de Preços e Serviços original, objeto da execução da obra na UA/Cambé, elaborada pela mesma empresa por ocasião da contratação do projeto básico é a que segue:

Item	Serviços Preliminares	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2.2	Corte e dobra de vergalhões de aço	Kg	272,29	22,00	5.990,38
2.3	Armação de Vergalhões de aço na caixaria	Kg	272,29	8,00	2.178,32

A empresa autora do projeto básico procurou demonstrar que o preço do serviço constante do item 2.2 do orçamento - "Corte e dobra de vergalhões", é compatível com os valores praticados no mercado, discriminando os serviços agregados no item 2.2 – primeira planilha.

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Da comparação dos itens constantes das duas planilhas, verifica-se que o subitem 2.2.5 "Armação" - primeira planilha acima, corresponde ao item 2.3 da segunda planilha, ou seja, os registros apresentados indicam a cobrança em duplicidade do item "Armação", e mais, com prática de sobrepreço, haja vista que no item 2.3 o valor unitário do quilo de ferro, para fins de execução do serviço de armação, é de R\$ 8,00 e no item 2.2.5 é de R\$ 2,72.

Assim, é inequívoca a prática de sobrepreço do serviço de "Armação", cobrado em duplicidade no item 2.3, cotado 194,12% acima do preço indicado pelo próprio contratado no item 2.2.5.

Considerando que a empresa declarou expressamente que o fornecimento e a armação dos vergalhões estão incluídos no item 2.2 do orçamento original, o valor do item 2.3, cobrado em duplicidade e com sobrepreço, deve ser integralmente devolvido aos cofres públicos.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Revisão da Recomendação****RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatção: 048 - Nº Recomendação: 003

Recomenda-se ao gestor que promova a apuração das responsabilidades referente à ausência de comprovação da necessidade e da utilização de 60 grampos e ao item 2.2 - "Corte e dobra de vergalhões de aço" com a cotação por preço superior à tabela do SINAPI, sem justificativa técnica para a contratação do serviço com sobrepreço.

**Manifestação do Gestor:**

*"Ante ao fato dos vergalhões terem sido efetivamente instalados, conforme comprovam os documentos encaminhados pelas empresas de Engenharia, podendo ser comprovado fisicamente na Unidade Armazenadora, e que não houve sobrepreço no item referente aos vergalhões, entendemos que não houve prejuízo ao erário, bem como a desnecessidade de apuração de responsabilidade neste momento, por não ter sido caracterizada má fé."*

**Análise do Controle Interno:**

Inobstante tenha sido comprovada a utilização dos 60 (sessenta) grampos pelo Tribunal de Contas da União, em visita realizada pelo seu auditor, fato é que o reforço nas 14(quatorze) lajes mediante a colocação dos grampos não compôs o objeto do edital de licitação para contratação do projeto básico e tampouco da execução da obra, além da inexistência de motivação e justificativa nos respectivos processos.

Relativamente à questão do sobrepreço, observou-se que o serviço de "armação" dos vergalhões, segundo a planilha de composição de custos apresentada pela empresa executora do projeto básico, está agregado ao item 2.2 - "Corte e dobra de vergalhões" do orçamento original, porém, o mesmo serviço integra também o item 2.3 do orçamento, o que evidencia o pagamento em duplicidade do item "armação" de vergalhões, e, ainda, com sobrepreço, posto que o quilo do vergalhão no item 2.3 foi orçado em R\$ 8,00 e no item 2.2.5. foi de R\$ 2,72, o que representa um acréscimo de 194,12% no preço do item.

Assim, independentemente do ressarcimento dos valores aos cofres públicos, deverá o gestor adotar as medidas cabíveis visando à apuração de responsabilidade em face da execução de obra não abrangida pelo objeto da contratação e também pelo pagamento em duplicidade do serviço de "armação" com sobrepreço.



**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** A colocação dos grampos foi necessária no sentido de se evitar a queda das demais lajes superiores que provocariam grandes danos à estrutura do armazém, fato este constatado “in loco” pelo TCU.

Quanto aos serviços de armação, a empresa contratada procedeu ao ressarcimento do valor de R\$ 2.178,32, em data de 30.10.2012, conforme comprovação em anexo.

No âmbito da SUREG/PR não vemos como necessária à apuração de responsabilidades, considerando que, o projeto básico foi aprovado pelo nosso setor de engenharia da Matriz/DF e remetido para que a unidade somente acompanhasse sua execução. O gestor e seus colaboradores da unidade operacional de Cambé não detêm o conhecimento específico de engenharia para interpretação técnica de um projeto. Neste caso específico com o apontamento de irregularidade pelo CGU, a dificuldade técnica foi ainda maior, considerando a terminologia utilizada nos dois itens, 2.2.5 e 2.3, ou seja, “Armação” e “Armação de Vergalhões de aço na caixaria” que para o entendimento de um leigo pode ser interpretado como serviços diferentes, daí a conclusão de isenção na responsabilidade de nosso gestor.

**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 048 - Nº Recomendação: 006

Inobstante tenha sido demonstrado pelo auditor do TCU a efetiva instalação dos grampos, recomenda-se ao gestor que promova análise prévia do conteúdo dos projetos básicos das obras, mormente para evitar a inserção de itens que não correspondam ao objeto da contratação, como no caso das demais lajes, abstendo-se de efetivar a contratação de compras, serviços e obras sem a prévia e expressa motivação e justificativa no processo e que não estejam contemplados no objeto dos editais de licitação.

**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 048 - Nº Recomendação: 007

Recomenda-se ao gestor promova o ressarcimento aos cofres públicos do valor de R\$2.178,32, correspondente ao item 2.3 do orçamento original, haja vista a declaração expressa da empresa no sentido de que tanto o fornecimento como a armação dos vergalhões estão incluídos no item 2.2 do orçamento.

**RESPOSTA:** Informamos que o valor de R\$ 2.178,32 foi devolvido aos cofres da CONAB, em data de 30.10.2012, fotocópia dos documentos em anexo.

2.1.1.13. Ausência de procedimento padronizado que garanta a veracidade das informações necessárias ao preenchimento adequado das Notas de Empenho.

**OS: 201109409 Nº Constatação: 024**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba – PR.

**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 024 - Nº Recomendação 001

Recomenda-se ao gestor que estabeleça rotinas padronizadas e/ou desenvolva manuais operacionais envolvendo as atividades de geração, preenchimento e encaminhamento de documentos, inclusive com as atribuições de responsabilidades, bem como implemente-os mediante a distribuição dos materiais e a realização de treinamentos aos respectivos agentes executores, a fim de garantir a veracidade e integridade das informações.

**Manifestação do Gestor:**

*“Conforme Ato de Superintendência nº 004, de 12.01.2012, cópia anexa, foi constituído Grupo de Trabalho para elaborar instruções no âmbito da Regional que venham disciplinar as atividades,*



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

*fluxos e formalizações de todos os procedimentos administrativos e operacionais desta Regional.*  
*"Situação em 29.02.2012: Os trabalhos objeto do Ato de Superintendência, serão desenvolvidos no decorrer do exercício de 2012 e as decisões serão implementadas na medida em que forem aprovadas."*

#### **Análise do Controle Interno:**

O gestor encaminhou cópia do "Ato de Superintendência nº004, de 12/01/2012, por meio do qual foi constituído grupo de trabalho incumbido de elaborar instruções visando "disciplinar as atividades, fluxos e as formalizações de todos os procedimentos administrativos da Sureg/PR", contudo, somente após a implementação das medidas será possível verificar o seu cumprimento.

#### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** O Grupo de Trabalho apresentou através da CI/GEDES/SEDEM/Nº 2699 DE 04/09/2012 à Superintendência Regional, o resultado do trabalho que se denomina: **Normatização de Procedimentos Licitatório a ser implantado pela SUREG/PR, em atendimento à Recomendação da CGU (cópia anexa).**

A normatização foi homologada pelo Superintendente em 19/11/2012 e dada ciência a todos os setores envolvidos nos procedimentos licitatórios e de controle.

Dessa forma, considerando o contido no referido documento e a respectiva adoção dos procedimentos já implementados por todas as Gerências e Setores, esta Superintendência entende que a recomendação foi atendida.

2.1.1.14. Ausência de justificativas na contratação de credenciados junto ao Serviço de Assistência à Saúde - SAS.

**OS: 201109409 - Nº. Constatação 021**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba - PR .

#### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº. Constatação: 021 - Nº Recomendação 001

Recomenda-se ao gestor que instrua os processos, inclusive nos casos de dispensa de licitação, com motivação e justificativa da necessidade da contratação.

#### **Manifestação do Gestor:**

*"Já estamos tomando as devidas providências com relação a esta constatação, visando a correta instrução dos processos administrativos nos casos de dispensa de licitação, procedendo à abertura de processo, inclusão de motivação/justificativa administrativa, parecer técnico ou jurídico, se for o caso, e a autorização da autoridade competente para todos os casos de dispensa de licitação."*  
*"Situação: em execução."*

#### **Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que já está adotando providências no sentido de atender à recomendação proposta, contudo, somente após a implementação das medidas será possível verificar o seu cumprimento.

#### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Informamos a implementação plena da recomendação em todos os processos de Dispensa de licitações e demais modalidades.

**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 058 - Nº Recomendação: 002

No tocante ao não atendimento ao procedimento padrão relativo à abertura e manutenção de contas no Banco do Brasil, considerando que as operações são realizadas pelas Superintendências da Conab em qualquer unidade da federação, como ocorreu no caso em questão, e, considerando as informações prestadas pela SUREG-RS, datada de 17/09/2010, no sentido de que o Banco do Brasil não estava atendendo ao Convênio em tempo hábil, bem como da orientação da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar - SUPAF - CONAB Matriz, datada de 30/11/2009, para que as Superintendências com o mesmo problema adotassem os procedimentos anteriores, ou seja, disponibilização da conta pela própria proponente recomenda-se ao gestor que adote providências junto a Conab matriz, visando obter do Banco do Brasil as justificativas para a situação relatada.

**Manifestação do Gestor:**

*"Em atendimento a esta recomendação, informamos que, a partir do ano de 2011, esta Regional buscou a efetivação de convênios com todos os Agentes Financeiros que operam com o PAA no Estado do Paraná, estabelecendo que não serão realizados projetos de organizações de outras Unidades da Federação."*

**Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que "buscou efetivar convênios com todos os Agentes Financeiros que operam com o PAA no Estado do Paraná" e que, também, "não serão realizados projetos de organizações de outras Unidades da Federação."

Ressalte-se que o objetivo da recomendação não é o de frustrar as atividades da SUREG/PR, impedindo-a de realizar projetos com organizações de outros estados da federação, desde que regulares e necessárias, mas sim de garantir que os programas de governo possam alcançar os resultados sociais almejados, qual seja, no âmbito do PAA, garantir a remuneração dos agricultores familiares (fornecedores) e de atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (consumidores).

Nesse contexto, o Banco do Brasil, um dos atores envolvidos no processo, é o agente financeiro responsável pela abertura e manutenção de contas bloqueadas (vinculadas) relativas às operações do PAA e que firmou com a CONAB, em 15/07/2009, um Acordo de Cooperação que tem por objetivo disciplinar a atuação do banco nos pagamentos às organizações dos agricultores familiares.

Ocorre que no projeto em questão não houve a solicitação regulamentar, por parte da Sureg-PR, de abertura das contas vinculadas junto ao Banco do Brasil. Os recursos públicos foram creditados na conta corrente nº 38.898-X, Agência 4715-5 de Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, indicada pela própria organização - COONATERRA.

Em manifestação preliminar à recomendação, o gestor enviou, por meio do Ofício Conab/SUREG-PR Nº. 130, de 14/10/2011, declarações expressas da SUREG-RS, datada de 17/09/2010 e também da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar - SUPAF/Conab matriz, datada de 30/11/2009, que denotam o não cumprimento do acordo por parte do Banco do Brasil em alguns estados da federação, decorrente da morosidade ou do não atendimento aos pedidos de abertura das contas vinculadas, o que torna vulnerável o regular andamento dos projetos junto aos beneficiários.

Saliente-se que o Acordo de Cooperação prevê o acesso dos órgãos de controle e fiscalização, assim como das Superintendências da Conab, a todos os extratos, contabilidades, registros, documentos, etc, cujas informações, quando solicitadas, devem ser disponibilizadas pelo Agente



Financeiro para viabilizar o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos projetos, com o propósito de verificar os resultados do Programa – PAA.

Diante disto, foi recomendado ao gestor da Sureg-PR que adotasse providências junto à sua matriz, visando obter do Banco do Brasil as devidas justificativas pelo descumprimento do acordo, no intuito de por fim a procedimentos improvisados como ocorrido no projeto das sementes de hortaliças.

Cumprir ressaltar ainda que a decisão de não realizar projetos com organizações de outros estados não resolve a pendência e pode ainda comprometer o bom andamento do PAA, não só pela eventual necessidade da Sureg-PR em adquirir produtos além dos limites do território paranaense, mas também porque a situação atinge as Superintendências da Conab em outros estados da federação que, igualmente, executam projetos no âmbito de suas jurisdições, como, por exemplo, a SUREG-RS.

Assim, as providências adotadas pela Sureg-PR não atendem à recomendação proposta, haja vista que não foram buscadas e disponibilizadas as justificativas do Banco do Brasil pelo descumprimento do acordo.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Diante da reiteração dessa CGU, e considerando que a constatação extrapola a área de atuação desta Superintendência, pois o fato ocorreu no Rio Grande do Sul, encaminhamos a CI/SUREG-PR/GEDES N° 3274 de 19/10/2012 à Matriz/Supaf, solicitando orientação e esclarecimento sobre esta ocorrência.

Na folha 05 do dossiê sobre o assunto (anexo), aquela Superintendência esclarece os motivos para adoção daquele procedimento à época, e informa que o Banco do Brasil vem adotando os procedimentos operacionais necessários ao termo firmado com a CONAB em todas as Unidades da Federação.

**RECOMENDAÇÃO**

N° OS: 201109409 - N°. Constatação: 058 - N° Recomendação 004

No que se refere à entrega do produto após prazo de validade da Autorização para Doação de Produtos - ADP, se recomenda ainda que o gestor elabore planejamento visando identificar se as quantidades solicitadas pelos proponentes são adequadas às necessidades apresentadas, assim como das demais variáveis que possam interferir direta e indiretamente nas quantidades a serem doadas considerando os prazos estipulados, a exemplo das dificuldades de transporte, zoneamento agrícola e outros que eventualmente advenham de características específicas dos projetos apresentados, sem prejuízo de buscar a anuência/manifestação da matriz no caso de ocorrência de situação imprevisível que possa interferir no cumprimento dos cronogramas estabelecidos.

**Manifestação do Gestor:**

*"Visando buscar maior controle da operação de doação de sementes, esta Regional promoveu reunião com todas as instituições interessadas/envolvidas nesta ação, oportunidade em que foram discutidas e apresentadas as condições para participação de projetos de sementes no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e as mesmas, doravante, se comprometeram a atender as exigências dos normativos vigentes, conforme Ata, anexa." "Situação em 29.02.2012: Implementação e acompanhamento no decorrer da operacionalização dos próximos Projetos, conforme discutido em reunião e registrado na referida Ata."*

**Análise do Controle Interno:**

Por meio da "Ata de Reunião - Do Controle Social das Ações do PAA e Doação de Sementes - COFAECO, COOPERTERRA, CAFEPAL, ACAP E AS-PTA." O gestor demonstrou ter adotado providências visando obter informações para subsidiar o planejamento das aquisições e o controle



das doações, de forma a evitar desperdício de recursos públicos mediante compra de produtos além das necessidades demandadas pelos beneficiários das doações.

Inobstante isto, saliente-se apenas que as informações necessárias para subsidiar os planejamentos das doações por parte da Sureg-PR devem ser buscadas, junto às entidades beneficiárias, a cada proposta apresentada independentemente do produto a ser doado.

Assim, considerando que o planejamento das doações somente poderá ser identificado no decorrer da operacionalização dos próximos projetos, fica reiterada a recomendação até a demonstração da sua efetiva implementação.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** Em cumprimento ao disposto no último parágrafo da Constatação nº 058 – Recomendação 004, informamos que de acordo com o estabelecido nos normativos e instruções contidas na Ata de Reunião do dia 16.11.2011 e orientações contidas no E-mail enviado às entidades proponentes dos do PAA – CPR/Sementes, tais exigências estão sendo cumpridas em sua integridade, conforme demonstraremos a seguir:

- 1) Inicialmente, registramos que em função das recomendações proferidas pela CGU e repassadas a CONAB/Matriz, a Diretoria/Superintendência da Agricultura Familiar editou alguns procedimentos a serem adotados na operacionalização das ações de Projetos específicos de sementes – CI/SUPAF nº 059, de 03.04.2012 e E-mail datado de 04.07.2012 – Anexos 016;
- 2) Conforme estabelecido entre as exigências, as respectivas Cooperativas proponentes apresentaram um Pré-projeto das ações a serem desenvolvidas contendo todo o objetivo e finalidade da ação da produção, comercialização e doação das sementes, Anexo 017;
- 3) Elaboração dos Projetos do PAA – CPR/Doação e CPR/Estoque contendo toda documentação, em conformidade com os normativos vigentes;
- 4) No dia 21.08.2012 – foram executados os trabalhos de processamento, beneficiamento, e empacotamento da semente, tais ações foram devidamente acompanhadas pela CONAB e Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Instituição responsável pela certificação, conforme Relatório de Viagem – Anexo 018;
- 5) A fiscalização e acompanhamento fitossanitária da produção e emissão do Laudo das condições da semente foi realizada pela UEPG;
- 6) A CONAB acompanhou as retiradas e entregas das sementes nos diversos Municípios e respectivas entidades beneficiárias das sementes, inclusive auxiliando no transporte do produto, conforme Relatórios de Viagem – Anexo 019;
- 7) A CONAB se fez presente no evento do lançamento do início do plantio da semente entregue nas entidades localizadas no Município de Reserva, Relatório de Viagem - Anexo 020;
- 8) Cabe salientar que conforme orientações repassadas às Cooperativas proponentes, que além da CONAB realizar trabalhos, por amostragem, de acompanhamento da efetividade do plantio/condições das lavouras, será exigido também das referidas instituições, elaboração de relatórios e fotografias e estágio de desenvolvimento da cultura;



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

- 9) Finalmente, toda a distribuição da semente de milho foi concluída até a segunda quinzena do mês de Outubro/12, portanto, obedecendo ao calendário do zoneamento agrícola para o plantio dos cultivares em questão.

2.1.1.17. Impropriedades nos atos praticados no processo nº 21210000161/2010-88, referente à Formação de Estoque Públicos e Doação de Sementes de hortaliças.

**OS: 201109409 - Nº. Constatação 059**

**Situação que foi evidenciada no(s) município(s):** Curitiba – PR.

### RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 201109409 - Nº. Constatação: 059 - Nº Recomendação 001

Em relação à ausência da comprovação de existência da Cédula do Produtor Rural-CPR indicada na Guia de Pagamento, recomenda-se ao gestor que apresente elementos materiais que comprovem suas alegações, ou seja, que a CPR nº 41.3.015, indicada na Guia de Pagamento nº 10 e Ordem Bancária 2010OB802028, se trata do mesmo documento CPR nº RS/2010/01/0148.

### Manifestação do Gestor:

*"Visando dirimir dúvidas a respeito da dupla numeração do processo nº 21210.000161/2010- 88, foi exarado um despacho que relata sobre a numeração realmente utilizada pela Superintendência, e ainda, na Cédula de Produto Rural – CPR foi sobrescrita a numeração real da CPR.*

*A numeração utilizada para o controle da CPR está disponibilizada em controle por planilha, anexa. Objetivando evitar transtornos futuros, por decisão dos Gestores desta Regional, doravante não mais serão desenvolvidos projetos envolvendo organizações de outras Unidades da Federação."*  
*"Situação em 29.02.2012: Já foi adotada a decisão dos Gestores."*

### Análise do Controle Interno:

As providências adotadas pelo gestor não se constituem adequadas para demonstrar a correção do número da Cédula do Produtor Rural em questão, haja vista que, sendo a CPR um título extrajudicial inscrito no Cartório de Registro de Imóveis, a sua retificação, para ter eficácia, deve respeitar as mesmas formalidades impostas pela Lei nº 8.929, de 22/08/1994.

A mencionada norma específica prescreve em seu art. 9º que "a CPR poderá ser aditada, ratificada e retificada por aditivos, que a integram, datados e assinados pelo emitente e pelo credor, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância."

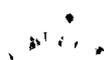
Assim, somente o aditamento para retificação da CPR nº RS/2010/01/0148, que segundo as informações prestadas pelo gestor é de nº 41.3.0.153, será capaz de demonstrar a identidade da numeração da cédula até então não comprovada.

Observe-se ainda a existência de cláusula de "impedimento" na CPR em questão, que obriga o seu emitente a não alienar e/ou gravar em favor de terceiros o produto a ela vinculado enquanto não houver a sua efetiva quitação. Nesse sentido, o art. 12 da Lei 8.929/94, assim dispõe:

*"Art. 12. A CPR, para ter eficácia contra terceiros, inscreve-se no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do emitente".*

*§ 1º Em caso de hipoteca e penhor, a CPR deverá também ser averbada na matrícula do imóvel hipotecado e no Cartório de localização dos bens apenados.*

*§ 2º A inscrição ou averbação da CPR ou dos respectivos aditivos serão efetuadas no prazo de três dias úteis, a contar da apresentação do título, sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos necessários".*



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Ressalte-se que o aditivo deve ser datado e assinado pelo emitente e pelo credor e, posteriormente, averbado no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do emitente e também no Cartório de localização do bem apenhado, haja vista que há, no caso em questão, garantia de penhor em 1º grau do produto vinculado à CPR, conforme consta do próprio título.

### **Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**RESPOSTA:** A CPR Estoque, objeto desta auditoria, já foi quitado pelo proponente, não existindo pendência financeira com a CONAB referente a esta operação.

O aditamento para retificação do número da CPR nº RS/2010/01/0148 para nº 41.3.0.153, seria apenas um procedimento burocrático para corrigir uma falha do passado que não mais ocorre, pois esta Superintendência, atendendo à recomendação dessa CGU, já adotou para as CPR's Estoque, a partir de 01/01/2012, a numeração indicada pelo Sistema SIGPAA.

Considere-se ainda que o referido aditivo a ser assinado pelas partes e averbado em Cartório de Registro de Imóveis não trará garantias para a CONAB, apenas custos, uma vez que a operação já foi concluída.

Quanto ao que dispõe o art. 12 da Lei 8.929/94, sobre a necessidade de averbação da CPR na matrícula do imóvel hipotecado, lembramos que não existe garantia da operação com imóvel, mas com produto agrícola.

Nesse aspecto, esta Superintendência entende que cumpriu o que determinam os normativos da CONAB. No entanto, para implementação da recomendação dessa CGU, deverão ser realizadas mudanças no MOC.

Como as alterações dos normativos dependem da Matriz, encaminhamos a CI/SUREG-PR/GEDES Nº 3294 DE 23/10/2012, (cópia anexa) à Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI, cuja resposta se encontra na folha 07 do dossiê sobre esta constatação.

### **RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 201109409 - Nº Constatação: 059 - Nº. Recomendação 002

Em relação à ausência da comprovação de existência da Cédula do Produtor Rural-CPR indicada na Guia de Pagamento, diante da ausência de controle demonstrada no caso da numeração da CPR nº RS/2010/01/0148 e da CPR nº 41.3.0.153, recomenda-se adotar mecanismo mais efetivo e adequado de controle. Por ter características de título extrajudicial, a numeração deveria ser única no território nacional e emitida por meio eletrônico.

### **Manifestação do Gestor:**

*"Em relação ao controle da numeração das CPRs, o trabalho sempre foi realizado de forma própria (via planilhas), sistemática e contínua.*

*O programa institucional da Conab (SIGPAA) gera também uma numeração para cada proposta apresentada, e na eventualidade da mesma ser substituída/descartada, a referida numeração é excluída do sistema, gerando uma quebra da seqüência numérica.*

*No caso da CPR realizada com a CONATERRA, objeto desta recomendação, a ocorrência foi de forma isolada em relação aos demais. Salientamos que por decisão dos Gestores da Regional, não serão mais desenvolvidos projetos de PAA proveniente de outras Unidades da Federação.*

*Em relação ao controle da numeração das CPRs, o trabalho sempre foi realizado de forma própria (via planilhas), sistemática e contínua.*

*O programa institucional da Conab (SIGPAA) gera também uma numeração para cada proposta apresentada, e na eventualidade da mesma ser substituída/descartada, a referida numeração é excluída do sistema, gerando uma quebra da seqüência numérica.*

*No caso da CPR realizada com a CONATERRA, objeto desta recomendação, a ocorrência foi de forma isolada em relação aos demais. Salientamos que por decisão dos Gestores da Regional, não*

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

*serão mais desenvolvidos projetos de PAA proveniente de outras Unidades da Federação."*  
*"Situação em 29.02.2012: Já foi adotada a decisão dos Gestores."*

**Análise do Controle Interno:**

O gestor informou que a numeração das CPRs *"sempre foi realizada de forma própria (via planilhas), sistemática e contínua"* e que a ocorrência identificada no caso da CPR da COONATERRA trata-se de um caso isolado. Em razão disto, foi informado ainda que os gestores da Sureg/PR decidiram que não mais serão desenvolvidos projetos de PAA provenientes de outras Unidades da Federação.

Ressalte-se mais uma vez, como dito anteriormente, que o objetivo da recomendação não é o de frustrar as atividades da SUREG/PR, inviabilizando a realização de projetos provenientes de outras unidades da federação, desde que regulares e necessárias.

No caso em questão, observa-se que o controle interno das áreas competentes se mostrou ineficaz para situações atípicas – por exemplo, projetos provenientes de outros Estados, caso contrário, o erro na numeração teria sido corrigido de imediato, seja pela elaboração de nova CPR com numeração correta ou por meio da elaboração, em tempo hábil, de Termo Aditivo de Retificação, caso a cédula já tivesse sido inscrita no Cartório de Registro de Imóveis pelo emitente.

Portanto, a providência adotada pelos gestores não atende à recomendação proposta à medida que, ao invés de corrigirem as falhas internas (aperfeiçoar também os controles para situações atípicas), os gestores optaram pela não execução das atividades, cuja decisão, por vezes, pode prejudicar o bom e regular andamento do Programa.

Dessa forma, caso a execução de projetos oriundos de outros estados da federação seja legítimo, recomenda-se aos gestores que implementem mecanismos de controle para atender situações atípicas, necessárias ao bom andamento dos programas de governo executados no âmbito da SUREG/PR.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Revisão da Recomendação.**

**RESPOSTA:** Conforme já relatado anteriormente, o programa SIGPAA gera uma numeração para cada proposta apresentada pelas instituições via internet.

Com o intuito de melhorar os controles internos e, acatando a recomendação dessa CGU, esta SUREG-PR já adotou para as CPRs-Estoque, a partir de 01/01/2012, a numeração indicada pelo sistema.

Dessa forma, julgamos ter atendido a recomendação.

  
**LUIZ CARLOS VISSOCI**  
**SUPERINTENTE REGIONAL NO PARANÁ.**

